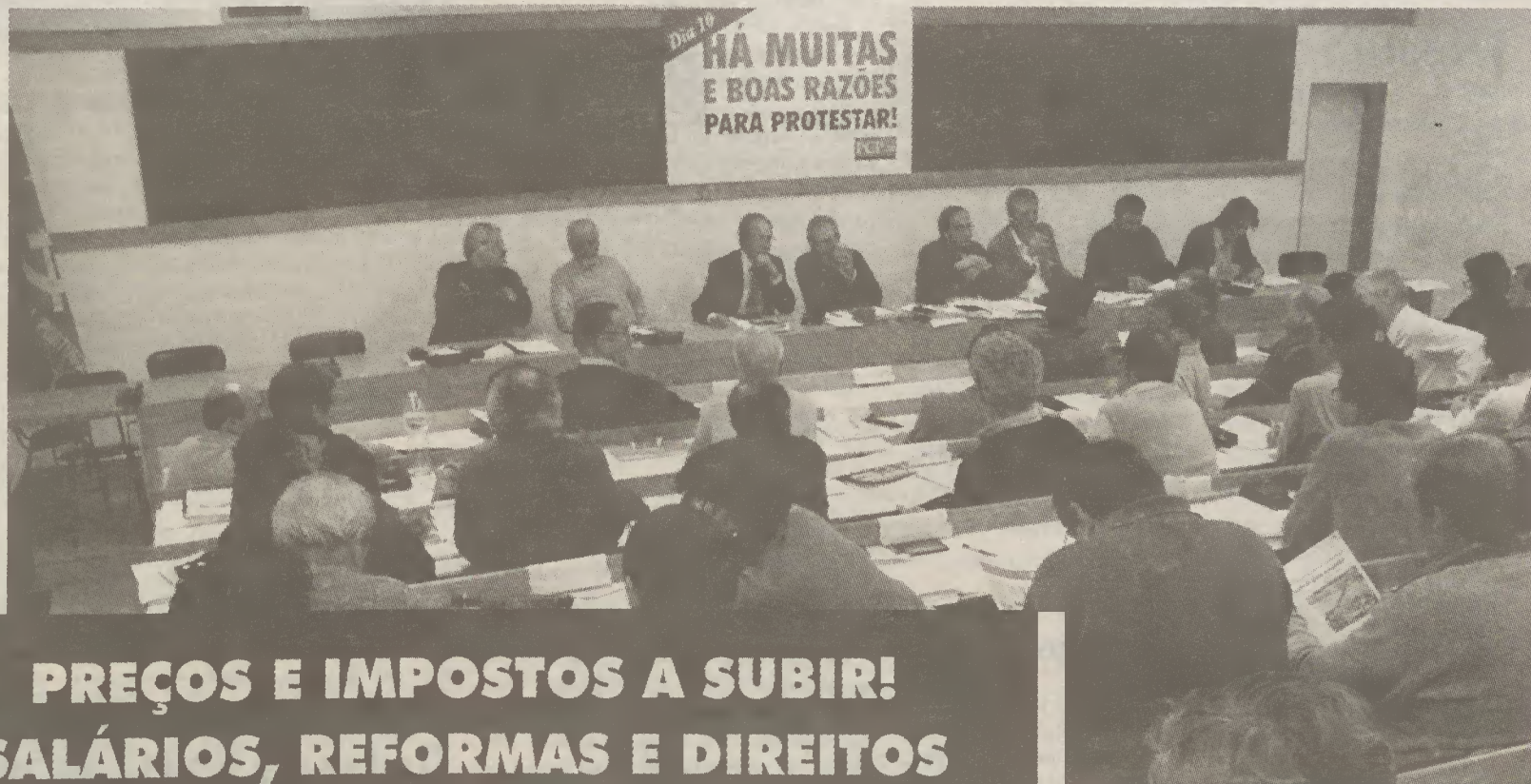


Activo apoio do Comité Central do PCP à greve geral



Págs. 5, 15
e Centrais

**PREÇOS E IMPOSTOS A SUBIR!
SALÁRIOS, REFORMAS E DIREITOS
A DESCER!**

HÁ MUITAS E BOAS RAZÕES PARA PROTESTAR!

Participe na
**GREVE
GERAL
DIA 10**

PCP

DEP/PCP 2002
www.pcp.pt

Sábado, dia 30

Jornada de luta!

O CC do PCP apela a todos os militantes, simpatizantes e apoiantes do Partido para que, quer nas organizações sindicais em que participem quer na esfera da acção partidária directa, contribuam, por todas as formas ao seu alcance, para o êxito das manifestações e acções marcadas para dia 30 de Novembro e da greve geral de 10 de Dezembro.

Florença em debate

«Gritou-se socialismo!»

Um debate sobre o Fórum Social Europeu realizou-se no CT Vitória, com a participação de Albano Nunes e de outros membros da delegação comunista que estiveram em Florença.

Pág. 19

Estudantes do Secundário

Contra o racismo e o elitismo

Representantes de 70 associações de estudantes do Secundário contestam abertamente o Estatuto do Estudante do Ensino Não Superior e promovem greves e manifestações para hoje.

Pág. 11

Avante!
Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Gago Coutinho
121/1700 Lisboa
Capital social:
€ 125 000.
CRC matriculada: 47058.
NIF - 500 090 440

DIRECÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93
E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Gustavo Carneiro
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Margarida Folque
Miguel Inácio

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria
Jorge Cabral

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
VASP - Sociedade
de Transportes
e Distribuição, Lda.
R. da Tascoa, 16 - 4.º
2745-003 Queluz
Tel. 21 439 85 00

ASSINATURAS
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL
(Continente e Regiões
Autónomas)
50 números: 9 000\$00
44,90 euros
25 números: 4 600\$00
23,00 euros

EUROPA
50 números: 23 000\$00
114,75 euros

EXTRA-EUROPA
50 números: 33 000\$00
164,60 euros

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Pacote Laboral "Co"

PCP apela à mobilização dos trabalhadores para a greve geral

Resumo

20 Quarta-feira

Manuel Carvalho da Silva, secretário-geral da CGTP, reforça a convocatória para a greve geral, por considerar que não é depois do código do trabalho ser aprovado pelo Governo, que se deve convocar a paralisação. UGT declara que não adere à greve geral. Técnicos do Laboratório Nacional de Engenharia Civil acusam as entidades intervenientes na obra do Metro do Terreiro do Paço de responsabilidade pelo acidente no túnel. Tem início a Cimeira da NATO, em Praga. Novo líder trabalhista de Israel, Amram Mitzna, afirma que caso vença as próximas eleições e não consiga acordo com a Autoridade Palestiniana, mandará construir um muro a separar Israel da Cisjordânia. A ONU anuncia que em Angola, por hora morrem 18 crianças, vítimas de fome e abandono.

21 Quinta-feira

CGTP propõe à UGT a criação de uma plataforma comum de entendimento quanto às matérias concretas do Código do Trabalho. Assessora de obras da Câmara de Lisboa diz, baseando-se em estudos geotécnicos da baixa da capital, que o túnel do Terreiro do Paço deve ser demolido. Na cimeira da NATO, em Praga, a Aliança Atlântica compromete-se «agir de forma efectiva» para desarmar o Iraque. 22 dirigentes e ex-dirigentes bascos do partido ilegalizado *Batasuna* são acusados de pertencerem à ETA.

22 Sexta-feira

Comité Central do PCP, apela à mobilização geral dos trabalhadores para a greve geral de 10 de Dezembro. Tem início, em Ponta Delgada, o VII Congresso Regional dos Açores do PCP. O SITRA, sindicato afecto à UGT, adere à greve geral da CGTP. A Federação Nacional dos Professores, FENPROF, anuncia a sua adesão à greve geral convocada pela CGTP-IN. Trabalhadores da Parque Expo entram em greve de 24 horas contra as rescisões de contrato. Mais de cem mortos e centenas de feridos é o balanço dos distúrbios na Nigéria, provocados pelo concurso *Miss Mundo*. Bombeiros britânicos recomeçam a greve por aumentos salariais.

23 Sábado

No âmbito da iniciativa *Em movimento por um Portugal com futuro*, Carlos Carvalhas apela à luta pelo sistema público de Segurança Social. Instituições Particulares de Solidariedade

Social anunciam ultimato ao Governo e ameaçam com greve caso não lhes sejam desbloqueadas verbas. Maré negra na Galiza afecta já 400 quilómetros de costa. Em Londres, Inglaterra, na *Trafalgar Square*, milhares de pessoas manifestam-se contra o alargamento do aeroporto de *Stanstead*, em *Essex*. No Quênia, veteranos *Mau Mau* anunciam a instauração de um processo contra Inglaterra por terem sido torturados e até castrados, durante a década de 50 aquando da revolta contra o poder colonial.

24 Domingo

Termina o VII Congresso Regional dos Açores do PCP. O antigo presidente da República, Mário Soares, diz que o PCP está envolvido nas lutas sociais, e por isso, «vai crescer». O maior banco mundial, em termos de volume de negócios, o japonês *Mizuho Holdings*, anuncia que vai despedir cinco mil trabalhadores até ao fim de 2004. Na Áustria, os conservadores vencem as eleições legislativas; o grande derrotado é o partido de extrema-direita de Haider que, no entanto, pode voltar ao poder. No Equador, o general Lucio Gutierrez, de esquerda, é eleito presidente da República, com 54,35 por cento dos votos.

25 Segunda-feira

PCP pede esclarecimentos sobre o caso de pedofilia na Casa Pia. No Dia Internacional contra a Violência nas Mulheres, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima anuncia que, só em 2000, foram registados pelas autoridades 11 765 delitos criminais por violência doméstica. Bagão Félix demite o provedor da Casa Pia. Em França, camionistas cortam as estradas do país, em protesto pela redução do horário semanal para as 35 horas e pela implementação do subsídio de Natal. Centenas de pessoas atacam esquadra de polícia de Baucau, causando vítimas e danos materiais, em Timor-Leste.

26 Terça-feira

Greve de 24 horas dos controladores aéreos franceses que se juntam à greve geral dos transportes. Em Timor Leste, D. Ximenes Belo, bispo de Díli, anuncia a sua demissão do cargo. Na China tem início o maior julgamento de traficantes de seres humanos; um dos destinos do tráfico era Portugal. Exército de Israel reocupa Belém e declara a cidade como «zona militar encerrada», enquanto na Cisjordânia, 25 activistas palestinianos são presos. Em Marrocos deflagra um gigantesco incêndio na principal refinaria do país.

Aconteceu

O escândalo e a Casa Pia

O escândalo rebentou no sábado, quando jornais e televisão trouxeram de novo a lume o caso de um pedófilo que trabalhou na Casa Pia, junto das crianças durante cerca de trinta anos.

Apesar de constantes denúncias, manteve-se no cargo até segunda-feira, quando a Polícia Judiciária o deteve.

Após a denúncia feita por duas das vítimas, o provedor da Casa, Luís Martins Rebelo veio dizer que o caso não era grave, já que «em 1300 funcionários da instituição, há aparentemente apenas um caso de pedofilia». Na sequência destas declarações, o ministro da Segurança Social, Bagão Félix, demitiu o provedor, afirmando que nunca antes fora informado sobre os alegados crimes.

Demitido, o provedor Luís Rebelo declarou que na altura, instaurou um processo ao suspeito, que não teve qualquer efeito. Pelo contrário.

Recorde-se que, nos finais de 1989, Carlos Silvino, dito «o Bibi», foi expulso da Casa Pia. Mais tarde, o Supremo Tribunal Administrativo, para além de ter anulado a sentença, reintegrou-o na instituição com direito a todos os retroactivos salariais.

Por seu lado, Teresa Costa Macedo, a ex-secretária de Estado, diz mesmo que esse relatório explicava os métodos utilizados pela suposta rede pedófila, adiantando que «Bibi», o presumível suspeito, é apenas «um elo de uma grande rede que envolve gente importante do nosso país».

Um ex-aluno da Casa Pia, o advogado Dr. José Pedro Namora em entrevista televisiva, trouxe a público provas documentais onde Teresa Costa Macedo iliba de quaisquer culpas o suspeito. Pedro Namora denunciou não só os abusos como as condições degradantes em que viviam os alunos da Casa Pia, durante as décadas de 70 e 80, aquando da vigência da secretária de Estado. Costa Macedo respondeu que aquele documento foi assinado pouco depois de ter assumido o cargo e argumentou também que, assim que se inteirou do caso, demitiu o provedor da altura e apresentou as provas documentais à PJ.

EUA querem vigiar a vida de todos

O Pentágono montou um gigantesco banco de dados para monitorizar todas as compras dos consumidores norte-americanos, com o intuito de encontrar «padrões indicativos de actividade terrorista».

Com a desculpa do atentado de 11 de Setembro, as autoridades norte-

espiares os consumidores, as suas compras, cartões de crédito e outros dados de identificação pessoal. É de salientar que o responsável por este projecto é o almirante Poindexter, personagem que ficou famosa no caso Irão-Contras, quando foi acusado de obstrução à justiça, declarações falsas e

damos que, na altura, Poindexter tinha conhecimento do tráfico de armas e droga que serviu para financiar os *Contras* da Nicarágua, grupos merce-

nários que combatiam o governo Sandinista.

A condenação de Poindexter foi depois anulada e agora, o subsecretário da Defesa, Edward

Aldridge, nomeou-o para o cargo por, justificou, «ter sido dele a ideia do banco de dados e convenceu o Pentágono a adoptá-la».

Navio com gás em perigo de explosão

Desde o passado domingo que se encontra iminente a explosão de um navio em chamas, com 20 mil toneladas de gás químico, a cerca de 50 quilómetros da costa de Hong Kong, na China. O navio, propriedade de um armador grego, registado no Panamá, tinha saído na quarta-feira anterior de Hong Kong com destino a Yantian, na China, quando deflagrou o incêndio.

As autoridades marítimas proibiram o acesso de outros navios à zona afectada e ainda é desconhecida a quantidade de combustível derramado. Os 34 membros da

tripulação do *Gaz Poem* encontraram-se a salvo após terem sido recolhidos.

O director do Centro de Coordenação de Resgate Marítimo, comandante Ravi Dewan, disse, segunda-feira passada, que, continuando o incêndio, o navio poderá explodir.



Misses provocam a revolta

Mais de cem mortos e quinhentos feridos é o balanço da revolta na Nigéria, provocada pela forma como alguns jornais descreveram o concurso *miss* universo neste país.

Maioritária no Norte do país, a comunidade muçulmana desencadeou manifestações e actos de vandalismo, contra o concurso. A gota de água foi uma notícia no jornal *This day*, por ter publicado

um artigo considerado pela comunidade muçulmana de «blasfematório», ao admitir que o profeta Maomé «provavelmente teria escolhido uma esposa entre estas mulheres». Assim que saiu a notícia, igrejas e edifícios cristãos bem como mesquitas e vários locais de culto foram assaltados, destruídos e incendiados.

Recordamos que não é a primeira vez que este concurso

gera incidentes graves.

Já em 1996, na Índia, também nacionalistas *hindus* consideraram o concurso um acto de provocação, tendo as autoridades indianas sido forçadas a transferir o concurso para as ilhas *Seychelles*. A Nigéria é um país, onde, quando acusadas de adultério, as mulheres, por lei, são apedrejadas até à morte. Entretanto, as beldades foram evacuadas para Londres.

Radar da NATO na Madeira

O PCP na Madeira e a restante oposição viram rejeitado, na passada quinta-feira, um voto de protesto contra a instalação de um radar militar da NATO no Pico do Areeiro.

A oposição parlamentar exigia a anulação do projecto, por o considerar, em termos ambientais, de segurança e

paisagísticos, «claramente negativo para os interesses da região».

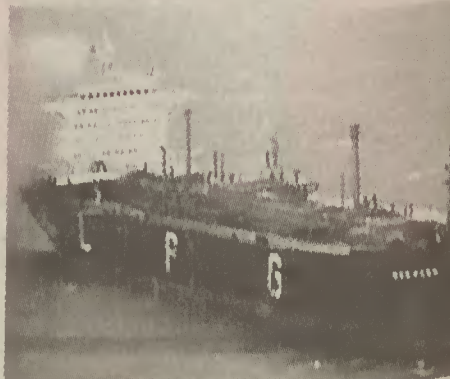
O radar será instalado numa área do parque natural da Madeira e, de acordo com o voto de protesto, pode pôr em causa a sobrevivência de uma espécie ameaçada. Trata-se da ave-marinha, freira-da-madeira, que se

encontra em vias de extinção. Já antes um estudo de impacte ambiental havia alertado para as «incidências negativas», quer na fauna quer na flora, decorrentes da construção do radar. No entanto, Alberto João Jardim já considerou «irreversível» a instalação do sistema de defesa da NATO.



-americanas pretendem ir ainda mais longe, tendo anunciado que estão a desenvolver um projecto para

conspiração, tendo-se na altura provado que o almirante tentou enganar os investigadores do escândalo. Recor-



Crónica Internacional

• Ângelo Alves

Cimeira da NATO nos caminhos da guerra...

Praga - centro da cidade isolado, população «convidada» a sair da cidade, expulsões de jornalistas e activistas, 12 mil polícias, 4200 militares, 20 milhões de Euros em novos uniformes e veículos antimotim; aviação checa, F15's, F16's e um avião radar AWACS, todos norte-americanos, a patrulhar constantemente os céus da cidade.

Foi este o cenário em que se desenrolou a Cimeira da NATO na República Checa. Tais medidas - que fizeram reviver as violentas acções contra as manifestações antiglobalização em Setembro de 2000 - não impediram, no entanto, que várias organizações se manifestassem pela paz, contra a guerra, a militarização e a NATO. Entre elas estava o PCP participando numa contracimeira e numa manifestação, ambas organizadas pelo Partido Comunista da Boémia e Morávia em colaboração com um alargado conjunto de partidos comunistas e progressistas de toda a Europa, incluindo Europa de leste e Rússia.

Não deixa de ter significado que, no quadro de um amplo movimento pela paz que se desenvolve em vários países da Europa e que deu corpo à gigantesca manifestação de Florença (pacífica e calorosamente acolhida pela população local), os dirigentes dos 19 países membros da NATO, se vejam obrigados a barricarem-se, isolados de tudo e de todos, para poderem decidir do futuro desta organização.

«É a confirmação da NATO como instrumento do imperialismo norte-americano e da sua nova estratégia»

A cimeira da NATO, tendo como objectivo oficial o alargamento ao Leste Europeu, acabou por discutir novas orientações estratégicas e de funcionamento.

Partindo da revisão do conceito estratégico da NATO aprovado em 99 e que a confirmou como uma

aliança político-militar de carácter agressivo, a cimeira de Praga aprofunda este conceito pondo em prática várias medidas concretas.

Adopta-se agora a doutrina da «guerra preventiva». Já não se trata apenas de intervir lá onde estiverem em causa interesses dos países membros. Após Praga, a NATO passa a adaptar as suas estruturas, meios, e centro de comando à «guerra contra o terrorismo». É a confirmação desta organização como instrumento do imperialismo norte-americano e da sua nova estratégia de guerra global desenvolvida após o 11 de Setembro. Como no passado, mas agora mais claramente, é a força das armas que conta, e isso fica bem patente nas declarações de George Robertson (secretário-geral da NATO) no encerramento da Cimeira: «a credibilidade da NATO depende fundamentalmente das suas capacidades militares».

Para tal, uma série de medidas foram tomadas: a criação de uma Força de Reacção Rápida de 21 mil homens com capacidade para se deslocar prontamente para qualquer parte do globo; a reforma da cadeia de comando da NATO, centralizando-a ainda mais e o compromisso por parte dos estados-membros para providenciar equipamento militar específico com base em parâmetros definidos (uma nova corrida aos armamentos!).

O alargamento da NATO e o aprofundamento das relações da Aliança com países terceiros, nomeadamente com a Rússia e a Ucrânia são a «cereja no bolo». Ao mesmo tempo que aprofunda o seu carácter de organização agressiva, estende o seu domínio para lá das antigas fronteiras do Pacto de Varsóvia materializando o perverso objectivo de se constituir como aliança quase global que subalterniza e ignora se necessário o papel das Nações Unidas e da OSCE. A coincidência destes objectivos com as intenções vertidas no novo conceito de defesa dos EUA é impressionante!, quer nos objectivos geo-estratégicos (fechando o cerco à Rússia e à China) quer na eliminação de facto do papel das Nações Unidas.

A União Europeia, ao invés de se opor a tal estratégia embarca no aventureirismo militarista da NATO e dos EUA, assumindo a responsabilidade de constituir a sua própria força de intervenção rápida, no quadro da NATO.

O apoio da NATO à resolução das Nações Unidas (exigido pelos EUA como forma de garantir implicitamente o envolvimento da NATO no ataque ao Iraque) é o pormenor que faltava para George Robertson considerar a Cimeira como «uma reunião histórica da família transatlântica» em que se tratou «... de decisões, não de palavras no ar».

«Decisões» houve realmente, e extremamente graves. «História»? sem dúvida, mas à custa de mais um negro capítulo dessa mesma História. Cabe-nos a nós comunistas, progressistas, defensores da paz, do desarmamento e da cooperação entre os povos a responsabilidade histórica de escrever outras páginas da História da Humanidade. Bem diferentes!

O Iraque é a próxima batalha...

Editorial

CONSTRUIR A GREVE GERAL

A enxurrada de manobras de diversão que se sucedeu à convocação da greve geral pelo Conselho Nacional da CGTP é elucidativa dos temores que a decisão do Movimento Sindical Unitário causou aos executores e defensores da política de direita e aos seus propagandistas encartados. Não surpreende que assim seja: nada provoca maiores pavores a quem defende e pratica uma política contrária aos interesses de quem trabalha e vive do seu trabalho do que a constatação de que as vítimas dessa política não só não cruzam os braços como, pelo contrário, se mostram dispostas a lutar e a aplicar a sua força organizada na defesa dos seus interesses e direitos. Deixemos, pois, a tradicional turba canora entregue à tarefa que, por interesse e vocação, lhe compete e dediquemo-nos, com

essenciais do Movimento Sindical Unitário - o seu carácter unitário, independente, de classe e democrático.

Por muito que tudo isto incomode e desagrade aos que, pelas mais diversas formas e recorrendo às mais diversificadas manobras, tudo têm feito quer para desvirtuar a acção sindical dos comunistas, quer para enfraquecer, vencer, «quebrar a espinha à Intersindical», esta é uma realidade incontornável, uma verdade que resiste a todas as campanhas de manipulação e mistificação.

Essa verdade incontestável é visível no conteúdo do apelo feito pelo Comité Central do PCP a todos os militantes comunistas para que, até dia 10 de Dezembro, participem activamente na construção da greve geral - todos os militantes comunistas, isto é: os dirigentes e activistas sindicais e membros de outras estruturas unitárias de trabalhadores e todos aqueles que, desenvolvendo as suas tarefas partidárias em outras múltiplas áreas de intervenção do PCP, têm também, neste caso concreto, um importante papel a desempenhar. Porque a greve geral, pelo seu significado e pela sua importância, constitui uma tarefa de todo o Partido.

A necessidade de levar ainda mais longe o esclarecimento sobre o carácter profundamente gravoso e injusto das medidas e políticas governamentais; sobre os perigos e consequências do pacote laboral; sobre a necessidade de o combater e lhe dar forte resposta antes que seja aprovado na generalidade na Assembleia da República, em 15 de Janeiro; sobre a necessidade de a greve geral deixar sementes para as inevitáveis e indispensáveis lutas que se lhe sucederão - coloca exigências de empenhamento, de esforço, de dedicação que, não sendo estranhas aos militantes comunistas (bem pelo contrário), deverão ter em conta a situação concreta em que a greve geral está a ser construída. É nessa perspectiva que o Comité Central apela, também, à intervenção activa dos membros do Partido nas acções de luta marcadas para o próximo dia 30, as quais poderão vir a constituir um espaço e um tempo de esclarecimento, de alargamento da unidade dos trabalhadores, de incentivo à participação de milhares de trabalhadores na greve geral.

Construir a greve geral - eis a tarefa maior, o caminho principal da luta para os militantes comunistas no momento actual. Assim confirmando o compromisso assumido, em nome de todo o Partido, pelo Comité Central: «Em coerência com a intensa e destacada acção que vem desenvolvendo na resistência à política do Governo e na afirmação de propostas construtivas de políticas alternativas, o PCP reafirma o seu profundo compromisso de, nesta conjuntura particularmente exigente, honrar plenamente as suas responsabilidades de partido democrático e nacional, de força inteiramente devotada aos interesses e aspirações dos trabalhadores e do povo português, de força activamente empenhada na convergência de energias e de vontades de luta, de mudança e de transformação que é indispensável para conquistar um caminho de confiança, esperança, progresso e justiça social para Portugal».

“O PCP está, de forma clara, inequívoca e activa, com a greve geral”

determinação, coragem e entusiasmo, à nossa tarefa: a tarefa de elevar a um patamar superior a luta que vimos travando contra a política de direita: a tarefa de, desta vez através de uma greve geral, prosseguirmos o combate em defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo e do País: a tarefa de construir, no dia 10 de Dezembro, uma forte greve geral que, dando continuidade, ao amplo, poderoso, diversificado e combativo movimento de resistência social e política dos últimos tempos, constitua, ao mesmo tempo, um ponto de partida para as lutas que, necessariamente, se lhe seguirão.

Como sublinha o Comunicado do Comité Central de 22 de Novembro, o PCP está, de forma clara, inequívoca e activa, com a greve geral. Isto é: o PCP está onde deve estar, ocupando o lugar que lhe compete enquanto partido da classe operária e de todos os trabalhadores. Naturalmente. Como sempre aconteceu ao longo da História. E como sempre acontecerá no futuro.

Quer isto dizer que os militantes comunistas participarão na construção da greve geral do dia 10 de Dezembro com o mesmo dinamismo, entusiasmo e empenho - e, portanto, com o mesmo efeito decisivo e determinante - com que têm participado em todas as lutas desenvolvidas até agora.

E vale a pena relembrar que é nessa intervenção permanente, intensa e activa dos comunistas e do seu partido nas lutas sociais que reside a determinante influência, o peso decisivo dos comunistas no forte e influente Movimento Sindical Unitário - influência e peso que, como se sabe, sempre incomodaram os propagandistas da política de direita. E vale a pena relembrar que a intervenção sindical dos comunistas sempre se pautou por um total respeito pelas características

Actual

À mesa do Bagão

● Jorge Cordeiro

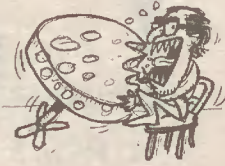
A convocação para o próximo dia 10 de uma greve geral marca uma nova fase da resposta dos trabalhadores perante a gravidade da ofensiva com que o Governo e a sua proposta de código laboral procura atingir direitos fundamentais. A sua convocação constitui por si um significativo alerta dos perigos que a nova proposta de pacote laboral encerra e a determinação de, em tempo útil, lhe dar combate. O que está em jogo exige determinação na luta e não hesitações alimentadas na falsa expectativa de que o Governo dará aos trabalhadores na chamada negociação o que já decidiu entregar ao grande capital, exige um empenhamento decidido na preparação desta jornada e não a cómoda postura de se chegar para o lado para ver o que dali resulta.

Não faltarão, até ao próximo dia 10, vindas das mais diversas e até surpreendentes origens, os que, procurando desvalorizar a greve geral por razões de óbvio interesse ou comprometida inco-

modidade, se apressarão a apresentá-la como contrária ao interesse do país, precipitada, parcial ou infrutífera. Não faltarão os que procurarão vender ao país a ideia de que tudo se deveria resolver à mesa de uma negociação em que ao Governo estaria atribuído o papel de juiz acima das partes, disposto a arbitrar interesses conflituantes com aquela suposta neutralidade que os interesses económicos que dominam a decisão política gostam de fazer crer existir na acção governativa. Não faltarão os que nos tempos próximos procurarão revelar publicamente supostas insatisfações das principais confederações do capital para melhor compor a ideia de um processo justo e equilibrado sabiamente arbitrado por quem tem de cuidar dos superiores interesses da nação. Não faltarão ainda os que, escudando-se no resultado final da dita negociação, se manterão silenciados quanto ao que de em concreto se dispõem a aceitar ou recusar do código daí resultante ou os que acharão

sempre que tudo isto da luta é uma inútil consumição de forças na ausência de uma qualquer solução alternativa à vista.

Mas seguramente não faltarão, em muito e maior número, os que com a convicta certeza de que só pela luta será possível obter o que o capital nunca dará pela sua mão ao trabalho, não se resignarão na espera da conclusão de um processo de concertação em que sabem só pela luta poderem influenciar. É esta consciência que criará as condições para trazer à luta do próximo dia 10 centenas de milhares de trabalhadores, independentemente das suas simpatias e opções sindicais, políticas, partidárias, ideológicas ou eleitorais, respondendo aos que semeiam o fatalismo, cultivam a resignação e apelam ao atentismo.



Fabricar união

● Aurélio Santos

Uma das ideias mais expandidas nos inícios da chamada era informática foi o repetitivamente anunciado «fim da força reivindicativa» da classe operária e dos trabalhadores em geral. Com a rápida transformação dos meios de produção em breve deixariam de existir grandes fábricas e outros locais de trabalho com milhares de trabalhadores.

Com um capitalismo monopolista de Estado em época de grande euforia de consumo, detentor do poder pelo avanço daquilo a que chamou a revolução técnico-científica, o patronato capitalista pensou de imediato em alterar relações de trabalho: mandar trabalhadores para «trabalho em casa», pagando-lhes à peça ou à hora, verificável segundo a segundo por computador, observando-lhes informaticamente, à distância, os seus gestos de diligência ou negligência. E contrapondo-os aos outros trabalhadores os «não qualificados». Em suma, estaria à mão o velho sonho de fragmentação das classes trabalhadoras e de isolamento de cada trabalhador frente ao patrão todo poderoso. Cada trabalhador no seu canto e cada patrão no seu posto de comando. Sem sindicatos e outros empecilhos.

Em épocas de grandes fraudes, muitos se deixaram defraudar. Entre eles sindicatos europeus que se ficaram pelo atentismo, ou americanos com direcções forjadas pelo patronato, que actuam com dócil subserviência, traindo os seus associados.

Ao longo de centenas de anos, ficou demonstrada a habilidade histórica do patronato (também demonstrada em Portugal) para glorificação do capital em detrimento do trabalho. O que

agora seria alcançado com um conjunto de indivíduos formatados, cada um diante do seu ecrã de computador: vigiado, insensível às vozes vindas da rua, atento apenas ao seu monitor e às ordens por ele transmitidas, para maior glória do lucro do capital.

Mas, por muito que queiram os patrões, impondo ou escondendo tecnologias, os próprios trabalhadores são quem a usa e a domina: quem julgar que um operário ou técnico informático não é um trabalhador, está a errar o alvo. Ao contrário de certas teorias retrógradas, não é o progresso que pode trazer-nos desilusões. A utilização errada, pelo capital, da ciência e da tecnologia, é que pode trazer regressões. O patronato capitalista gostaria de impor no trabalho condições que reduzissem o trabalhador a uma desumana, animalesca, execução de gestos repetitivos e ininterrompidos durante um máximo de tempo. Mas o trabalho, na sua elaboração, tende a ser criativo: primeiro improvisando, depois descobrindo. A grande ciência do trabalho está ainda por estudar e teorizar.

Mesmo quem está ligado e vigiado pelo computador tem janelas por onde lhe chegam os gritos que reclamam direitos, justiça. E responde.

A palavra cibemética, de origem grega, significa «a arte de governar». Mas, para desalento dos que querem desfazer sindicatos e isolar trabalhadores, os operários também sabem governar.

Abram as janelas e olhem para a rua: poderão ver como os trabalhadores sabem fabricar união.



Maré negra

● Leandro Martins

Sou dos que se consideram imbuídos do espírito de Aljubarrota. Com isto quero dizer apenas que não suporto a arrogância nem a ingerência, mas aprecio caramelos de Badajoz e tapas, tal como suponho que a maioria dos espanhóis se pelam pelo café português.

E pretendo que acaba aqui o meu pessoal conceito de «relações ibéricas». Que, admito, considero magro. Acho que vivemos de costas e que é pena. Que nos desconhecemos culturalmente e que é um dó de alma. Mas vejo razões, ou, pelo menos, compreendo-as, para que olhemos desconfiadamente para lá da fronteira e para ainda mantermos ditos arcaicos que as circunstâncias históricas talvez expliquem, como aquele que afirma que de Espanha nem bom vento nem bom casamento. Enfim, velhos rancores e prudências



de quem se sabe pequeno de mais para não arriscar ser estrangulado num fraternal abraço.

Apesar de tudo, vivemos num mesmo vasto espaço partilhado numa extensa península a que a geografia não desenhou marcadamente separações. Tal como vivemos na Europa e não foi a CEE e depois a UE que nos tornou europeus de cepa, já o Camões escrevia que Portugal era a face da Europa. O «espírito de Aljubarrota» também quanto à integração europeia confirma a sua validade. Muito alertamos para os perigos de uma integração dominada pelos interesses do capital e dos grandes. Os anos destruidores do nosso tecido produtivo e de ataques aos direitos e interesses dos trabalhadores para nos conformarmos ao modelo ditado por Bruxelas revelam que

tínhamos razão. E que o sonho de uma Europa de paz e cooperação está longe de se concretizar.

Ilustrando o que quero dizer, a questão do petroleiro que vagueou ao largo da costa peninsular, veio sublinhar que a cooperação não existe. E que as questões que realmente afectam a todos são encaradas por cada um como se o outro fosse um inimigo. O jogo do empurra a que nos foi dado assistir foi um dos mais escandalosos episódios que mancham mais do que um lençol de crude. Até vimos encartados pivôs europeístas ferrenhos a dizer que, «graças a Deus, a mancha desloca-se para a Galiza!» Em lugar de correr a acudir, cada um soprou os ventos sobre a maré negra, na esperança que ela se derramasse sobre o vizinho. Como se dois carros da mesma família derrapassem numa mancha de óleo e um deles se espatifasse com todos os primos dentro. «Graças a Deus que não morremos nós», diria o esperto condutor, pondo-se a cavar dali.

Frases

“Os jornalistas esforçam-se por nos convencer de que são independentes. Independentes são, desde logo na sua liberdade de pré-seleccionar. Mas essa pré-selecção está indissoluvelmente ligada a opções editoriais que são também ideológicas. Logo, independentes, sim, mas não isentas”

(Mário Pinto, Público, 25.11.02)

“Paulo Portas (...) veio ao de cima com a maré negra do “Prestige”, depois de uma temporada de contenção forçada por causa da (...) Universidade Moderna (...) Sacou da pedra e da funda e atirou-se ao Golias espanhol (...) nada como uma pequena “guerrilha” com os castelhanos para restabelecer a popularidade”

(Rui Baptista, idem)

“É verdade que, pelo meio, Portas se esqueceu de convocar o Conselho Superior Militar por causa do orçamento para 2003, e que a Marinha não tem dinheiro para suportar missões externas nos próximos meses. Mas isso que interessa?”

(Idem, ibidem)

“Portas sabe que ninguém no mundo inteiro nos pretende “agredir” e que, no resto, o pequeno Portugal não conta. Daí a ideia de pôr os militares a combater o narcotráfico e, calculem, as redes de imigração ilegal, precisamente aquilo em que os militares em caso algum devem tocar.”

(Vasco Pulido Valente, Diário de Notícias, 22.11.02)

“Porquê? Porque [os militares são] último recurso da violência do Estado, eles têm de ficar à margem da sociedade “civil”, incontaminados, como garantia absoluta da segurança e da lei. Reprimir o crime organizado, por definição, não lhes compete. É um erro e um erro crucial”

(Idem, ibidem)

“No momento em que se assiste à destruição do que foi conquistado pelos trabalhadores, a custo de muitos sacrifícios e tantas vezes de vidas destroçadas ou perdidas, o PS fica calado. Cabe, pois, no mínimo, constatar que quanto à tão proclamada viragem à esquerda, estamos conversados.”

(Leonel Moura, A Capital, 24.11.02)

“Ao contrário do que diz Ferro Rodrigues, a luta com este pacote laboral não é um problema dos sindicatos, mas sim uma questão de civilização e de desenvolvimento social que deve mobilizar todos os portugueses que não se resignem com a miséria em que vive a maioria dos seus concidadãos”

(Idem, ibidem)

“A democracia de baixa intensidade, caracterizada pela quebra da tensão ideológica e pelo esvaziamento dos princípios éticos, propicia a propagação do clientelismo político e da corrupção”

(Alfredo Barroso, Expresso, 23.11.02)

“Os americanos dizem que só há duas coisas certas na vida: a morte e os impostos. Em Portugal, só a primeira é certa – a segunda varia.”

(Nicolau Santos, idem)

“A política em Portugal está a entrar numa nova fase, onde o confronto se fará na rua”

(Rui Teixeira Santos, Semanário, 22.11.02)



Política
governamental
sacrificada
deliberadamente
os trabalhadores

Comité Central do PCP apoia greve geral Uma luta justa e necessária

O Comité Central do PCP, reunido na passada sexta-feira, manifestou o seu «claro, inequívoco e activo» apoio à greve geral dos trabalhadores portugueses, convocada pela CGTP para dia 10 de Dezembro. Em conferência de imprensa, realizada no mesmo dia, o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, resumindo as conclusões da reunião (que transcrevemos na íntegra), chamou também a atenção para o facto de três anos após o grave desastre ecológico ERIKA e da União Europeia e os respectivos governos terem declarado ir tomar severas medidas, «os escândalos se manterem guiados pela busca do lucro máximo». «O petroleiro “Prestige” tinha como proprietário um liberiano, situado em Atenas, navegava com pavilhão das Bahamas, transportava fuel oil de uma sociedade russa, estava seguro na Inglaterra e tinha uma tripulação grega, romena e filipina!», lembrou Carlos Carvalhas. Os comunistas entendem, assim, que «o Estado Português deve tirar todas as lições do caso “Prestige” e tomar medidas que permitam ao País estar mais apto a dar resposta a estas situações e que na União Europeia se deve passar das palavras aos actos». Também no momento em que a Administração Bush continua a preparar o desencadeamento de um ataque ao Iraque, «o PCP condena a manifestação de triste subserviência dada pelo Primeiro-Ministro nessa Cimeira ao oferecer desde já a Base das Lajes para esse ataque caso haja “uma iniciativa americana”». Ao dizer caso haja «uma iniciativa americana» em vez de eventualmente, dizer caso haja «uma nova resolução e decisão do Conselho de Segurança», Durão Barroso «veio alinhar-se pela absurda tese norte-americana de que a Resolução 441 os autoriza a atacar o Iraque, o que é inaceitável», disse, ainda, Carlos Carvalhas.

«Reunido em 22 de Novembro de 2002, o Comité Central do PCP examinou e debateu os principais aspectos da situação política nacional e da acção do Partido, com especial incidência na gravíssima ofensiva do Governo PSD-CDS/PP contra os direitos dos trabalhadores e legítimos interesses populares e no poderoso, diversificado e combativo movimento de resistência social e política que está fazendo frente àquela perigosa e intolerável ofensiva.

Neste âmbito, são de destacar designadamente as seguintes apreciações e conclusões:

1 O Comité Central do PCP sublinha que, sete meses após a formação do Governo de direita, para além do ostensivo rasgar das principais promessas eleitorais, o principal saldo da acção governativa é uma conduta – em muitos aspectos irresponsável – que está promovendo o agravamento de todos os principais problemas que a direita proclamava querer enfrentar e resolver e um deliberado propósito de empolar, distorcer e dramatizar alguns problemas e dificuldades

do País como forma de «justificar» um violento ataque ao poder de compra e aos salários, um inaceitável agravamento de impostos sobre quem trabalha, a imposição de uma nova legislação laboral de profundo retrocesso e gritante injustiça, o avanço furioso do processo de privatizações nas mais diversas áreas da vida nacional.

2 O Comité Central do PCP salienta que hoje está à vista que, como o PCP atempadamente advertiu, a deliberada aposta do Governo na criação e fomento de uma «psicologia de crise», a sua opção de confundir propositadamente dificuldades orçamentais (que a sua cega e quase solitária obediência ao Pacto de Estabilidade empola) com «crise económica» e com «o país de tanga» teve a nefasta consequência de criar um ambiente de retracção do consumo popular e do investimento privado, de induzir factores de retracção da actividade económica (provocando o aumento do desemprego e acrescidas dificuldades para as pequenas e médias empresas) e de comprovada quebra de receitas fiscais, com o muito provável resultado final da manutenção ou agravamento dos problemas orçamentais.

Acresce a esta desastrosa orientação de fundo a apresentação e aprovação de um Orçamento de Estado que, além de consagrar uma política socialmente injusta, diminui o investimento público precisamente numa conjuntura em que seria a sua ampliação que poderia contrariar uma perspectiva de estagnação ou recessão económica.

3 O Comité Central do PCP salienta a profunda e deliberada mentira que encerra o discurso governamental em torno de uma suposta repartição equitativa dos «sacrifícios».

Na verdade, o que a política governamental ilustra exuberantemente é uma deliberada intenção de sacrificar os trabalhadores e a generalidade da população e de beneficiar e reforçar o poder do grande capital.

Com a política do Governo do PSD e de CDS-PP, os trabalhadores, os reformados e a maioria da população estão sofrendo uma escalada de aumentos de preços, de perda de poder dos salários e das reformas e de limitação de regalias e direitos mas já os grandes interesses económicos e financeiros estão conquistando acrescidas benesses e novas oportunidades de assalto ao património público através das privatizações. E enquanto os trabalhadores por conta de outrem (os principais pagadores de impostos) vão sofrer agravamentos no IRS (e os pequenos empresários no IRC), já não houve «dificuldades orçamentais» nem «crise» que impedissem o Governo de isentar a especulação financeira do pagamento de impostos e de inscrever no OE para 2003 um gasto de 326 milhões de contos em benefícios fiscais, no essencial dados aos grupos económicos e financeiros e aos fundos de pensões privados.

4 O Comité Central saúda a afirmação e desenvolvimento nos últimos meses de um forte, diversificado e impressionante movimento de lutas sociais contra a política do Governo, com justo destaque para as lutas dos trabalhadores de numerosas empresas em defesa dos postos de trabalho; para as diversas acções de protesto dos estudantes; para a manifestação de reformados de 14 de Novembro; para as greves dos trabalhadores dos impostos, dos trabalhadores administrativos e auxiliares da área da saúde, das educadoras e educadores de infância, da Portucel, dos CTT, da Hotelaria, das tripulações do arrasto costeiro; para a notável greve e manifestação nacional dos trabalhadores da Administração Pública (especialmente agredidos com a arbitrária modificação das regras de aposentação) em 16 de Outubro; para a acção nacional promovida pela CGTP-IN em 30 de Outubro, com grandes concentrações e manifestações em várias capitais de distrito; e para a greve da Administração Pública em 14 de Novembro que envolveu cerca de meio milhão de trabalhadores.

5 O Comité Central do PCP reafirma como um inadiável imperativo democrático da hora presente o alargamento da resistência e a ampliação do combate à ofensiva do Governo que, agredindo no imediato de forma insuportável os interesses e condições de vida da maioria da população, visa impor retrocessos históricos nos direitos dos trabalhadores e enfraquecer gravemente ou destruir serviços e siste-

mas públicos, como é particularmente patente nas áreas da segurança social, da saúde, da água e do saneamento.

6 Num quadro social e político marcado por um profundo descontentamento popular, o Comité Central do PCP sublinha a importância decisiva para o presente e o futuro dos trabalhadores portugueses, para o progresso da sociedade portuguesa e para a vida da democracia portuguesa consagrada na Constituição do activo combate ao pacote laboral que representa a mais ameaçadora declaração de guerra contra o mundo do trabalho desde o 25 de Abril e cuja aprovação representaria uma desumano avanço e fortalecimento do poder das empresas sobre os trabalhadores, de profunda lesão dos seus direitos, de violenta agressão à sua dignidade e de brutal reforço da sua exploração.

7 O PCP saúda a justa e corajosa decisão da CGTP-IN de, no desenvolvimento do grande movimento de lutas dos últimos meses e no quadro de uma luta que terá de prosseguir com confiança e determinação, convocar para dia 10 de Dezembro uma greve geral dos trabalhadores portugueses que constitua uma marcante demonstração da sua viva oposição à política e aos planos do Governo, uma grande contribuição para a sua necessária derrota e um poderosa afirmação na vida nacional da sólida vinculação e apego dos trabalhadores aos direitos que tão duramente conquistaram e da sua reclamação de uma nova política que respeite quem trabalha.

8 Reafirmando o claro, inequívoco e activo apoio do PCP à greve geral convocada pelo movimento sindical unitário, o Comité Central apela a todos os militantes, simpatizantes e apoiantes do PCP para que, quer nas organizações sindicais em que participem quer na esfera da acção partidária directa, contribuam, por todas as formas ao seu alcance, para o êxito das manifestações e acções marcadas para dia 30 de Novembro e da greve geral de 10 de Dezembro.

O Comité Central apela designadamente a todos os comunistas para um grande e generoso esforço para, até dia 10, levar ainda mais longe o esclarecimento sobre o carácter profundamente gravoso e injusto das medidas e políticas governamentais, sobre os perigos e consequências do pacote laboral e sobre a vantagem em lhe dar um mais forte combate antes que seja aprovado na generalidade pela maioria PSD-CDS/PP na Assembleia da República, o que Governo quer fazer em 15 de Janeiro.

Apela a um esforço e a uma atitude que favoreçam a mais vasta união dos trabalhadores na adesão à greve geral independentemente das suas simpatias e opções sindicais, políticas, partidárias, ideológicas ou eleitorais.

Apela a que, através de formas diversas de solidariedade e afirmação pública de reclamações, os sectores, organizações e grupos sociais que não estejam directamente abrangidos pela greve geral, façam convergir com a greve geral as muitas e boas razões que têm para protestar contra a política do Governo.

Apela a um amplo esforço de resposta convicta (mas sempre respeitadora de diferentes opiniões) a atitudes de resignação e fatalismo, insistindo em que vale a pena lutar, em que só lutando se pode ganhar e em que, em nome do presente e do futuro, é indispensável travar um rumo que só pode agravar os problemas dos portugueses e os problemas de Portugal.

9 Em coerência com a intensa e destacada acção que vem desenvolvendo na resistência à política do Governo e na afirmação de propostas construtivas de políticas alternativas, o PCP reafirma o seu profundo compromisso de, nesta conjuntura particularmente exigente, honrar plenamente as suas responsabilidades de partido democrático e nacional, de força inteiramente devotada aos interesses e aspirações dos trabalhadores e do povo português, de força activamente empenhada na convergência de energias e de vontades de luta, de mudança e de transformação que é indispensável para conquistar um caminho de confiança, esperança, progresso e justiça social para Portugal.»

Congresso do PCP/Açores defende autonomia constitucional como um valor socialmente útil

Pelo desenvolvimento regional

Realizou-se, no último fim-de-semana, no Auditório dos CTT, em Ponta Delgada, o 7.º Congresso Regional do PCP na Região Autónoma dos Açores. Um Congresso que, nas palavras do secretário-geral do PCP de Carlos Carvalhas - que assistiu aos trabalhos - foi «um testemunho de vitalidade do PCP, profundamente açoriano e por isso mesmo português».

Os trabalhos do Congresso tiveram início com uma intervenção de José Decq Mota, coordenador do PCP/Açores, que sublinhou o facto de que, para o PCP, «defender e reforçar a democracia nos Açores» significa «defender, utilizar e potenciar a Autonomia Constitucional como um valor em si, básico, perene nas suas características fundamentais, essencial ao desenvolvimento regional, socialmente útil» e não como «um qualquer valor de troca, usado ou amputado (política e financeiramente) em função de conveniências do momento, por visões de natureza descaracterizadora, redutora ou partidária, seja do ponto de vista do poder regional ou central».

Para o PCP, acrescentou, a Autonomia e o Desenvolvimento Regional implicam «a estabilidade da aplicação de uma Lei de Finanças Regio-

nais que garanta previamente e de forma predeterminada a sustentação daqueles».

O desenvolvimento regional exige um esforço permanente de negociação

Implicam «o combate firme e persistente, com vista a impedir o regresso que o Governo da República pretende impor à Região, através da possibilidade legal de cortes aleatórios e ilegítimos nas transferências do OE, para o tempo em que essas transferências eram todos os anos regateadas sem critério fixo entre a Região e a República».

José Decq Mota considerou, ainda, que o Desenvolvimento Regional, pela sua condição ultraperiférica, está obrigado a «um esforço político permanente de negociação, envolvendo a República, ao nível comunitário e ao abrigo do Estatuto de Ultraperiferia, com vista a eliminar factores persistentes de penalização económica (produtiva e de mercado), deriva-

das de os Açores serem ilhas e serem distantes do território contínuo europeu».

Deixando um aviso aos açorianos, o coordenador do PCP/Açores afirmou, por fim,

que o Desenvolvimento Regional estará comprometido à partida «se privilegiar a contraposição dos sectores básicos da economia, nomeadamente Agricultura e Turis-

mo; se, em relação a este último, pactuar com um crescimento anárquico exclusivamente baseado em «mais camas» e maior volumetria de construção; se abandonar

o princípio do equilíbrio entre ilhas; ou se quiser sustentar o crescimento económico na base de uma política de desqualificação e precarização do emprego».



Carlos Carvalhas nos Açores

Sermos mais e melhores

Carlos Carvalhas, na sua intervenção, considerou que o Congresso dos Açores havia constituído uma prova de «dinamismo, determinação e confiança no futuro; de empenho em servir e melhor servir o povo açoriano; de contribuir para a resolução dos seus problemas; de determinação em contar mais para inflectir a política regional e promover o desenvolvimento com a sua vertente social, cultural e ecológica; de abertura e ligação à sociedade, aos trabalhadores e à juventude e de a traduzir em mais força organizada e maior influência na política nacional e eleitoral».

Depois, prosseguindo a sua alocução, acusou o PS e o PSD de terem duas caras, «uma quando estão na oposição, outra quando estão no Governo», ambos sendo responsáveis «pelas privatizações, pela política de concentração da riqueza, pelo crescente domínio da economia portuguesa pelo capital estrangeiro».

Entretanto, sublinhou, o pacote laboral é justificado «como necessário para aumentar a produtividade e a competitividade» mas - disse, parafraseando um delegado ao Congresso - «o que o país precisa não é de um código laboral, mas de um código de gestão empresarial». De facto, «a produtividade depende sobretudo da gestão, da organização, dos meios tecnológicos utilizados, da qualificação profissional, da motivação dos trabalhadores», sendo, por isso, que «os trabalhadores portugueses têm uma elevada produtividade no Luxemburgo, na França e na Alemanha e uma baixa produtividade em Portugal».

A este propósito, Carlos Carvalhas citou a intervenção do Episcopado, que na sua linguagem e registo afirma que «só vale a pena a "competitividade respeitadora da dignidade humana", concluindo que «a necessidade da produtividade, que deve ser vista no conjunto com todos os elementos que a condicionam, envolve a todos. Por isso, não é objectivo endossá-la apenas a uma das partes, os trabalhadores ou os dadores do trabalho. A legislação laboral deve garantir o associativismo como fonte de realização da pessoa». Palavras, ironizou Carvalhas, em que «o Governo e o CDS/PP, que tanto gostam de proclamar a sua inspiração na democracia-cristã, bem fariam atentar...»

Contra a globalização

Abordando, depois, o quadro internacional «difícil, perigoso e complexo» em que o Congresso dos Açores decorre, «em que se ouvem os tambores de guerra e as botas cardadas dos falcões», Carlos Carvalhas considerou que, apesar de o Iraque, «subscrivendo as exigências da ONU, ter retirado o pretexto a Bush», este, «como porta-voz dos interesses das companhias petrolíferas americanas e do império, o que pretende é o controlo das

dos americanos». Uma atitude de «vassalagem» que, segundo o secretário-geral do PCP, «indigna os Terceirenses e todos os amantes da paz».

Aliás, «o objectivo de Bush não é de perseguir os autores dos atentados de 11 de Setembro, que tem mais a ver com os seus aliados de Ryad, que com os seus inimigos de Bagdad. Nem é a questão da segurança do mundo face à proliferação de armas de destruição massiva por parte de um país como os EUA - que já utilizou na guerra do Golfo armas proibidas pela ONU e conta nos seus arsenais com minibombas atómicas, tendo, inclusive, utilizado Antrax, no ano passado, no envio de uma carta». O objectivo «é o domínio das fontes do petróleo e o condicionamento da União Europeia». Daí a necessidade de as opiniões públicas continuarem a manifestar-se contra a guerra «antes que ela comece». Neste sentido, o recente Fórum Social de Florença foi um acontecimento de grande importância, que «deu expressão a aspirações diversas e à transformação social» e «manifestou a sua oposição à globalização capitalista e à hegemonia americana».

Acreditando interpretar o sentimento do Congresso, Carlos Carvalhas manifestou a inteira solidariedade dos comunistas à Alta Autoridade Palestiniana e ao povo Palestino, bem como «às forças de paz que em Israel se opõem à política criminoso da Sharon» e considerou a necessidade de «pôr fim à espiral de violência e dar corpo ao Estado Palestino e às Resoluções da ONU».

Saudou, a seguir, todos os povos em luta, do Saara, da Colômbia, do Brasil e da eleição Lula da Silva, e, ainda, a luta pelo desenvolvimento

travado pelo povo de Timor.

A terminar, Carlos Carvalhas sublinhou a determinação do PCP, reiterada no Congresso, de «dar voz a quem não tem voz», de «lutar pelo progresso e a justiça social» e ser, como disse uma delegada, «não menos comunistas como gostariam alguns, mas, sim, mais e melhores comunistas!». Enfim, «um colectivo generoso que não vira as costas às dificuldades, um colectivo com causas, valores, e convicções. Um colectivo que quer a transformação social, que quer estar cada vez mais aberto à sociedade e ligado às massas populares».



gigantescas reservas petrolíferas do Iraque e do Médio Oriente, impor a lei do mais forte e a nova ordem económica e militar da globalização capitalista».

É nesse sentido, prossegue, que Bush afirma reservar-se «o direito de decidir unilateralmente a guerra ao Iraque». Mas o combate ao terrorismo e a questão dos direitos do homem «são apenas cortinas de fumo». E enquanto Bush continua a preparar o desencadeamento de uma ataque ao Iraque, como se viu na Cimeira da NATO, «Durão Barroso apressou-se subservientemente a oferecer as Bases das Lajes para um ataque unilateral

MAFAMUDE Situações dramáticas

No âmbito de uma acção de rua a que deu o nome de «Comunistas com Mafamude», a Organização do PCP em Mafamude deslocou-se, há dias, à zona do Agueiro, onde constatou a existência de graves problemas sociais e de planeamento.

A visita começou pelo Bairro Vasconcelos, onde os comunistas se depararam com uma família de oito pessoas a viver numa casa sem quaisquer condições, entre as quais um doente com problemas respiratórios. Numa outra ilha, paredes meias com um condomínio fechado, encontraram, numa casa em ruínas, uma outra pessoa a viver de alguma comida que lhe dá um merceiro vizinho. Finalmente a comitiva do PCP depara-se, em plena Rua do Agueiro com um esgoto a céu aberto e um enorme monte de entulho. Enfim, situações dramáticas que levam os comunistas a lutar com força redobrada pelo bem-estar dos mafamudenses.

VILA NOVA DE FAMILIÇÃO EDP desacautela interesses dos consumidores

O encerramento e deslocamento de serviços fundamentais da EDP para áreas periféricas ao Concelho de Vila Nova de Famalicão merecem o repúdio da Comissão Concelhia do PCP, que acusa esta empresa de ter uma visão economicista que a leva, na ânsia de obter mais lucros, a desacautelar os interesses dos consumidores e aumentar a possibilidade de deterioração da já fraca qualidade dos serviços que presta. Esta política não é recente, dizem, porém, os comunistas. Há muito que os direitos dos consumidores do concelho e os direitos e interesses dos trabalhadores da EDP vêm a ser violados, quer pela acção do PS, que durante vinte anos governou a Câmara, quer do PSD que, agora, na Câmara, se esquece do que reclamou enquanto oposição. Relativamente ao PS, a Concelhia do PCP acusa-o, ainda, de ter precipitado um acordo de prolongamento da concessão que firmou com a EDP, por mais vinte anos sem, sem que tivesse levado o assunto à discussão na Assembleia Municipal. Por seu lado, o PCP de V. N. de Famalicão vai continuar a lutar contra o encerramento dos pontos de apoio aos consumidores da EDP no Concelho, indo debater o tema com os famalicenses, de forma a procurar sustentar esta política.

EMIGRAÇÃO PCP lança abaixo-assinado

O PCP lançou há semanas entre as estruturas da emigração uma campanha de recolha de assinaturas reivindicando a resolução das questões que mais interessam aos portugueses residentes no estrangeiro. Os subscritores do abaixo-assinado — que teve muito boa receptividade por parte das comunidades e suas associações —, considerando que «chega de promessas!», exigem, nomeadamente, medidas concretas para a área do ensino da língua e cultura portuguesas; melhorias na rede e nos serviços consulares; alterações na legislação sobre a reforma dos ex-militares. No final de Novembro, o abaixo-assinado será entregue ao Governo.

Greve geral

Decidiu a CGTP-IN, pelo voto unânime dos membros do Conselho Nacional, marcar uma greve geral para o dia 10 de Dezembro, mantendo as manifestações, concentrações e acções para o dia 30 de Novembro em diversas capitais de distrito.



Jerónimo de Sousa
Membro da Comissão Política

Uma decisão desta natureza teve de ter uma avaliação dos factores objectivos que a determinam e das condições subjectivas que conduzam ao grau de envolvimento e mobilização dos trabalhadores.

Houve um facto relevante: após um processo de discussão e negociação em sede de concertação social, o Governo aprovou em Conselho de Ministros a proposta de lei do denominado Código do Trabalho com envio imediato à Assembleia da República.

Era tanta a pressa de despachar a aprovação (pelo menos na generalidade) da proposta de lei antes do encerramento da Assembleia, previsto para 20 de Dezembro, que a separata do Diário da República, normal e regimentalmente mandada publicar pela Comissão de Trabalho e Assuntos Sociais, começou a ser graficamente produzida na Imprensa Nacional antes do seu obrigatório anúncio pelo Presidente da Assembleia da República.

Assim, a separata do Diário surge à luz do dia, marcando o debate público

Dando um retoque aqui ou acolá mas mantendo as principais malfeitorias e nalguns casos reabrindo velhas feridas como a ameaça às pausas no horário de trabalho, o Governo ensaiou uma manobra de propaganda, usando o famoso artifício de «mudar alguma coisa para deixar tudo na mesma». Ou seja, aquilo que é estruturante e matriz do pacote laboral continua a estar lá: no alargamento das causas por despedimento e do tempo dos contratos a prazo; na desregulamentação dos horários de trabalho; na transformação do trabalhador em «pau para toda a obra» pela via da mobilidade funcional; na alteração do trabalho nocturno; na sujeição do direito a férias ao princípio da assiduidade; piorando o conceito de retribuição; abrindo a possibilidade de violação da vida privada dos trabalhadores; fazendo o garrote ao direito de greve, visando a liquidação dos contratos colectivos e das convenções colectivas em vigor com todos os direitos que deles decorrem.

“Aquilo que é estruturante e matriz do pacote laboral continua lá”

O que está em causa

O truque do Governo não resultou. Os trabalhadores sabem que aquilo que está em causa são os direitos que têm e que

estão em perigo, tanto na versão primeira como na actual da denominada Proposta de Código de Trabalho.

Poderia porventura o movimento sindical ficar numa posição atentista e paralisante, enquanto a proposta era votada na generalidade? Esperar-se-ia que o Governo e a maioria que o apoia tivessem um acto de arrependimento na discussão e votação da especialidade, só pela capacidade de diálogo e argumentação no mês de discussão pública que foi abundantemente pro-

duzida na fase em que o processo esteve presente na concertação social?

duzida na fase em que o processo esteve presente na concertação social?

Perante a decisão da CGTP-IN de convocar a greve geral para o dia 10 de Dezembro, o Governo fez uma inflexão táctica alargando o prazo de discussão para Janeiro mas afirmando de seguida que não se «desviará um milímetro dos seus objectivos».

Com medo da luta e da unidade na acção dos trabalhadores, procurou neutralizar a disponibilidade de muitos trabalhadores para a luta e dar justificação a quem não quer lutar.

Sejam rigorosos! O que se vai seguir na Assembleia da República é um processo de audição e participação das organizações dos trabalhadores na legislação laboral e não um processo de negociação.

Se fizermos uma retrospectiva histórica, houve algum pacote laboral que fosse derrotado sem a luta a tempo? Lutando agora é do futuro que se está a tratar.

Primeiro, porque nunca, depois de Abril, a ofensiva contra os direitos dos trabalhadores foi tão perigosa e profunda. Mais cedo que tarde, nenhum trabalhador ficaria intocável as medidas que o pacote laboral preconiza.

Segundo, porque há outras causas que convergem para a greve geral de 10 de Dezembro. A luta por salários mais dignos, o combate ao aumento do custo de vida e ao aumento dos preços, a injustiça na fiscalidade, a mutilação de direitos dos trabalhadores da Administração Pública, designadamente nas questões da aposentação e da entrada em vigor da agravada «Lei dos Dispositivos», as medidas para socavar o fosso geracional dos direitos.

Mas será que esta luta duríssima que terá um ponto alto no dia 10 de Dezembro e que vai exigir muita determinação e um maior fôlego é apenas uma questão social e sindical?

É isso, mas também é mais do que isso. É uma luta que comporta a defesa do próprio regime democrático na sua inseparável componente social. É uma luta que rasga caminhos a uma alternativa de esquerda, onde os direitos dos trabalhadores têm de ser intrínsecos a essa alternativa.

São razões fortes e bastantes para o generoso e combativo empenhamento do PCP nesta luta.



PESO DA RÉGUA

Situação inaceitável na Casa do Douro

A situação de salários em atraso aos trabalhadores da Casa do Douro é «inaceitável», diz a Comissão Concelhia de Peso da Régua do PCP, para quem as propostas do Governo para resolver a situação não correspondem às necessidades da Casa do Douro. Assim, por iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP, está em agenda na Comissão de Agricultura da Assembleia da República o início da audição ao ministro da Agricultura e às estruturas representativas da região, com vista ao debate da reforma institucional da Região Demarcada do Douro. Desde já, o PCP defende que esta salvedade a manutenção na Casa do Douro das atribuições que detém a título originário e do carácter de Associação pública; o exercício pela Casa do Douro, a título delegado, de funções executivas sobre matérias referentes à disciplina e controlo da produção de vinho generoso; a garantia de emprego e salários dos seus funcionários.

PENACOVA

Tudo em família

A Junta de Freguesia de Sazes de Lervão, no concelho de Penacova, parece ter-se transformado numa empresa familiar, acusa a Comissão Concelhia de Penacova do PCP.

De facto, de acordo com a denúncia dos comunistas, um elemento do executivo, construtor civil de profissão, é o empreiteiro «contratado» para fazer alguns trabalhos por conta da Junta; a sua filha, habitual contratada para trabalhos administrativos que eventualmente aparecessem, foi «encaixada» no Jardim de Infância, a funcionar no edifício da Junta; agora, é a vez da sua mulher, contratada para umas limpezas na escola e como acompanhante das crianças para o Jardim de Infância.

Entretanto, dos concursos, «quem sabe deles?», pergunta o PCP, para quem talvez a Inspeção Geral da Administração do Território pudesse ajudar a esclarecer essa dúvida.

CAMARADAS FALECIDOS

Francisco da Paula Júnior

Faleceu, recentemente, com 80 anos, o camarada Francisco da Paula Júnior, contabilista. A seguir ao 25 de Abril, pertenceu à célula da Urbisado.

Horácio Gonçalves

Faleceu, no dia 16 de Novembro, o camarada Horácio Gonçalves, de 67 anos de idade. Estava organizado na freguesia de S. Miguel, em Alfama, onde residia.

Jerónimo dos Santos

Faleceu, no passado dia 21 de Novembro, com 91 anos de idade, o camarada Jerónimo dos Santos, natural e residente em Tomar. Destacado militante comunista e resistente antifascista, esteve preso pela PIDE. Combatente pela liberdade e pelos valores de Abril, foi ao longo da sua vida um exemplo para quantos o conheciam.

João Bernardo da Silva

Faleceu, no passado mês de Outubro, o camarada João Bernardo da Silva. Militante do Partido de antes do 25 de Abril, esteve preso pela PIDE na prisão de Caxias. Era muito estimado pela população de Castanheira do Ribatejo, onde estava organizado.

João Manuel Leitão Serras

Faleceu, no dia 11 de Novembro, o camarada João Manuel Leitão Serras, de 50 anos de idade, natural de Mouriscas, Abrantes. Trabalhador exemplar e de grande dignidade, foi activista sindical e seccionista na Caixa Geral de Depósitos, sendo muito estimado por quantos o conheciam. Pertencia à célula daquela empresa na Organização de Lisboa.

Joaquim Augusto Oliveira

Faleceu, no dia 21 de Novembro, com 83 anos de idade, o camarada Joaquim Augusto Oliveira, residente em Torres Vedras. Ligado ao Partido desde os 18 anos, esteve preso em Caxias. Foi impulsionador e presidente da Associação de Reformados de Torres Vedras.

José Luiz

Faleceu, no dia 21 de Novembro, com 83 anos de idade, o camarada José Luiz, natural de Matacães, Torres Vedras. Foi preso pela PIDE, antes do 25 de Abril, pela sua actividade antifascista. Conhecido dos problemas agrícolas, foi impulsionador do Movimento dos Pequenos e Médios Agricultores, tendo contribuído, também, para a fundação da CNA - Confederação Nacional da Agricultura.

Joaquim David

Faleceu, no dia 17 de Novembro, com 77 anos de idade, o camarada Joaquim David, natural do Couço e residente em França. Era membro do Partido desde 1983.

Maria da Conceição Marques

Faleceu recentemente, no Hospital de Santa Cruz, em Carnaxide, a camarada Maria da Conceição Marques, organizada no Sector da Função Pública, célula do Ministério da Agricultura, onde militava desde 1982. Camarada muito activa, desempenhou um papel muito importante na retoma de contactos com camaradas da célula do Ministério, desde que se tinha aposentado, há cerca de um ano.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Com grande participação, o seminário sobre as ameaças à segurança social serviu para traçar linhas de acção contra a privatização

Perigos e desafios do tempo presente

Em seminário, o PCP concluiu, no sábado, que a reforma da Segurança Social anunciada pelo Governo mais não é que a expropriação dos seus meios financeiros, para entregá-los à Banca e aos Seguros, destruindo, com a privatização, a capacidade de satisfazer as necessidades dos trabalhadores.

«Não é uma reforma mas sim uma contra-reforma, retrógrada e reaccionária ao serviço dos grandes interesses», foi

a forma como o Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, começou, na sua intervenção, por classificar as alterações agora propostas pelos partidos do Governo e pelo ministro da pasta, Bagão Félix, ministro que por sinal tem currículo comprometido com as alterações que o Governo pretende implementar: «Não é mera casualidade o facto de António Bagão Félix ser um antigo administrador da Companhia de Seguros Bonança, subsidiária do Banco Comercial Português, centrada na Pensão-Gere, que detém cerca de 25 por cento da quota de mercado, liderando o ranking, com um volume de activos de cerca de 700 milhões de contos e que estão em risco de passar para as mãos do capital estrangeiro.»

A iniciativa realizou-se no âmbito da campanha *Em movimento por um Portugal com futuro* e decorreu numa sala esgotada num hotel de Lisboa, no passado sábado. Um seminário subordinado à reforma da segurança social, que Bagão Félix e o Governo de direita pretendem realizar. Na mesa do seminário estiveram o Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, o deputado, da Assembleia da República, Lino de Carvalho, Fernanda Mateus, da Comissão Política, Maria do Carmo Tavares, da CGTP-IN, João Araújo e Eugénio Rosa.

Na «roleta bolsista»

Recordando que o próprio Instituto de Seguros de Portugal reconhece que esta reforma vai proporcionar às seguradoras volumes potenciais de negócios de pelo menos 4,2 mil milhões de contos, Carlos Carvalhas demonstrou assim que «o que está em causa não é a melhoria da protecção e da segurança social dos portugueses». «O que está em causa são os 3000 milhões de contos/ano de desconto e as reservas do Fundo de Estabilização Financeira que se aproximam dos 2000 milhões de contos/ano que se quer o mais depressa possível jogar na roleta bolsista».

Ao longo do seminário, foi sublinhado que esta «contra-reforma» nada tem a ver com o aumento progressivo do salá-

rio mínimo ou com a falsa liberdade de escolha. Progressão que, como lembrou Carvalhas, «já estava consagrada na

«Visam transformar a velhice em fonte de lucros para a Banca»

lei de bases da Segurança Social e até em termos mais favoráveis».

A lei tem apenas dois anos e o Governo de direita pretende agora des-

truí-la.

Para o PCP, a nova proposta de lei visa «uma progressiva destruição dos alicerces da Segurança Social em Portugal como direito universal e do seu contributo como instrumento reparador da desigual distribuição de riqueza».

Primeiro passo da privatização

Carlos Carvalhas recordou que o primeiro passo para a privatização de uma parte da Segurança Social deveu-se à introdução de tectos contributivos: «um primeiro passo numa linha de transferência das contribuições dos trabalhadores, para as sociedades gestoras de fundos de pensões,

bancas e seguradoras. «É-lhes imposta a troca de reformas certas pagas pelo Sistema Público, pelas reformas incertas dos fundos de pensões privados.» «Esta medida visa transformar a velhice em fonte de inenunciáveis lucros para o grande capital financeiro, à custa das contribuições de uma vida de trabalho das gerações trabalhadoras mais jovens.»

No seminário foi recordado que a medida dos tectos contributivos teve forte apoio e iniciativa do PS, quando esteve no Governo, pela mão do então secretário de Estado socialista Paulo Pedroso, medida que Bagão Félix pretende agora implementar e que trará como consequência «a progressiva destruição da universalidade de direitos e de uma cultura de solidariedade entre gerações entre os trabalhadores, incluindo os que têm salários mais altos, as empresas e o Estado. É o caminho para degradar o sistema e justificar mais adiante que se institua apenas um sistema público assistencial para os pobrezinhos», disse Carlos Carvalhas.

Ricos

«alargam o cinto»

Satisfeita está a Associação da Empresas Gestoras de Fundos de Pensões, SGPS, banca e seguros, manifestando-se «claramente a favor da intro-

dução dos tectos contributivos», «visando, segundo as suas palavras, a «oxigenação» do sector».

Ou seja, como recordou Carvalhas, «aperta o cinto aos trabalhadores e aos micro, pequenos e médios empresários e alarga-o aos banqueiros e aos grandes senhores do dinheiro».

O deputado Lino de Carvalho salientou que este projecto de lei vem pôr em causa o financiamento da Lei de Bases aprovada em 2000, não estando as verbas previstas no OE para o cumprimento da lei em 2003.

Mas não é só dos dinheiros da Segurança Social que vivem as benesses à Banca e às seguradoras. Carvalhas recordou os benefícios fiscais cedidos pelo Governo de direita, como foi o caso do aumento do IVA que «é de grande injustiça», bem como a anunciada isenção de impostos para as SGPS, somando a isto que «os dividendos das acções de empresas sujeitas a processos de privatização passam a ser tributadas apenas por metade dos lucros atribuídos», concedendo também «benefícios fiscais às Sociedades Gestoras de Fundos de Pensões», tudo isto «para facilitar o plafonamento e a privatização da Segurança Social».

Benefícios fiscais que são já da ordem dos 326 milhões de contos, ou seja, mais 3,2 por cento que no anterior OE.



«Uma contra-reforma reaccionária ao serviço dos grandes interesses»

Convergência na acção Com a greve geral

O seminário concluiu, como Carvalhas afirmou a terminar a sua intervenção, que «a derrota desta política e deste Governo passa pela intervenção, pela denúncia, pela luta de massas e pela convergência na acção de todas as forças democráticas», saudando assim «a corajosa decisão da CGTP-IN de convocar para 10 de Dezembro a greve geral. Perante este quadro, o PCP tem, desde a primeira hora, afirmado que «é indispensável desenvolver um movimento de resistência em defesa do Sistema Público de Segurança Social e contra a alteração da Lei de Bases», afirmou o Secretário-Geral do PCP, considerando a necessidade de, no plano institucional, cada um assumir as suas responsabili-

dades «com coragem e sem jogos de espelhos». Denunciada foi também por vários oradores a impunidade que vivem as empresas que, ano após ano, não descontam para a Segurança Social, bem como o exemplo que foi recentemente nos Estados Unidos, a falência da multinacional Enron, cujos trabalhadores tinham as suas poupanças em planos de reformas das seguradoras. A Enron faliu, as seguradoras, por consequência, também, tendo as poupanças e as reformas de dezenas de milhares de trabalhadores, desaparecido totalmente e de um momento para o outro, graças à especulação bolsista. É esse futuro já conhecido que, com a sua luta, o PCP se compromete em tudo fazer para evitar.

Comunistas do Porto preparam Assembleia de Organização

Um partido com futuro

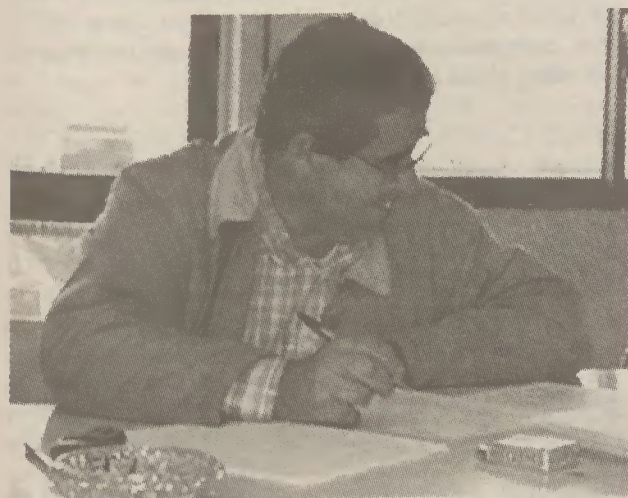
O PCP está a preparar a sua 6.ª Assembleia da Organização Regional do Porto sob o lema «Um Distrito Jovem, Um Partido com Futuro». O Avante!, em entrevista a alguns dirigentes da DORP, revela os traços mais caracterizadores da preparação da Assembleia do próximo dia 8 de Dezembro e, no geral, do sentido futuro da intervenção do Partido no distrito do Porto.

Num ambiente político marcado pela luta, pela contestação ao pacote laboral e a outras políticas do Governo, que o PCP vive, na região do Porto, a Assembleia constitui um momento fundamental de reflexão sobre a sua organização própria, sobre os seus meios e recursos e sobre as prioridades de trabalho.

«Vivemos hoje num ambiente político de grande in-

terferência política e responsável da Direcção da Organização Regional do Porto do PCP, afirmando que «a Assembleia Regional do Porto acabará por se impor, num momento como este, pelos reajustamentos necessários, no plano político, da intervenção partidária, organização e direcção, tendo em conta os desafios próximos que se irão colocar ao Partido no Porto».

O distrito regista um aumento brutal da precariedade e do desemprego



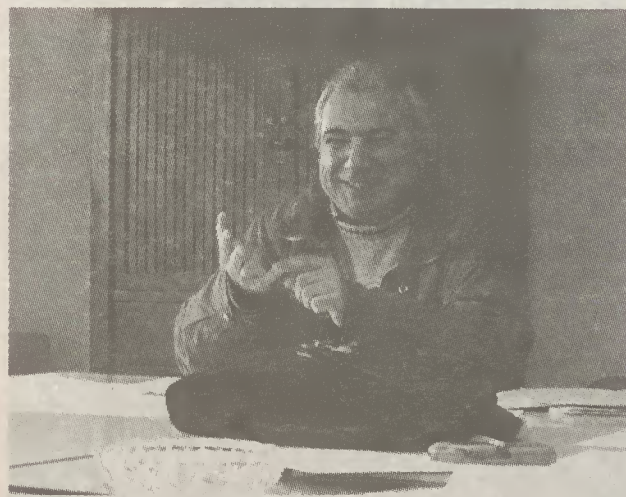
José Timóteo: «A Assembleia não poderá deixar de se debruçar sobre a enorme ofensiva que existe contra os serviços públicos»

tensidade, de desenvolvimento acelerado da luta social, com uma greve geral marcada, e com um conjunto enormíssimo de iniciativas em que o Partido está na rua, discutindo e lutando», explica Sérgio Teixeira, membro da Comis-

são Política e responsável da Direcção da Organização Regional do Porto do PCP, afirmando que «a Assembleia Regional do Porto acabará por se impor, num momento como este, pelos reajustamentos necessários, no plano político, da intervenção partidária, organização e direcção, tendo em conta os desafios próximos que se irão colocar ao Partido no Porto».

ração sobre a importância dos movimentos sociais no distrito, a postura e o papel do PCP nestas dinâmicas também são motivo de análise dos documentos preparatórios, tal como os resultados eleitorais, analisados de uma forma crítica e construtiva.

José Timóteo, membro da DORP, corrobora a ideia de que esta Assembleia surge num momento muito importante da vida do Partido no Porto, tal como num momento alto da luta dos trabalhadores do País e da região. «A Assembleia não poderá deixar de se debruçar sobre a evolução mais recente da situação da região, em particular sobre a enorme ofensiva contra os serviços públicos, traduzida na privatização dos serviços de saúde, nomeadamente de sete unidades hospitalares; no des-



Sérgio Teixeira: «Vivemos hoje num ambiente político de grande intensidade, de desenvolvimento acelerado da luta social»

na privatização da rede e serviços de captação e abastecimento de água, com todas as consequências negativas que se adivinham para as populações», disse.

riedade, do desemprego, que atinge de forma particularmente grave a juventude, mas também nos baixíssimos salários da grande massa de trabalhadores da indústria têxtil, vestuário, calçado - agravados, no caso das mulheres trabalhadoras, pela discriminação salarial e laboral -, a Assembleia Regional será um importante momento para avaliar a realidade do movimento das Comissões de Trabalhadores e, naturalmente, do Movimento Sindical na região, que se confirma entretanto como o maior movimento de massas, mostrando a força e o vigor da CGTP no Porto. «É fundamental que os comunistas reflitam sobre o seu papel e intervenção nestas dinâmicas», alerta José Timóteo, porque, «apesar de subsistirem preocupações grandes com o atraso do Partido e das suas organizações nesta direcção de tra-

balho - que a Assembleia deverá clarificar e corrigir, assumindo com clareza a luta e o esforço concreto para levar avante estes objectivos -, o Partido só aumenta realmente a sua influência na Região com mais organização, mais células, mais e melhor ligação aos trabalhadores, mais e melhor intervenção política».

Responsabilizar mais

Num distrito que se pode considerar um dos mais jovens do país, o PCP tem procurado corresponder com o rejuvenescimento da sua organização, integrando e responsabilizando novos quadros por tarefas do Partido com significado, num sinal claro de confiança e reconhecimento pelas qualidades dos novos militantes comunistas.

«Por um lado, a experiência de funcionamento da Direcção é positiva, mas, por outro, as exigências de trabalho do Partido impõem a sua natural recomposição, sempre com a ideia de um real rejuvenescimento e renovação, fundamentais para o fortalecimento do Partido», afirma Sérgio Teixeira.

Aliados às preocupações em aumentar os recursos e qualificar a intervenção, o crescimento do Partido, o reforço da sua intervenção, a sua unidade e coesão ideológica, constituem o grande desafio dos comunistas no Porto, para o qual se pensa que a Assembleia de Dezembro próximo possa ser um novo e revolucionário impulso.



João Pires: «Há um facto objectivo a ter em conta: os concelhos do interior do distrito do Porto são os mais jovens da região»

membramento da Segurança Social e consequentes prejuízos para os beneficiários; com a desarticulação dos serviços, menor capacidade de resposta, e atraso do processamento e pagamento de reformas e pensões; e, ainda,

O movimento dos trabalhadores

Num período em que aumenta significativamente a exploração dos trabalhadores, bem patente no distrito com o crescimento brutal da preca-

O Partido e a sua intervenção fundamental

Nas palavras de Sérgio Teixeira, o Partido, a sua organização, direcção e intervenção, será o centro da discussão da Assembleia. Aí se avaliarão as insuficiências e deficiências, apontar-se-ão medidas inseridas nas conclusões da Conferência Nacional do Partido e do Encontro Nacional sobre a Acção e Intervenção junto dos trabalhadores. «Há um destaque particular nesta Assembleia à intervenção dos comunistas, em particular à iniciativa partidária e à intervenção institucional. Apresentamos propostas concretas para o desenvolvimento integrado do distrito e principais direcções da luta e intervenção dos comunistas», confirma o responsável da direcção regional.

«A Assembleia vai discutir também a intervenção do Partido junto dos trabalhadores, e vai fazê-lo num quadro das conclusões do Encontro do Partido que estabeleceu conclusões objectivas nesta matéria. Esta discussão tem particular importância no distrito do Porto, que possui largas centenas de milhares de operários e empregados e mais de cem mil jovens trabalhadores», diz José Timóteo, reafirmando que «sobretudo, num Partido como o que somos, pelas suas características e objectivos fundamentais, devemos atenção prioritária a esta realidade e à preocupação

em nela intervir, no espírito de aprofundar a organização e iniciativa partidária no seio da classe operária e de todos os trabalhadores deve ser permanente».

Influência no interior do Distrito

«Há um facto objectivo que tem de importar à avaliação da situação dos concelhos do interior do distrito do Porto: estes são, de facto, os concelhos mais jovens da região», explica João Pires, membro da DORP e responsável do Partido pelo trabalho no Interior do Distrito. Uma realidade que coloca, em termos de intervenção do Partido, desafios originais. «Porque se por um lado a Sub-Região do Vale do Sousa e Baixo Tâmega é marcada historicamente por tradições culturais fortemente conservadoras, onde as estruturas religiosas têm um peso elevado, e onde persiste uma predominante massa operária com sentido de pequena propriedade, que, desde o 25 de Abril, tem sido alvo de um sistemático bombardeamento de propaganda anticomunista», por outro lado, adverte João Pires, «trata-se de uma zona com uma grande massa de juventude». De facto, não menosprezando as difi-

culdades de intervenção, que são reais, - fenómenos de precarização laboral ainda proporcionam grande resistência à luta e ao confronto social -, trata-se do surgimento de uma nova geração, com menos preconceitos, que aceita e adere melhor a ideais de transformação social.

O responsável pelo Interior do Distrito explica ainda que o Partido tem conseguido saber intervir nas instituições, diagnosticando e propondo soluções, mas terá de trabalhar ainda mais no envolvimento das populações na luta pela efectivação de vários direitos: «A Sub-Região sofre dos problemas inerentes à interioridade e existem dificuldades objectivas no acesso a bens ou serviços no nosso entender básicos, como a saúde, a educação (a maior parte das instituições de ensino superior do distrito estão na Área Metropolitana), as acessibilidades, entre outras. O Partido tem de evoluir nesta luta.» «O Partido tem, contudo, tentado fortalecer a organização no interior do distrito e a experiência de criação da Direcção Sub-Regional do Vale do Sousa e Baixo Tâmega é positiva, tem potencializado a responsabilização de mais quadros, e de novos e jovens quadros e tem produzido alguns frutos no trabalho», conclui João Pires.

Um distrito jovem

Num distrito que se pode considerar um dos mais jovens do país, o PCP tem procurado corresponder com o rejuvenescimento da sua organização, integrando e responsabilizando novos quadros por tarefas do Partido com significado, num sinal claro de confiança e reconhecimento pelas qualidades dos novos militantes comunistas.

«Por um lado a experiência de funcionamento da Direcção é positiva, mas por outro as exigências de trabalho do Partido impõem a sua natural recomposição, sempre com a ideia de um real rejuvenescimento e renovação, fundamentais para o fortalecimento do Partido», afirma Sérgio Teixeira.

Aliados às preocupações em aumentar os recursos e qualificar a intervenção, o crescimento do Partido, o reforço da sua intervenção, a sua unidade e coesão ideológica, constituem o grande desafio dos comunistas no Porto, para o qual se pensa que a Assembleia de Dezembro próximo possa ser um novo e revolucionário impulso.



Assembleias do PCP definem linhas de trabalho para reforçar o Partido e alargar a sua influência

Reforçar ligação às massas

Na sequência das decisões tomadas pela Conferência Nacional do PCP, de 22 de Junho, inúmeras organizações do Partido estão a proceder à realização das suas assembleias de organização, a partir das quais são traçadas orientações políticas para o trabalho futuro.

No dia 16, reuniu a 7.ª Assembleia da Organização Pública da ORL. Os delegados presentes – cerca de setenta – analisaram os traços essenciais da

política neoliberal desenvolvida pelo governo PS e agravada pelo actual Governo PSD/PP, com o objectivo estratégico da privatização de serviços e funções essenciais do Estado, designadamente as suas funções sociais – Segurança Social, Saúde e Educação.

A Assembleia analisou também a ofensiva contra os direitos dos TFP's, concretizada em intransigência

A Resolução Política aponta para a criação de novas células

negocial dos governos, baixos salários, recusa de reestruturação das carreiras, introdução inconstitucional do contrato individual de trabalho na Função Pública. E, finalmente, a precarização crescente do emprego, que com o problema dos

supranumerários atinge mesmo, de diferentes formas, os trabalhadores do quadro, e as medidas aprovadas pela maioria que apoia o Governo – num quadro de evidente inconstitucionalidade, relativamente ao Estatuto de Aposentação dos TFP's.

Foi salientada a importância da luta desenvolvida pelo sector nos últimos meses, que mobilizando dezenas de milhares de trabalhadores, deu um contributo valioso para a consciencialização da necessidade e da possibilidade de uma greve geral contra a política de direita.

No quadro das linhas orientadoras aprovadas pelo 16.º Congresso, pela Conferência Nacional e pelo Encontro Nacional de Outubro, a Assembleia debateu e aprovou medidas de direcção, de reforço da organização do Partido e de aprofundamento do seu funcionamento democrático, de reactivação ou criação de células, de recrutamento, enquadramento e responsabilização de quadros e formação ideológica dos militantes. Medidas que visam reforçar a ligação do Partido às massas, bem como a



A 7.ª Assembleia da Função Pública denunciou a ofensiva de direita contra o sector

intervenção na frente sindical e noutras frentes unitárias.

Por fim, a Assembleia elegeu um novo Organismo de Direcção constituído por 32 camaradas.

José Casanova, membro da Comissão Política presente na Assembleia, encer-

rou os trabalhos, salientando, na sua intervenção, a importância do aprofundamento da democracia interna no Partido. Analisou, ainda, a ofensiva de direita contra os trabalhadores portugueses e o seu Partido, que se insere numa ofensiva imperialista global contra os

direitos dos trabalhadores e os Partidos que com eles se identificam e se empenham na sua defesa.

É neste quadro, concluiu, que se acentua o papel insubstituível do PCP e se abrem exigentes mas motivadoras perspectivas para a sua acção.

Vila Franca de Xira e Belas Um debate animado

Realizou-se, em Alverca, no dia 17 de Novembro, a 8.ª Assembleia da organização Concelhia de Vila Franca de Xira do PCP, que contou com a participação de Domingos Abrantes, do Secretariado e da Comissão Política.

Com a presença de 150 delegados e dezenas de convidados, entre os quais candidatos independentes das listas da CDU, a 8.ª Assembleia decorreu com um animado debate, tendo-se registado 42 intervenções de delegados que abordaram temas do movimento associativo, autarquias, movimento sindical, luta das populações, lutas dos trabalhadores e momento político actual.

No decurso dos trabalhos, foram aprovadas por unanimidade duas moções, uma contra o pacote laboral, pelo trabalho com direitos, outra sobre segurança social. Foi ainda aprovada pela Assembleia a Carta Reivindicativa ao Governo e Câmara Municipal.

Os delegados presentes à 8.ª Assembleia aprovaram, ainda, por unanimidade, a Resolução Política e a nova

Comissão Concelhia, composta por 52 camaradas, com uma média etária de 45 anos.

Belas

Por sua vez, a 4.ª Assembleia da Organização do PCP na freguesia de Belas, reuniu, no passado dia 16 de Novembro, no Salão Polivalente da Junta de Freguesia, para debater a situação política actual, questões da freguesia e medidas a tomar para reforçar a organização do Partido e a sua ligação aos trabalhadores e à população.

Outra questão debatida foi a venda do *Avante!*. Apesar de a Assembleia ter considerado positivo o facto de ter aumentado na freguesia, nos últimos dois anos, a venda do jornal de 3 para 21, e numa das localidades - Idanha -, nos últimos dois meses, de 3 para 15, foram apontadas algumas medidas para contactar militantes do Partido, no sentido de aumentar essa venda.

A 4.ª Assembleia de Belas elegeu, ainda, a nova Comissão de Freguesia do PCP.



A 7.ª Assembleia de Faro aprovou uma moção de apoio à greve geral

Faro

Sempre com os trabalhadores

Voltar o Partido para as empresas, para os locais de trabalho e para a luta, estar onde estão os trabalhadores, foi a principal prioridade definida pela 7.ª Assembleia da Organização Concelhia de Faro do PCP, que reuniu, no sábado passado, no Instituto Português da Juventude.

No decurso dos trabalhos, em que participaram 74 delegados, foram proferidas cerca de duas dezenas de intervenções que, abordando os mais diversos problemas que afectam os trabalhadores e as populações do concelho de Faro, complementaram e enriqueceram os dois documentos aprovados.

A 7.ª Assembleia aprovou, com uma abstenção, o Relatório de Actividades e, por unanimidade, a Resolução Política que, entre outras, aponta medidas concretas em relação a quadros e meios para a criação das células do Partido no Hospital Distrital de Faro, no Aeroporto, Centro regional de Segurança Social, Câmara Municipal, Serviços Municipalizados e Universidade do Algarve e, ainda, a reestruturação dos sectores socioprofissionais da Função Pública, Construção Civil, Comércio e Serviços.

A luta dos trabalhadores, nomeadamente a jornada de luta marcada pela CGTP para o próximo sábado, e a greve geral de 10 de Dezembro estiveram também em destaque na 7.ª Assembleia, que aprovou uma moção de apoio e apelo a estas importantes jornadas de luta.

A nova Comissão Concelhia, composta por 31 camaradas, foi eleita com um voto contra e duas abstenções. Para a sua composição foram tidos em conta critérios não só de disponibilidade para as tarefas e assunção de responsabilidades, mas também de respeito pela linha política do Partido, pelo seu programa, estatutos, normas e regras de funcionamento e, ainda, pelas resoluções do 16.º Congresso e da Conferência Nacional.

Na 7.ª Assembleia participou José Neto, membro da Comissão Política, que, na intervenção de encerramento dos trabalhos, se referiu à actual situação política e social e à necessidade de reforçar o PCP como instrumento indispensável à dinamização da luta dos trabalhadores e das populações.

José Neto referiu-se, ainda, à preparação da 5.ª Assembleia Regional do Algarve que, entre outros objectivos, deverá ter o de eleger uma nova Direcção que dinamize e faça avançar o Partido na região, de acordo com as características essenciais do PCP.

Valadares Eleita Comissão de Freguesia

Realizou-se, recentemente, a Assembleia da Organização da Freguesia de Valadares do PCP, que contou com a presença de 17 delegados e 8 convidados simpatizantes do Partido.

Durante a Assembleia foi dada nota das dificuldades com que a organização se tem defrontado, mas igualmente das possibilidades e perspectivas de trabalho. Designadamente, em relação a duas das mais importantes empresas industriais de Gaia - a Cerâmica de Valadares e a Groz-Beckert - sediadas na freguesia, foi informado que estão a ser dados passos na reactivação das suas células, trabalho que tem sido conjugado com a intensificação da luta contra o pacote laboral, para a qual estas duas empresas estão a dar um importante contributo. Para além da venda de cerca de 100 *Avante!* com um suplemento sobre o pacote laboral, a Groz-Beckert, (com mais de 600 trabalhadores) esteve em greve, fazendo-se representar massivamente na manifestação do dia 30 no Porto. Nesta acção de luta, também a Cerá-

mica de Valadares esteve presente com uma importante delegação de trabalhadores.

A Assembleia analisou o estado da organização do Partido, detectando várias deficiências, nomeadamente a de não existir na freguesia um organismo de direcção eleito - Comissão de Freguesia -, o que naturalmente tem dificultado a acção do Partido.

Entretanto, foi sublinhado o papel da CDU, uma força política influente na Freguesia, apesar da perda de um eleito nas últimas eleições. Os eleitos da coligação têm tido uma intervenção destacada em defesa dos interesses e aspirações das populações na Assembleia e Junta de Freguesia, dela informando constantemente as populações.

Momento alto da Assembleia foi a eleição da nova Comissão de Freguesia que, além de integrar os camaradas que aos longo destes anos têm assegurado a direcção do Partido na Freguesia, integra, também, três jovens militantes, designadamente um de cada uma das duas empresas acima referenciadas.



A Assembleia de Valadares valorizou o trabalho da CDU na região



A Assembleia de Vila Franca de Xira teve a participação de 150 delegados

Estudantes do secundário protestam hoje em todo o País

Contra um estatuto «racista, xenófobo e elitista»

Representantes de 70 associações de estudantes do ensino secundário decidiram contestar abertamente o novo Estatuto do Estudante do Ensino Não Superior. A decisão foi tomada no 4.º Encontro Nacional de AEs, realizado recentemente em Lisboa.

Hoje realizam-se greves e manifestações em todo o País contra esta lei, mas igualmente contra o sistema de acesso ao ensino superior, a falta de condições materiais e humanas e o atraso na aplicação da educação sexual.

«Conseguimos a suspensão da revisão curricular e a regulamentação da educação sexual, mas sabemos que muito está para ser

O estatuto propõe a expulsão e a transferência como integração

feito», afirmam os estudantes. «O Governo gostaria que nos rendêssemos aos seus intentos, mas dizemos não! Queremos uma educação para todos e sabemos que apenas lutando veremos as nossas reivindicações satisfeitas», acrescentam.

O estatuto do estudante do ensino não superior está no centro dos protestos. A Delegação Nacional das AEs considera que este documento, além de ter sido apresentado no Verão, numa altura em que a comunidade educativa não se poderia pronunciar, pretende converter «o modelo de escola em algo autoritário, impondo regras que dispensam a participação dos estudantes».

Como sublinham os estudantes, o estatuto proposto pelo Governo apresenta como medidas «integradoras» a transferência de escola, a expulsão e a repressão e propõe como formas de combater a indisciplina o uso de fardas, assistir ao

hastear da bandeira nacional e cantar o hino. As AEs classificam o estatuto como «racista, xenófobo e elitista» por considerar que «a entrada de imigrantes no sistema de ensino e a escolaridade obrigatória até ao 9.º ano são os responsáveis pela degradação da educação, esquecendo a raiz social que na maior parte das vezes origina o insucesso».

Por outro lado, o estatuto não faz qualquer referência às associações de estudantes, «numa clara tentativa de acabar com o poder de representação e intervenção dos estudantes». Além disso, aumenta o poder do presidente do Conselho Executivo ou do director da escola, que poderá suspender um aluno durante cinco dias sem possibilidade de recurso e sem a opinião do conselho de turma.

Desresponsabilização

«A privatização do ensino está a aumentar e o novo Governo não vai corrigir a situação. Enquanto o Ministério da Educação vai deixando as escolas na miséria, os estudantes pagam cada vez mais no bar, no refeitório e na papelaria. Isso mostra a crescente desresponsabilização do Estado perante a escola pública, que irá levar a que menos pessoas a possam frequentar», sublinha a Delegação Nacional.

Dentro dessa desresponsabilização insere-se a falta de condições materiais e humanas nas instituições públicas, «enquanto as escolas privadas têm cada vez mais dinheiro do Governo». A falta de aquecimento, de pavilhões desportivos, de refeitórios, de laboratórios e de bibliotecas dificulta o trabalho diário dos estudantes, garantem.

A implementação da Lei da Educação Sexual é outra reivindicação. «Esta é uma exigência que já teve avan-



Como forma de combater a indisciplina, o estatuto propõe o uso de fardas, assistir ao hastear da bandeira nacional e cantar o hino

DIA NACIONAL DE LUTA
28 DE NOVEMBRO

ENAES

ços devido à luta dos últimos anos e da qual não iremos desistir», afirmam, lembrando que a lei foi aprovada na Assembleia da República e está regulamentada, faltando a formação dos professores e as verbas. «Temos de dar resposta a esta vergonha de sermos o país europeu com maior número de mães adolescentes e de doentes com doenças sexualmente

transmissíveis», argumentam.

Por fim, na opinião dos estudantes, o sistema de acesso ao ensino universitário e politécnico, com base nos *numerus clausus* e nos exames nacionais, é injusto e não tem em conta a avalia-

ção contínua dos alunos. Este sistema «continua a deixar milhares de estudantes à porta. O valor das médias depende de critérios economicistas e não se baseia nas necessidades do País nem na vontade dos jovens».

Estudantes e professores contestam reforma em Espanha

Exactamente há uma semana, 90 por cento dos estudantes do ensino médio e profissional espanhol estiveram em greve contra a Lei de Qualidade do Ensino, participando em diversas iniciativas de protesto contra este documento proposto pelo governo e já aprovado pelo Parlamento.

A lei apresenta uma reforma geral do ensino secundário, dos currículos escolares ao sistema de acesso ao ensino superior. Para os estudantes, professores e pais, esta legislação favorece o sistema privado e os alunos com melhores condições financeiras em prejuízo do sistema público. Em declarações à imprensa, o Secretário da Federação de Ensino da central sindical *Comisiones Obreras*, Fernando Lezcano, afirmou que o governo «marginalizou a voz da comunidade educativa e limitou-se a ouvir a Conferência Episcopal e os empresários».

Organizada pelo Sindicato dos Estudantes e pela Plataforma de Defesa da Escola Pública, bem como por vários sindicatos e por associações de pais, este protesto levou à rua milhares de jovens em trinta cidades espanholas. Em Barcelona foram cerca de 35 mil e em Madrid 10 mil. Na Catalunha, os alunos universitários associaram-se à contestação, protestando contra a Lei de Reforma das Universidades.

Neste sábado, cerca de 40 mil pessoas juntaram-se no centro de Madrid numa nova concentração. Estudantes, professores e encarregados de educação voltaram a fazer ouvir a sua voz, desta vez na Praça de Espanha, numa iniciativa que substituiu a manifestação prevista pelos organizadores para percorrer a *Gran Via*, mas que não foi autorizada pelo Delegado do Governo.

A Lei de Qualidade do Ensino será em breve enviada definitivamente ao Parlamento. O Congresso – onde o Partido Popular tem maioria absoluta – não admitiu nem sugestões nem emendas da oposição ou da comunidade educativa.

A contestação iniciou-se na Primavera, com várias iniciativas de protesto. Há três semanas, cerca de 80 por cento dos alunos e professores do ensino médio e profissional estiveram em greve.

Estudantes universitários prevêm

O futuro negro do ensino superior

A emblemática Torre da Universidade de Coimbra está de luto. Na madrugada de segunda-feira foi parcialmente coberta com faixas negras pela Associação Académica, numa forma de protesto contra os cortes orçamentais para o ensino superior. Esta acção foi a primeira iniciativa das comemorações do Dia da Academia de Coimbra.

Nas palavras de Vítor Hugo Salgado, presidente da AAC, esta acção «vai chamar a atenção aos desatentos» e mostrar «o descontentamento da academia de Coimbra face ao futuro negro do ensino superior».

As duas faixas negras, com 25 metros de comprimento por quatro de largura, foram colocadas em duas faces da torre, concretizando uma decisão da Assembleia Magna de estudantes.

Em declarações à Agência Lusa, André Saramago, aluno do curso de Direito e autor da ideia, sublinhou que «qualquer pessoa que passe em Coimbra vai lembrar-se que isto foi posto pelos estudantes», adiantando ser «importante» mostrar que «estamos em luta e estamos atentos».

Entretanto, na quinta-feira, foram colocados painéis negros em vários locais da Universidade de Coimbra, nomeadamente junto às Escadas Monumentais, onde os estudantes escreveram a sua opinião sobre a política do Governo para o ensino superior.

Anteontem, a Associação de Estudantes da Universidade de Évora inaugurou o «Casino Eborense». «Nele poderemos jogar e ganhar o futuro, resolvendo o problema dos salários

do corpo docente, o problema das infra-estruturas, o alojamento estudantil e o material que falta para as aulas práticas», refere a AE, num comunicado.

Trata-se de uma nova forma de contestação aos cortes orçamentais, propondo a transformação da universidade em casino como «solução dos males financeiros».

Para os estudantes de Évora, a lei do financiamento do ensino superior «foi criando expectativas de



Governo põe em causa
direitos dos trabalhadores da administração pública

Ataque à segurança no emprego

«Uma declaração de guerra aos trabalhadores» da administração pública, assim classifica o PCP o diploma governamental que regula o quadro de supranumerários.

Este regime foi criado, sob a capa de moralização, com vista, alegadamente, a resolver os casos dos trabalhadores que ficam sem serviço por causa da extinção, fusão ou reestruturação de organismos ou institutos públicos.

Aprovado pelo Governo em Março último, o decreto-lei veio na passada semana à Assembleia da República, por iniciativa da bancada comunista, para ser objecto de apreciação parlamentar (ratificação).

E de novo se fizeram ouvir de modo aceso as críticas a uma iniciativa legislativa que constitui um ataque feroz à estabilidade de emprego dos funcionários públicos, pondo em causa os seus direitos, liberdades e garantias.

Direitos em xeque

O trabalhador fica sujeito a um poder discricionário

O que levou o PCP a apresentar no próprio dia do debate um projecto de resolução (que deverá ser votado hoje, quinta-feira) visando a cessação da vigência do decreto-lei, em nome, como sublinhou o deputado comunista Jerónimo de Sousa, «da defesa dos legítimos direitos dos trabalhadores da administração pública e da sua própria dignidade».

É que são estes, claramente, como demonstrou o parlamentar comunista, que estão em xeque com o presente diploma, constituído como peça de uma ofensiva mais vasta dirigida contra a segurança no emprego e o direito à negociação.

O Governo, através da secretária de Estado da Administração Pública, Susana Toscano, embora irredutível nas suas posições, procurou desvalorizar as críticas. «Os funcionários públicos não sentirão qualquer insegurança no trabalho», argumentou, afirmando mesmo que «não haverá excessões e pessoal por colocar».

Ir para a prateleira

Só que de piedosas intenções está o inferno cheio. Coube a Jerónimo de Sousa evidenciá-lo, ao lembrar, por exemplo, que de ora em diante o trabalhador da função pública fica no «plano jurídico na incerteza permanente sobre o lugar que ocupa», podendo de um momento para o outro, «de forma sumária e sem conhecimento prévio», ser objecto de afectação ao quadro de supranumerários do respectivo Ministério.



Os trabalhadores da administração pública têm sido um dos alvos preferenciais da violenta ofensiva do Governo contra direitos laborais e sociais

O que significa, consequentemente, para os trabalhadores nestas condições, «ficarem inactivos e “emprateirados”, privados de exercerem as suas funções, sujeitos à redução dos seus vencimentos».

Mais, como explicou o deputado do PCP, ficarem

igualmente sujeitos ao livre arbítrio e ao poder discricionário de quem faz a gestão do quadro de supranumerários para a passagem à actividade.

Ao trabalhador são por esta via cerceados direitos, ficando, ao invés, denunciou Jerónimo de

Sousa, com a obrigação de aceitar a colocação que «pode ser no extremo de um dos concelhos limítrofes, com encargos mais onerosos, aceitar um lugar precário ou o exercício de funções para as quais sente que não se encontra habilitado».

Conceito Estratégico de Defesa Nacional

Opções aquém dos valores de soberania

O documento sobre o novo Conceito Estratégico de Defesa Nacional esteve em debate na Assembleia da República, com a oposição a tecer duras críticas às linhas essenciais que orientam as propostas do Governo nesta matéria.

Por todos reconhecida é a importância deste Conceito, uma vez que é dele que decorre a definição do Con-

ceito Estratégico Militar, do qual, por sua vez, dependem a definição da missão genérica e das missões específicas das Forças Armadas, bem como a definição dos sistemas de forças e dispositivo, em função dos quais são traçadas as prioridades em matéria de reequipamento militar, através da Lei de Programação Militar.

Não deixa por isso de ser

no mínimo estranho – e esta foi uma primeira crítica da bancada comunista – que o Governo só tenha entregue o documento de Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional na própria véspera do debate (dia 19 de Novembro), quando o PCP deu o contributo para a discussão em documento entregue há quatro meses, a que se veio juntar em meados deste mês o PS com a entrega de um documento com idêntico propósito.

«Apesar deste debate ter sido agendado com uma antecedência razoável, aliás a pedido do Governo, foi precisamente o Governo o último a fazer o trabalho de casa», criticou o deputado comunista António Filipe, que classificou este procedimento de «inconcebível».

Voz própria

Mas o debate sobre a Defesa nacional não pode cingir-se às questões estritamente respeitantes à defesa militar e às Forças Armadas. Outras há, não menos importantes, como foi dito pelo parlamentar do PCP, como a da «soberania e independência nacionais» ou a da «capacidade de autodeterminação e de afirmação de uma voz própria e autónoma no plano internacional».

Ora é neste plano que emergem de modo profundo

as clivagens entre o PCP e o Governo. É que no documento por este elaborado estão ausentes, «ou são manifestamente mal abordados», problemas como os respeitantes à nossa independência económica, à defesa da nossa identidade cultural, ao progresso educacional e científico ou à nossa suficiência alimentar ou energética.

Uma orientação que vem, de resto, na linha do Conceito Estratégico vigente, em que são as «dinâmicas e os interesses externos a determinar a condução e a definição dos objectivos nacionais».

E por isso a exigência da sua «urgente reformulação», como defende o PCP, já que considera que o documento não reflecte, como deveria, «uma estratégia assente no primado da defesa dos interesses nacionais».

Subordinação aos EUA

Mas que o Governo, infelizmente, não parece apostado em alterar, uma vez que as novas Grandes Opções por si preconizadas – e esta foi outra severa crítica que lhe foi dirigida pela bancada comunista – deixam o Conceito Estratégico de Defesa Nacional «completamente dependente das opções impostas pelos Estados Unidos à NATO e da evolução da Política Europeia de

Segurança e Defesa», com isso invertendo as prioridades das Forças Armadas e dificultando o cumprimento das suas «missões de real interesse nacional».

«Em todo o texto de Grandes Opções elaborado pelo Governo perpassa a ideia de que o que é bom para os Estados Unidos é necessariamente bom para Portugal. E essa é uma ideia que não

aceitamos», enfatizou António Filipe, que, ao invés, defendeu que o nosso país deve «privilegiar e angariar aliados visando garantir a sua segurança externa», como deve empenhar-se activamente no combate à «hegemonização ou instrumentalização da ONU e da OSCE pelos EUA e outras potências militares da NATO».

Confusão de papéis

No centro do debate esteve ainda a questão das missões das Forças Armadas e as atribuições das Forças de Segurança. Para o ministro da Defesa, Paulo Portas, às Forças Armadas deve ser atribuído um papel mais activo no combate ao terrorismo e ao tráfico de droga, agindo em colaboração com as forças de segurança. O que motivou acesas críticas de todos os partidos da oposição e levou António Filipe a acusar o Governo de estar a incorrer numa enorme «confusão». É que não pondo de parte o desejável recurso à cooperação das Forças Armadas (nos casos de combate ao crime que exijam meios e forças que transcendam a capacidade das Forças de Segurança), os comunistas entendem que o problema reside no facto de o documento governamental ser omisso quanto às condições em que se deve proces-

sar tal participação, quanto aos seus limites, e quanto à relação a estabelecer nesse quadro entre as Forças Armadas e as entidades policiais a quem incumbe a responsabilidade pelo combate à criminalidade.

«O que tem de ficar muito claro no Conceito Estratégico de Defesa Nacional – e não está no documento do Governo – é que o combate ao crime organizado é uma atribuição primordial das Forças de segurança e designadamente da Polícia Judiciária», enfatizou o parlamentar do PCP, que, a concluir, deixou clara a discordância da sua bancada perante umas Opções que não contribuem «para a salvaguarda de valores fundamentais para a independência e a soberania nacionais» nem para a «concretização das tarefas fundamentais do Estado em matéria de Defesa Nacional».

O primado do interesse nacional

Reiteradas no decurso do debate foram as linhas mestras defendidas pelo PCP, e contidas em documento por si entregue no Parlamento, para uma «estratégia global do Estado» em matéria de Defesa Nacional. Assentam, basicamente, como foi lembrado, em seis traços fundamentais:

– Uma estratégia de matriz nacional, que privilegia os interesses nacionais e os meios nacionais de os prosseguir.

– Uma estratégia de coesão e solidariedade, que privilegia o fortalecimento da vontade popular por uma maior justiça social e um maior empenhamento cultural.

– Uma estratégia de progresso, que privilegia a afirmação de Portugal no Mundo como uma nação em processo de desenvolvimento económico, com uma voz própria nos grandes processos estruturais, tendentes à criação de uma Nova Ordem Económica Internacional.

– Uma estratégia de amizade, paz e cooperação com todos os povos, que privilegia a solução negociada de conflitos, o diálogo, a acção nas instâncias internacionais, o respeito pelo Direito Internacional, a caminho da instauração de um novo relacionamento político planetário.

– Uma estratégia que visa apresentar Portugal perante o Mundo como uma nação empenhada em defender, de forma coesa e eficaz, a sua soberania e independência nacionais perante qualquer ameaça e agressão externas.

– Uma estratégia que pressupõe a participação de todo o povo, uma estratégia democrática, assente no empenhamento de todos os portugueses na defesa de Portugal.

Fazer confluír num grande caudal o descontentamento popular

Apoio inequívoco à greve geral

O Grupo Parlamentar do PCP acusou o Governo de estar a recorrer ao embuste e à mentira como forma de travar o descontentamento e o protesto popular.

Este é um sinal, aliás, na perspectiva dos comunistas, da evidente intranquilidade com que o Executivo — consciente da sua política e dos seus efeitos negativos —, encara a poderosa e organizada resposta dos trabalhadores e do povo, nomeadamente a greve geral marcada para o próximo dia 10.

Exemplo deste recurso a considerações falsas é a afirmação insistentemente propalada pelas mais variadas câmaras de eco do Governo de que a luta dos trabalhadores e a greve geral correspondem à opção pelo confronto em detrimento do diálogo e da concertação. «O que é verdade é que o caminho da confrontação foi escolhido pelo Governo

quando resolveu satisfazer muitas das mais antigas reivindicações do grande patronato», contrapôs o líder parlamentar comunista, Bernardino Soares, em declaração política proferida numa das sessões plenárias da semana transacta.

O Governo escolheu o caminho da confrontação

Argumentos falaciosos

Vários foram os exemplos por si dados que evidenciam a aposta do Governo em promover uma campanha de intoxicação e desinformação sobre essa magna forma de luta que é a greve geral. Ao contrário do que é dito — de que houve grandes alterações em relação ao anteprojecto —, a verdade é que se mantêm, «na esmagadora

maioria dos casos, as intenções iniciais», salientou o deputado comunista, que desmontou também o alegado carácter extemporâneo do momento escolhido para o protesto geral. «O que é verdade é que os fins a atingir pelo Governo já estão bem definidos à partida e que o combate deve ser feito a tempo de fazer recuar tal política», sustentou Bernardino Soares, que lembrou ainda que Durão Barroso se desmente a si próprio quando diz que a greve geral é extemporânea porque a discussão está em curso e, simultaneamente, de modo arrogante, afirma que o «Governo não se afastará um milímetro dos objectivos que traçou».

Privilégios aos poderosos

Como não é igualmente verdade que a «política do Governo seja o único caminho». «É apenas o caminho



As alterações à legislação laboral visam impor aos trabalhadores maior precariedade e dar à entidade patronal maiores poderes

que o Governo escolheu», observou, adiantando que «nem os sacrifícios de que tanto falam estão equitativamente distribuídos», uma vez que para os grandes grupos económicos «não há sacrifícios, antes continuam as benesses».

Mas não são apenas os ataques aos direitos laborais e sociais dos trabalhadores que justificam, amplamente, o actual descontentamento popular e a convocação de uma greve geral. A motivar uma e outra coisa estão, também, todas as consequências negativas para a vida das pessoas originadas pela

política do PSD e do CDS-PP. A alguns desses aspectos aludiu Bernardino Soares, recordando, nomeadamente, o aumento dos «privilégios aos poderosos», a prossecução de uma «política de injustiça social», o aumento drástico dos preços, a diminuição dos salários, a «degradação sucessiva da qualidade dos serviços públicos», e a persistência de uma política que visa «fazer da saúde um negócio para grupos provados» em detrimento da resolução dos problemas do Serviço Nacional de Saúde.

E porque o «Governo escolheu o caminho da con-

frontação com os reais interesses do País e dos portugueses», como assinalou o presidente da formação comunista, a greve geral — que saudou e disse merecer o «inequívoco apoio» do PCP — vai ser um «momento privilegiado para que convirjam os mais variados descontentamentos» com o rumo que a direita quer impor ao País, um momento para «afirmar que esta política não serve», um momento de «confluência dos justos anseios populares por uma vida melhor a que todos têm direito e que lhes está a ser negada».

Deficientes Em apoio da igualdade de direitos

A criação de uma Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação das Pessoas com Deficiência constitui uma das medidas previstas em projecto de lei da autoria do PCP. Entregue há dias no Parlamento, este diploma vem responder ao repto lançado pela Associação Portuguesa de Deficientes que se pronunciara pela sua oportunidade e pela necessidade de legislar no sentido da adopção de medidas de prevenção e combate à discriminação com base na deficiência.

Neste sentido vai todo o articulado do projecto comu-

nista que, no fundamental, retoma uma iniciativa por si apresentada na anterior legislatura.

Para além de definir o quadro legal das competências daquela Comissão para a Igualdade, o diploma reforça o seu papel interventivo na detecção e combate efectivo às situações de discriminação de que sejam alvo as pessoas com deficiência.

Considerando que a grande maioria das pessoas está longe de ver satisfeitas todas as condições que garantam a igualdade de direitos e oportunidade, bem se compreende as dificuldades acrescidas

com que são confrontados no seu quotidiano os cidadãos portadores de deficiência.

Sobre estes, com efeito, recaem em muito maior grau as dificuldades e constrangimentos resultantes, por exemplo, de situações de desemprego ou de acesso à formação e ao emprego, sendo ainda, como é dito na nota preambular do diploma, os que mais sofrem as consequências da repressão sobre os trabalhadores.

O que revela bem a importância deste projecto de lei cuja grande aposta é combater a discriminação com base na deficiência.

Inquérito às demissões na PJ

A atitude política da ministra da Justiça, Celeste Cardona, no respeitante às demissões na Polícia Judiciária, revelou «procedimentos cujo grau de precipitação e inconsequência não pode deixar de afectar, drasticamente, a credibilidade da direcção institucional» daquela força policial. Esta uma das conclusões a que chegaram os deputados da oposição que integraram a comissão de inquérito parlamentar destinada a apurar os factos relacionados com aquele caso.

As conclusões constam do relatório não oficial elaborado por deputados do PCP, PS, BE e «Os Verdes», divulgado no final da semana transacta, no qual se pode ler que na

base das demissões só pode estar uma de duas razões: ou «derivam de divergências insanáveis em resultado de uma nova orientação estratégica intencionalmente prosseguida para a Polícia Judiciária»; ou «resultam de situações inesperadas, imprevistas, não desejadas».

A ser este último o motivo, então, refere o documento, ressalta «insustentável a ligeireza como foi concretizada, por um lado, uma demissão forçada e, por outro, imediatamente a apresentação de outra demissão — logo seguidas de novas demissões relâmpago».

No caso de ser válida a primeira situação, então, resulta claro que tais demissões «deveriam, com frontalidade,

ter sido assumidas e explicadas pela Ministra da Justiça», o que não sucedeu, dado que esta se remeteu, no essencial, a «justificar as suas decisões» numa base de «confiança política e pessoal no Director Nacional da PJ».

«Com tal atitude, a ministra da Justiça não cumpriu as suas responsabilidades de Governo, tanto políticas como legais», sublinha o relatório dos deputados da oposição.

Com este documento, recorde-se, quiseram apresentar as dúvidas consideradas pertinentes que foram apuradas até ao fim prematuro da comissão de inquérito imposto pelo PSD e CDS-PP. Salvaguardadas, todavia, ficaram todas as matérias sob segredo de justiça.

Na têxtil CIV

Luta-se pelos salários e pelos postos de trabalho

O Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, desafiou o Primeiro-Ministro a não ficar parado perante o que classificou de «intolerável situação» existente na empresa têxtil CIV, em Miranda do Corvo.

Este é mais um caso de flagrante incumprimento das leis por parte do patronato e de completo desrespeito pelos trabalhadores, a braços com a falta de pagamento dos salários e perante a iminência da perda dos seus postos de trabalho.

«As trabalhadores estão sem trabalho, sem salários e sem alternativa de emprego e não é o mito do “mercado” que lhes vai resolver o problema», refere o líder comunista no requerimento que dirigiu ao Governo, no qual indaga sobre o que este pensa fazer, nomeadamente por via da actuação da Inspecção geral do Trabalho.

Depois de ter requerido a declaração de falência da empresa no passado dia 31 de Outubro e de ter enviado cartas de despedimento a todos os trabalhadores pelo correio, existe a informação de que a administração estará a preparar-se para retirar, por estes dias, das instalações as máquinas e os produtos acabados.

O que levou não só o Sindicato dos Têxteis a requerer o arresto dos bens da empresa como também os trabalhadores a montarem uma vigilância permanente à

entrada das instalações no sentido de impedirem a saída de quaisquer bens, sem que seja assegurado o pagamento dos salários e a manutenção dos postos de trabalho.

A situação que se vive é de grande indignação, conforme descreve Carlos Carvalhas no texto que enviou ao Governo, baseado no relato directo que ouviu dos trabalhadores aquando da sua recente passagem pelo local.

Este é também um caso onde surgem várias peripécias e aspectos com contornos pouco claros. Há cerca de 12 anos, nas instalações da CIV em Miranda do Corvo, funcionou uma empresa SPORLOU que requereu falência no Tribunal de Lousã. Posteriormente, as instalações e máquinas foram vendidas a uns empresários do Norte, que fizeram um contrato de exploração com uma empresa denominada CHALLENGER que viria também a requerer falência.

É em Maio de 2002 que surge a CIV a fazer um contrato de exploração com os referidos empresários do Norte, assumindo a responsabilidade de garantir os postos de trabalho.

Só que desde a primeira hora esta empresa se distinguiu por não cumprir as suas obrigações para com os trabalhadores, designadamente no pagamento atempado dos salários.

Desemprego aumenta

A taxa de desemprego em Portugal atingiu os 5,1 por cento no terceiro trimestre deste ano, uma subida de 1,1 pontos percentuais face a igual período do ano passado e de 0,6 pontos percentuais face ao trimestre anterior, revelou, na passada semana, o Instituto Nacional de Estatísticas.

Em termos absolutos, o número de desempregados portugueses passou dos 213 200 no terceiro trimestre de 2001 para os 276 100, o que representa uma subida de 29,5 por cento.

Setúbal aposta na educação

A Câmara Municipal de Setúbal aprovou em sessão pública, na passada semana, um apoio financeiro de 94 mil euros (18 mil contos) para refeições e aquisição de material para as escolas de ensino básico da região.

De acordo com a proposta, aprovada por unanimidade pelo executivo camarário, grande parte do apoio financeiro concedido pela autarquia, cerca de 71 mil euros, destina-se a financiar o fornecimento de refeições e suplementos alimentares, atribuídos a 839 crianças de vários estabelecimentos de ensino.

A parte restante do apoio financeiro do município, no montante de 22 mil euros, será aplicada na aquisição de livros e material escolar.

CM Felgueiras investigada

A Assembleia Municipal de Felgueiras reuniu, recentemente, com carácter extraordinário, com o objectivo de apresentar o relatório parcelar n.º 2 do IGAT, relativo aos actos praticados pelo executivo da Câmara Municipal de Felgueiras.

Neste contexto, a CDU denuncia existirem «dados novos que, de alguma forma, podem ainda influenciar o desenrolar do processo, uma vez que alguns dos pontos do referido relatório foram, conforme as conclusões, encaminhados para diversas autoridades, nomeadamente Ministério Público, Polícia, PJ e outros».

Moita na Internet

A Câmara Municipal da Moita colocou, segunda-feira, on-line a sua página de Internet, com o endereço www.cm-moita.pt.

Numa primeira fase, ainda experimental, a Câmara Municipal pretende recolher a opinião dos munícipes e do público em geral sobre o conteúdo e funcionalidade do site, de forma a poder servir melhor os cidadãos. Vai ainda estar disponível um questionário, destinado a recolher opiniões sobre a imagem, funcionalidade e conteúdo informativo da página, prestação de serviços através da Internet e outras características deste novo meio de comunicação. O site está organizado com um portal informativo e permite aceder a informações de carácter geral sobre o município, bem como a algumas informações de carácter mais específico sobre os serviços prestados pela autarquia.

CDU visita Portinhela

A CDU de Gondomar realizou, no domingo, uma visita à zona de Portinhela, com o objectivo de contactar a população e inteirar-se dos problemas daquela região.

No encontro, estiveram presentes vários activistas da coligação, bem como Manuel Pacheco, eleito na Assembleia de Freguesia de Fânzeres, e Pimenta Dias, vereador na Câmara Municipal de Gondomar.

Contribuição autárquica aumenta em Lagoa

Com os votos favoráveis do PSD na Assembleia Municipal de Lagoa, foi aprovada, na passada semana, a proposta da Câmara Municipal de aumentar a contribuição autárquica para a taxa máxima.

A CDU votou contra, «manifestando-se vigorosamente contra a proposta, denunciando a injustiça de mais um aumento que, junto a outros de igual calibre, tornam insuportável a já difícil vida dos trabalhadores», lê-se numa nota enviada, pelos mesmos, à comunicação social.

A CDU refere ainda que o aumento podia ter sido evitado se a Assembleia Municipal tivesse rejeitado a proposta da Câmara. «Tal não aconteceu porque o presidente da Junta de Freguesia de Ferragudo, eleito do PS, faltou sem se fazer substituir, dando assim a possibilidade ao PSD de aprovar sozinho, com o voto de desempate do presidente da Assembleia Municipal».

Alargamento do IC-19

As obras de alargamento do IC-19 entre os nós de Queluz e Tercena/Barcarena, no sentido Lisboa/Sintra e de ligação à zona industrial de Massamá, já se iniciaram.

O objectivo é descongestionar o trânsito e facilitar futuramente a entrada na freguesia de Massamá. «Além de permitir um escoamento maior do IC-19, as obras vão facilitar as chegadas à freguesia de Massamá ao fim do dia», disse, na passada semana, Guadalupe Gonçalves, da CDU.

Mais transportes para o Fundão

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal do Fundão defenderam, na passada semana, a criação de um sistema de transportes públicos urbanos, a funcionar em circunvalação à cidade e freguesias suburbanas limítrofes.

A CDU propõe a criação de um circuito de transportes que serviria as freguesias de Alcaria, Alcongosta, Aldeia de Joanes, Aldeia Nova do Cabo, Donas, Fundão, Souto da Casa e Valverde. «Seria uma forma de servir uma população de 15 777 habitantes, cerca de 70 por cento do total do concelho», sustenta a proposta da CDU.

Organização de Aveiro do PCP alerta para os perigos da privatização da água e do saneamento básico

O serviço público está em risco

Os eleitos autárquicos e responsáveis pelas organizações concelhias de Aveiro do PCP alertam para a «enorme repercussão» que a privatização da empresa Águas de Portugal poderá ter na região.

Em causa, segundo os comunistas de Aveiro, estão os sistemas multimunicipais e empresas concessionárias desses sistemas a intervir no distrito, como o ER-SUC, SULDOURO, Águas do Vouga, SIMRIA e Águas do Douro e Paiva, cuja maioria do capital social pertence a empresas públicas do grupo Águas de Portugal.

«Trata-se de áreas particularmente sensíveis para o

desenvolvimento, equilíbrio ambiental e qualidade de vida dos cidadãos, como o abastecimento da água, saneamento básico e a recolha de resíduos, como características do serviço público», explicaram, na passada semana, os eleitos do PCP de Aveiro, numa nota de imprensa.

Se a privatização seguir em frente, alertam os eleitos autárquicos do PCP,

«serão capitais privados a determinar as decisões em questões como a recolha e o destino final dos efluentes líquidos envolventes da Ria e da Barrinha de Esmoriz/Lagoa de Paramos, bem como o abastecimento de água à maioria dos concelhos do distrito».

Para os comunistas, os interesses das populações, nestas áreas «apenas serão garantidos se for recusada a lógica comercial e construída uma forte gestão pública, orientada por valores de equidade económica e social e responsabilidade ambiental, assente nas competências e capacidades nacionais, designadamente das autarquias».

«O combate contra a privatização da empresa Águas de Portugal será decisivo na defesa dos interesses das populações da nossa região, na defesa do poder local e também do próprio interesse nacional», concluíram os eleitos do PCP.

Audição Parlamentar

O Grupo Parlamentar d'«Os Verdes» promove, hoje, na Assembleia da República, uma audição pública sobre a gestão da água e os perigos da privatização.

«Esta opção, na nossa perspectiva, terá implicações sérias ao nível dos índices de qualidade do produto e da prestação de serviços às populações, bem como na concepção de poupança do recurso de água», afirma o gabinete de imprensa d'«Os Verdes», em comunicado.

«O que pretendemos é que nesta audição parlamentar estejam representados diversos pontos de vista, diferentes experiências que se complementam na informação e na reflexão conjuntas, e para isso a representação de diferentes sectores da sociedade é necessária de modo a que se proceda a uma abordagem mais alargada das questões», conclui o documento.



«O combate contra a privatização da empresa será decisivo na defesa dos interesses das populações», diz o PCP

Caso Moderna

«Despacho muito revelador»

O PCP congratulou-se, na passada semana, com a posição do colectivo de juízes do julgamento do caso da Universidade Moderna, considerando que assim desmentiu a hipótese da ex-responsável da Polícia Judiciária, Maria José Morgado, ter cometido um crime de prevaricação.

Em declarações à comunicação social, o deputado comunista António Filipe acusou o PSD e o CDS-PP

de terem «posto a circular a versão de que agentes da PJ, também constituídos testemunhas do processo, teriam estado ilegalmente presentes» no julgamento do caso Moderna.

António Filipe sustentou que essa versão lançava a suspeita de que a ex-responsável da PJ pelo combate ao crime económico e financeiro teria permitido a possibilidade de a sua polícia ser acusada de

crime de prevaricação. «Com a posição do colectivo de juízes, ficou provado que isso não corresponde à verdade», disse o deputado do PCP.

Ainda de acordo com António Filipe, a questão da hipotética presença ilegal de agentes da PJ no Tribunal de Monsanto «era uma das questões a clarificar em sede de comissão de inquérito, mas que maioria impediu».

Dificuldades acrescidas

Os cidadãos deficientes deparam-se com dificuldades acrescidas em conseguir crédito para compra de habitação, devido à recusa das seguradoras em fazerem o seu seguro de vida, denunciou, segunda-feira, a DECO.

Num teste prático junto aos balcões do BCP, BES, Caixa-Geral de Depósitos e grupo Santander, a associação de defesa dos consumidores constatou as dificuldades e falta de informação dos funcionários quanto a estas questões.

A DECO alerta que não existe legislação específica que regule esta matéria, já que «a lei obriga à contratação de um seguro de vida, mas não prevê a solução para as situações em que o mesmo é recusado (insuficiências renais ou cancro, por exemplo)».

Uma possível solução seria, avança a associação, que o Instituto de Seguros de Portugal nomeasse uma seguradora que se encarregasse deste tipo de clientes, à semelhança do que já se faz em relação ao seguro automóvel.

Preços da construção de habitação aumentam

O custo da construção de habitação nova sofreu um aumento de 2,7 por cento, em média anual, no terceiro trimestre deste ano, segundo dados divulgados na segunda-feira pelo Instituto Nacional de Estatística. Em Setembro, os preços registaram um aumento homólogo de 2,4 por

cento face ao mesmo período de 2001.

No terceiro semestre, os preços de manutenção e reparação regular de habitações também subiram em média anual acima dos 5 por cento, com acréscimos médios de 5,2 por cento em Julho, 5,3 por cento em Agosto e 5,5 por

cento em Setembro. De acordo com os números avançados pelo INE, no Continente o maior crescimento de preços da manutenção e reparação em Setembro verificou-se no Alentejo (seis por cento). A menor subida deu-se no Algarve, com 5,1 por cento.

Pagar menos

A fábrica de calçado ARA, em Seia, pretende obrigar os trabalhadores da empresa à suspensão forçada do trabalho por duas semanas, denunciou a comissão concelhia local do PCP. Para os comunistas, «não são justas nem legais as condições em que a administração quer mandar os trabalhadores para casa, como não são completamente verdadeiros os argumentos de falta de encomendas». Para o PCP, os trabalhadores da ARA em Portugal obtêm índices de produtividade semelhantes aos verificados nas fábricas alemãs, embora ganhem «5 a 6» vezes menos. A comissão concelhia acusa ainda a administração de pretender manter os índices de produção deixando de pagar as remunerações suplementares. Mas se o faz é porque «tem as costas quentes de um Governo que está ao serviço das grandes multinacionais e dos grandes empresários».

Fim à vista?

Na Phillips, sediada em Ovar, a hora é de incerteza. No início deste ano, culminando todo um processo de desinvestimento e redução de postos de trabalho, a administração da multinacional holandesa avançou com um processo de cisão daquela unidade industrial em cinco empresas diferentes, talvez com a intenção de as vender. O processo de destruição da Phillips provocou um elevado número de despedimentos mas desta vez teme-se o pior. A Direcção Regional de Aveiro tomou posição, tendo apelado à luta como única forma de deter esta brutal ofensiva a estes trabalhadores. No plano institucional, a deputada Odete Santos apresentou um requerimento ao Governo no qual pretende saber que apoios do Estado recebeu esta multinacional, bem como o que pretende fazer o Governo para defender os postos de trabalho.

Greve na Petrogal

Os trabalhadores da Petrogal irão estar de greve nos próximos dias 9 e 10 de Dezembro. Nos dois dias anteriores, paralisarão ao trabalho extraordinário. Esta decisão foi tomada no encontro nacional das organizações representativas dos trabalhadores da empresa, que terá sido reforçada nos plenários realizados ontem e terça-feira nas diversas refinarias. Esta greve, que coincide num dos dias com a greve geral da CGTP, para além das razões que afectam todos os trabalhadores, prende-se com a situação da empresa, ameaçada pelo desmantelamento. Os ORT's da Petrogal contestam o rumo seguido, de subordinação ao capital estrangeiro deste sector energético de fundamental importância para a economia nacional, e apontam o caminho da unidade e da luta.

CGTP promove, dia 30, acções de luta em todo o País

A caminho da greve geral

Enquanto prepara a greve geral do próximo dia 10, a CGTP promove mais um dia nacional de luta no próximo sábado, dia 30. Contra o Pacote Laboral e por políticas salariais e sociais justas.

O dia nacional de luta do próximo sábado consiste em diversas acções de rua em doze cidades portuguesas.

Concentrações, buzínos, animação cultural e distribuições de propaganda são algumas das acções previstas. Em Lisboa, cuja acção reunirá trabalhadores dos distritos de Lisboa e Setúbal, a concentração é às 15 horas no Saldanha. No Porto, os trabalhadores concentram-se também às 15 horas no Jardim da Cordoaria. Também às 15 horas, realizam-se acções em Aveiro (na estação da CP), Braga (na Avenida Cen-

va já marcado antes da decisão de convocar a greve geral, tendo o Conselho Nacional da CGTP optado

Prevê-se a adesão à greve geral de sindicatos não filiados na CGTP

por manter esta jornada, que servirá também para mobilizar para dia 10.

O esclarecimento e mobilização para estas duas importantes acções de comba-

te à política do Governo já se iniciou por todo o País. A União dos Sindicatos de Lisboa promoveu uma vigília no passado dia 22, na Praça do Comércio. Para além do secretário-geral da CGTP, estiveram presentes personalidades de diversas áreas,



Com a greve geral em vista, a USL realizou uma vigília no passado dia 22

empresas e serviços, mas também em locais de comércio e outros de grande concentração popular.

Preparar a greve geral

Com os pré-avisos já emitidos para praticamente todos os sectores, a greve geral entra na sua fase decisiva. Sindicatos e outras organizações, incluindo, no plano partidário, o PCP, declararam já o seu apoio e empenho para o sucesso desta grande acção de luta.

Reunida no passado dia 20, a Cimeira da Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública decidiu aderir à greve geral do próximo dia 20. Não surpreendendo, esta decisão representa mais um passo no combate dos trabalhadores do sector, que realizaram uma enorme greve nacional no dia 14, com uma adesão a rondar os 85 por cento. A Cimeira expressou o seu empenhamento na mobilização de todos os trabalhadores da Administração Pública em torno de objectivos como a recusa do Pacote Laboral, a oposição às alterações em matéria de aposentação, a melhoria do poder de compra dos traba-

lhadores, a defesa da estabilidade do emprego, combatendo os despedimentos e os supranumerários e a defesa das funções sociais do Estado e dos serviços públicos.

À hora do fecho da edição, a CGTP encontrava-se a estabelecer contactos com estruturas sindicais, pelo que não era possível ainda saber ao certo que sindicatos iriam aderir à paralisação. Apenas se sabia que diversas estruturas independentes haviam já anunciado o seu apoio ao protesto. Apesar da recusa da UGT em

aderir à greve geral do próximo dia 10, notícias veiculadas por órgãos de comunicação social deram recentemente nota da adesão de diversos sindicatos filiados nessa central.

Solidário desde a primeira hora com a greve geral, o PCP tem vindo a apelar, por intermédio das suas organizações regionais, ao empenho de todos os seus militantes e simpatizantes no esclarecimento e mobilização para que esteja desde já assegurado o êxito da greve geral.

10
Dez.02
GREVE
GERAL
24
horas

tral), no Largo 5 de Outubro na Covilhã e no Cine-Teatro de Leiria. Meia hora depois iniciam-se as acções em Faro, na Rotunda do Liceu, e em Santarém, no Largo do Seminário. Às 14.30 horas inicia-se o protesto em Évora, na Praça do Giraldo. Em Coimbra, a concentração é na Praça 1.º de Maio, entre as 9 e as 14 horas, enquanto que na Madeira se realiza, às 18 horas, um buzínio. Em Beja terão lugar diversas acções de propaganda ao longo do dia.

Este dia de protesto da Intersindical Nacional esta-

que demonstraram assim a sua solidariedade com a luta dos trabalhadores contra o Pacote Laboral do Governo PSD/PP. Entre outros, estiveram presentes a deputada Odete Santos, o escritor Urbano Tavares Rodrigues, a actriz Maria do Céu Guerra e o fadista Carlos do Carmo.

Em Évora, a União dos Sindicatos local promove, desde o dia 23 e até amanhã, uma ampla acção de contacto com os trabalhadores e com a população do distrito. A União propõe-se a distribuir 10 mil comunicados junto de

Supranumerários com inconstitucionalidades

O Tribunal Constitucional considerou que a lei dos supranumerários está afectada de inconstitucionalidade por omissão, ao não prever a atribuição de subsídio de desemprego a alguns trabalhadores que venham a ser considerados excedentários. Esta decisão foi tomada no passado dia 19 por unanimidade, após um pedido de verificação da constitucionalidade feito pelo provedor de Justiça. O acórdão do Tribunal verificou o não cumprimento da Constituição neste diploma

ao não estarem previstas as medidas legislativas necessárias para garantir o direito à assistência material em situação de desemprego involuntário.

A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública considerou imediatamente como «muito positiva» a decisão do Tribunal, lembrando que esta obriga agora o Governo a «criar legislação que consagre o direito a subsídio de desemprego» aos trabalhadores da Função Pública que involuntariamente percam o seu

emprego. Para a Federação, há diversas situações em que isto acontece: exoneração no decurso do período probatório por decisão da administração ou cessação unilateral, por parte da administração, do contrato administrativo de provimento.

A FNSFP espera que o Governo seja tão célere a cumprir as decisões do Tribunal como tem sido a «retirar direitos através da criação de quadros de supranumerários ou da alteração ao estatuto de aposentação».

Lutar em tempo útil

«A violência das propostas contidas da proposta de lei do Governo exige que os trabalhadores exponham claramente os seus pontos de vista e que lutem em tempo útil, ou seja, antes da aprovação da proposta na generalidade.» Esta é a convicção da CGTP, à disposição em www.cgtp.pt, que considera só assim serem criadas as condições para que o Governo seja obrigado a expor os seus verdadeiros objectivos e para que as diversas forças políticas fiquem em condições de actuar na Assembleia da República para a rejeição do que é «violento, injusto e inaceitável».

Sobre o processo de discussão, a CGTP lembrou que o Governo tudo fez para que a discussão pública do pacote laboral fosse agendada e decorresse sobre pressão, «ao ponto de ter ido para publicação sem passar pela Comissão de Trabalho, o que é obrigatório nos termos do Regimento». Afirmando, após a convocação da greve geral, que o período de discussão pública iria ser alargado, o Governo não agendou ainda qualquer reunião de negociação.

A Intersindical faz saber ainda que no passado dia 13, numa reunião que teve com a UGT, informou esta central sindical da «necessidade de dar expressão à luta dos trabalhadores em tempo útil e a necessidade e condições para fazer uma greve geral antes do encerramento da discussão pública». No final da nota, a CGTP compromete-se a apresentar à UGT, com vista a uma plataforma comum, as matérias concretas «em relação às quais não poderá haver qualquer cedência por parte dos trabalhadores».

Parque Expo em greve

Os trabalhadores da Parque Expo estiveram em greve no passado sábado, 23 de Novembro, como resposta à ameaça de despedimento colectivo. Sobre este assunto, e pressionada pelo CESP (Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal, da CGTP), a empresa apenas afirmou que se encontra à beira da falên-

cia, precisando, por esta razão, de proceder a despedimentos dos cerca de 140 trabalhadores da circulação e tráfego. O CESP contesta esta explicação, lembrando que a Parque Expo obteve no ano passado lucros líquidos da ordem dos 5,6 milhões de euros e oferece elevadas benesses aos seus administradores.

15 razões para a greve geral

O Pacote Laboral aprovado no Conselho de Ministros e entregue na Assembleia da República contém quinze pontos principais distribuídos em mais de seiscentos artigos e três objectivos: o reforço do poder patronal, a desregulamentação da relação de trabalho e a diminuição da retribuição dos trabalhadores. Para a CGTP, qualquer um destes pontos, individualmente, justificava uma greve geral. Mas são quinze.

1 Fim do princípio do tratamento mais favorável

De acordo com a actual lei, o instrumento de contratação colectiva e o contrato individual de trabalho não podem prever condições menos favoráveis do que a lei geral. Com o novo «Código de Trabalho», este princípio deixa de estar

assegurado, sobretudo no que respeita à relação entre a lei e o instrumento de contratação colectiva, admitindo-se que este disponha em sentido menos favorável ao trabalhador do que a própria lei.

2 Direitos de personalidade

Começando por reafirmar diversos direitos (constitucionais) dos trabalhadores, o «Código» oferece ao patrão instrumentos para os violar. Assim, o direito dos trabalhadores à reserva da sua intimidade da vida privada – que abrange aspectos relativos à vida íntima e pessoal, a opções políticas ou religiosas – pode ser posto em causa. O patrão pode exigir ao trabalhador e ao candidato a trabalhador que preste informações desta natureza desde que «sejam estritamente necessárias e relevantes para avaliar a aptidão». Quem decide, claro, o que é relevante ou não, é o patrão. Se, para se defender, o trabalhador prestar informações não totalmente verdadeiras pode ser acusado de agir de má-fé e ser despedido.

3 Período experimental

O Governo pretende aumentar para 90 dias o período experimental, em que o trabalhador pode ser livremente despedido. Actualmente, este período é de 60 dias. De acordo com a proposta de lei, «durante o período experimental, qualquer uma das partes pode denunciar

o contrato sem aviso prévio (...) não havendo direito a indemnização». Relativamente aos contratos em comissão de serviço, e de acordo com o artigo 107, o período experimental poderia atingir 180 dias, contra os 30 actuais para contratos até dois anos e 60 quando superiores a dois anos.

4 Contratos a prazo

Apesar do aumento da precariedade verificada em Portugal nos últimos anos (entre o 4.º trimestre de 2000 e igual período de 2001 aumentou 12,8 por cento), o Governo pretende aumentá-la ainda mais, alargando a duração dos contratos a prazo. Assim, de acordo com o previsto na proposta do Governo, o contrato a prazo pode ser renovado por três vezes (contra as duas que a lei actual prevê) e a sua duração máxima não pode exceder seis anos (actualmente, o limite é de três anos). A proposta admite que os jovens à procura do primeiro emprego fiquem sujeitos a sete anos e meio de contrato a prazo. Noutros países da Europa, como Espanha e França, o limite dos contratos a prazo é, respectivamente 6 e 18 meses, o que desmente a propagada afirmação de que são rígidas as leis laborais portuguesas.

5 Flexibilidade

Esta proposta de lei provoca a redução dos vencimentos dos trabalhadores à custa da retribuição

por trabalho extraordinário. Entrando em vigor, o «Código» faria com que o trabalhador pudesse ver o seu horário normal de trabalho esticado para 50 horas semanais (10 diárias) ou, mediante «acordo», para as 60, ou seja, 12 por dia. Tudo desde que, num período de referência, a média de horas semanais seja 40. Assim, o que hoje é pago com acréscimo por se tratar de trabalho suplementar deixaria de o ser. O patrão teria apenas de gerir o horário do trabalhador como melhor lhe servisse, sem necessidade de aviso prévio.

6 Pausas

Relativamente às pausas, o patronato e o Governo voltam à carga e tentam recuar naquilo que uma longa e intensa luta conquistou: as pausas como parte integrante do horário. Assim, e durante os dois primeiros anos após a entrada em vigor do «Código», as pausas deixariam de contar como tempo de trabalho. Também por dois anos, as interrupções resultantes de acordos só seriam consideradas tempo de trabalho se não implicassem a paragem dos postos de trabalho nem a substituição de trabalhadores.

7 Trabalho nocturno

De acordo com a lei actual, o trabalho nocturno começa a contar a partir das 20 horas, até às 7 horas do dia seguinte, e é pago com um acréscimo de 25 por

cento. Entrando em vigor o Pacote Laboral, o trabalho nocturno seria considerado apenas a partir das 22 horas, isentando as empresas de pagar o respectivo acréscimo por mais duas horas. Estimativas feitas calculam que esta medida provocaria, em centenas de milhar de trabalhadores, reduções na remuneração na ordem dos 150 euros mensais. Multiplicando por 12 meses, representaria um considerável crescimento dos lucros da empresa. Sem qualquer aumento da produtividade.

8 Feriados

Uma outra imposição patronal que o «Código» inclui é o gozo de feriados à segunda-feira e não nos seus dias originais. O Governo acabou por desistir, pelo menos para já, de generalizar esta medida a todos os feriados – o que Cavaco Silva chegou a defender –, considerando apenas alguns, dos quais se excluem determinados feriados religiosos ou internacionais, como o 1.º de Maio.

9 Férias

A destruição das férias enquanto direito social fundamental e irrenunciável está igualmente prevista no «Código», que passaria a ver as férias como prémio ou sanção do comportamento do trabalhador. Assim, um

trabalhador que não falte ou tenha um número reduzido de faltas justificadas pode ver as suas férias aumentadas. Quem faltar muito, independentemente da legitimidade do motivo, poderá ser privado de dias de descanso.

10 Polivalência

Enquanto que na lei actual a polivalência salvaguarda minimamente a categoria e o estatuto profissional do trabalhador, com o «Código» esta surge muito mais ampla e gravosa. Está prevista a imposição de o trabalhador prestar não só as funções para as quais foi contratado mas também todas «funções afins ou funcionalmente ligadas». Não surge também qualquer ligação desta polivalência com a formação e a valorização profissionais.

11 Retribuição

O novo conceito de retribuição para efeito de cálculos de prestações complementares e acessórias – subsídio de Natal e de férias, etc. –, que apenas inclui salário-base e diuturnidades, implicará uma redução dessas prestações, especialmente para os trabalhadores por turnos e que estejam em regime de isenção de horário de trabalho. Embora a norma preambular garanta que a retribuição de um trabalhador não poderá ser reduzida com a entrada

em vigor do «Código», esta garantia seria absorvida logo nas primeiras actualizações salariais.

12 Despedimentos

O Código do Trabalho alarga o conceito de justa causa para despedimento, passando a constituir motivo para despedir 4 faltas injustificadas seguidas e 8 interpoladas, contra as 5 seguidas e 10 interpoladas previstas na lei actual. É também aberta a possibilidade de o trabalhador despedido ilicitamente não ser reintegrado por oposição do patrão. Esta medida abrange os trabalhadores de microempresas – a maioria em Portugal – ou que desempenhem cargos de direcção ou administração.

13 Direito à greve

Com o objectivo de desarmar os trabalhadores de uma das suas mais poderosas armas, o direito à greve, o «Código do Trabalho» introduz o conceito de «paz social relativa», segundo a qual não são permitidas greves durante a vigência das convenções colectivas de trabalho. O alargamento dos prazos para pré-aviso, o alargamento das actividades a requerer serviços mínimos e a manutenção da autoridade patronal sobre os grevistas a realizar serviços mínimos constituem igualmente eixos do ataque. Surge também o princípio da responsabilização de trabalhadores e sindicatos em caso de «greve ilícita».

14 Contratação colectiva

Segundo o previsto no Pacote Laboral, as convenções colectivas passarão a ter um limite de vigência, findo o qual se teria de negociar outra. Portanto, no período máximo de 3 anos e 6 meses após a entrada em vigor do «Código», todas as actuais convenções colectivas ficariam sem efeito e os trabalhadores por elas abrangidos apenas teriam o estipulado no «Código do Trabalho», o que representaria para a esmagadora maioria dos trabalhadores a perda de importantes benefícios e direitos. A «livre adesão» de trabalhadores a qualquer uma das convenções colectivas vigentes provocaria a sujeição dos trabalhadores e todo e qualquer tipo de pressões para «escolherem» determinada convenção e incrementaria a criação, pelo patronato, de sindicatos fantoches que aceitassem quaisquer condições impostas.

15 Aplicação aos trabalhadores da Função Pública

Outro dos motivos para a contestação prende-se com a aplicação de muitas das medidas previstas no «Código» aos trabalhadores da Função Pública, nomeadamente no que respeita à protecção da maternidade e paternidade, à constituição de comissões de trabalhadores e do direito de greve. No artigo 6.º do decreto preambular, é ainda referido que o Pacote Laboral aplica-se a todos os trabalhadores de pessoas colectivas públicas sujeitos ao regime de contrato individual de trabalho.



Será aceitável?

● Pedro Carvalho

E foi assim que o Parlamento Europeu votou a sua posição sobre o alargamento. «Quase por unanimidade», dirão uns mais tarde, após os concertos e recepções, de braços abertos para receber os «irmãos» do Leste, numa sessão plenária a eles dedicada, entre os «Ah» de deslumbramento das classes dirigentes dos ainda candidatos, que entre os comes e bebes, metem a soldo pátrias. Aplausos, pois temos «Europa Unida», reunificada, já agora, assinem aqui uma declaração, coisa pouca, um ajuste de contas com o passado, um acto de contrição. E entre o regozijo de muitos, ouvem-se os aplausos do patronato a tão desejado processo.

Que dizer deste alargamento, deste e não de outro! Podemos separar este alargamento de uma integração europeia com uma intrínseca natureza de classe, ao serviço do grande capital e das grandes potências europeias? Que, apesar de marcada por contradições diversas, está decisivamente determinada por essa natureza e pelos processos de desenvolvimento e expansão do capitalismo no mundo após as derrotas dos processos de construção do socialismo nos países do Leste da Europa.

Mas este alargamento serve o capitalismo europeu, nomeadamente com a expansão a um novo mercado de 100 milhões de consumidores e a um sector público vendido a preços de saldo. É da sua génese que, em crise, o capitalismo necessita de novos mercados para sobreviver. Este alargamento pressiona também as reformas institucionais que consolidam o rumo federalista desta integração europeia e as reformas das políticas comuns, como a agrícola ou estrutural, no sentido da sua progressiva renacionalização.

O pau e a cenoura

Este alargamento, que evidencia a vontade de expansão do capital europeu e propósitos de hegemonia das grandes potências, tem vindo a processar-se num quadro de ingerência. Não estamos perante uma negociação, mas sim de uma imposição. Onde «o pau e a cenoura» foram e serão os principais instrumentos. Exigiu-se o desmembramento económico e social destes países, impondo-lhes autênticas políticas de «ajustamento estrutural» à maneira do FMI, enquanto o capital ocidental fazia a sua triunfal cavalgada para leste. O resultado está à vista, crescimento do desemprego e do défice comercial, a eliminação do sector público, ruptura dos principais sectores produtivos e retrocessos históricos ao nível de direitos sociais e laborais.

E para quem acena com os ganhos da adesão ou tem dúvidas sobre a natureza deste alargamento, o

Tratado de Nice e as conclusões do Conselho Europeu de Berlim/Bruxelas tornaram bem patente a dimensão da apreçoada «solidariedade» e «igualdade» europeia. Em Nice, decidiu-se a forma das grandes potências manterem o poder de decisão numa União alargada. Em Berlim/Bruxelas, decidiu-se como fazer este alargamento sem gastar mais um euro e ainda poupando. Ou seja, o mesmo orçamento a 15 para 25 países, quando os que entram necessitariam de muito mais para colmatar o fosso de desenvolvimento que os separa desta União. Mas mais, criam-se cláusulas de salvaguarda unilaterais, *ad eternum* e exclusivas apenas para estes países, não vão os interesses das grandes potências e do capital europeu serem ameaçados. Criam-se discriminações nas ajudas agrícolas, onde concorrendo no mesmo mercado, os do leste receberão um quarto das ajudas dos agricultores da actual União.

Futuro hipotecado

Este alargamento não pode ser considerado independentemente dos impactos socioeconómicos que terá para o nosso país. Em caso algum poderão ser os países de menor desenvolvimento a pagar os custos do alargamento. Ora, uma certeza, sem eufemismo, é que Portugal irá perder e será porventura aquele que mais perderá. Iremos competir com países com especializações económicas semelhantes e uma mão-de-obra mais barata e qualificada. Países mais próximos dos mercados do centro da Europa, agravando a nossa periferia e a deslocalização do capital. Sem programas especiais de apoio, como aconteceu em alargamentos anteriores. Num quadro institucional pós-Nice que limitará severamente a nossa soberania. E tudo isto, num quadro financeiro congelado, com menos ajudas agrícolas e com a promessa de redução nos Fundos Estruturais. É completamente inaceitável um processo de alargamento com base num financiamento comunitário que não assegure o princípio da coesão económica e social. O quadro financeiro de Bruxelas, aprovado pelo PSD é uma hipoteca sobre o nosso futuro, como foi a Agenda 2000 aprovada pelo PS, quando se aceitou um alargamento sem aumento dos recursos financeiros. O povo português mostra-se um dos mais favoráveis ao alargamento, apesar de ser um dos pior informados sobre o mesmo. A factura será paga a médio prazo. Os povos dos países candidatos não estão melhor informados, vivem entre a ilusão do *El Dorado* europeu e desespero do «pior é impossível, por isso mais vale entrar». Será tudo isto aceitável? Penso que não.

Eurodeputados do PCP exigem manutenção da moratória sobre alimentos OGM

Crime ambiental

O levantamento da moratória sobre novos organismos geneticamente modificados foi considerado pela deputada, do PCP, Ilda Figueiredo como «um autêntico crime ambiental».

A proposta está contida num relatório de Elisa Damião, deputada do PS, aprovado quinta-feira, 21, que transcreve, na íntegra, as posições e interesses das grandes multinacionais da biotecnologia e agro-químicas», denunciou a deputada comunista,

sugerindo uma comparação do documento com o posicionamento da Unice, a confederação europeia do patronato.

Ilda Figueiredo sublinhou que, «para além das questões éticas e de direitos humanos relacionadas com a mercantilização e patenteação da vida e do património natural, é preciso ter em conta que a libertação de OGM no meio ambiente constitui um factor irreversível e incontrolável, com consequências directas na poluição da actividade agrícola, na regressão da biodiversidade e

efeitos incalculáveis ao nível dos ecossistemas».

Tudo isto, alertou, põe em causa a apreçoada «liberdade de escolha», quer para os consumidores quer para agricultores, e reforça a dependência destes e das políticas alimentares dos estados

face às multinacionais.

«Chocante» foi como classificou «o grau de ingerência e pressão relativamente aos países em vias de desenvolvimento visando a introdução de OGM na sua cadeia alimentar», ao mesmo tempo que considerava como «uma mistificação» as teses de que as carências alimentares e a fome no mundo podem ter uma solução tecnológica, lembrando que a questão «é política e de políticas».

Exigindo «esclarecimento» em vez de «propaganda»,

como a dos deputados socialistas que branqueiam os riscos dos OGM apresentado-os sob a «capa verde», Ilda Figueiredo defendeu que o desenvolvimento científico e tecnológico da Humanidade deve ter em conta o princípio da precaução.

Por outro lado, o PCP considera que a investigação em biotecnologia deve ter uma componente pública preponderante e ser globalmente conhecida e acompanhada pelos poderes públicos, devendo ser posta ao serviço dos povos e não subordinada e dominada pelos interesses privados daqueles que pretendem mercantilizar tudo, incluindo a vida.

A deputada já questionou a Comissão Europeia sobre os fundamentos do levantamento da moratória e caracterizou os regulamentos recentemente aprovados pelo PE, nomeadamente no tocante à rastreabilidade e à rotulagem, como sendo os primeiros passos para a liberalização do comércio de OGM e de produtos que os incorporam.

Preservação dos recursos

Pescadores devem ser ouvidos

O Parlamento Europeu aprovou uma resolução que atribui um papel activo aos pescadores e suas associações no domínio da investigação e na informação sobre o estado dos recursos.

O documento teve como base o relatório de Dominique Souchet que acolhe o plano de acção da Comissão com vista à integração da protecção ambiental na Política Comum da Pesca.

No entanto, os eurodeputados dão maior ênfase ao papel dos pescadores, reconhecendo o seu interesse nesta área, uma vez que, como indicou a deputada comunista Ilda Figueiredo, estes «estão entre as principais vítimas da sua degradação». O Conselho é instado a

encarregar a Comissão de elaborar um plano de acção concreto neste domínio.

O PE concorda com uma abordagem preventiva da gestão das pescas e solicita a tomada de medidas urgentes a fim de se conseguir um equilíbrio sustentável entre a exploração e os recursos vivos aquáticos.

Porém, argumenta que este objectivo não requer uma redução global da frota, mas sim uma abordagem feita zona por zona e espécie por espécie. Paralelamente, sublinha que a recuperação dos stocks ameaçados deve ser levada a cabo através de instrumentos de gestão flexíveis, tais como os totais autorizados de captura (TAC) e quotas. As medidas

irreversíveis, ou seja, o abate de navios, devem ser evitadas.

Os deputados chamam a atenção para o impacto ambiental específico da pesca industrial, pedindo que este assunto seja estudado a fundo. Simultaneamente, é solicitado à Comissão um estudo relativo ao impacto do aquecimento climático sobre os stocks de peixes e a sua localização.

Por último, refira-se que os deputados solicitam a aplicação rigorosa de toda a legislação relativa ao ambiente marinho, em particular as disposições dos pacotes legislativos «Erika I» e «Erika II» - apelo que ganha nova ressonância após o desastre ocorrido com o petroleiro *Prestige* na semana passada.

Crises financeiras preocupam Europa

Um relatório aprovado na passada semana no Parlamento Europeu recorda os casos Enron e Worldcom e pede o reforço da regulamentação financeira e os sistemas de controlo na União Europeia.

A preocupação revelada no hemisfério de Estrasburgo resulta da elevada instabilidade dos mercados financeiros. «Uma evidência», considerou Ilda Figueiredo, notando que, hoje, «uma crise financeira transforma-se numa crise económica, devido ao alto grau de

financeirização da economia para o que em muito contribuiu a progressiva integração dos sistemas de pensões em lógicas de rentabilização e o crescente volume dos fundos de pensões».

Porém, «pensar que com a integração dos mercados financeiros na UE e o estabelecimento de regras de supervisão prudencial mínima, assentes em novos organismos supranacionais e no reforço dos poderes da Comissão, se resolve o problema da volatili-

dade dos mercados financeiros» é, para a deputada do PCP, «um equívoco».

A questão central «é a libertina circulação de capitais ao nível internacional e a sua utilização de forma especulativa, rentista e parasitária num mercado em tempo real, com enormes volumes financeiros concentrados em fundos de pensões e arbitragem, tendo muitas vezes como plataformas paraísos fiscais e usando instrumentos que fomentam a especulação».

Cancelada Assembleia ACP-UE

Os representantes dos 77 países ACP não aceitaram a decisão do Parlamento Europeu, tomada quinta-feira, 21, de proibir a entrada nas suas instalações dos dois representantes do Zimbabwe, e decidiram cancelar a reunião da Assembleia Paritária, cujos trabalhos deviam iniciar-se na passada segunda-feira. Os delegados visados constam de uma lista de pessoas impedidas de obter vistos de entrada na UE. Um é Christopher Kurumeri, vice-presidente das Finanças, o outro Paul Mangwana, vice-presidente da Justiça. No entanto, em virtude da Convenção de Genebra que estabelece que os estados devem autorizar a circulação de pessoas mandatadas oficialmente para participar num reunião internacional, os dois delegados poderiam obter o visto necessário. Assim não o quis o Parlamento Europeu ao fechar-lhes as portas do hemiciclo, depois de uma deliberação da conferência de líderes, que teve apenas os votos contra da Esquerda Unitária Europeia, onde se integram os deputados do PCP, e dos Verdes/Aliança Livre Europeia.

Inquirido ao «Prestige»

O Parlamento Europeu aprovou em Estrasburgo uma resolução conjunta que se exige à Comissão um inquérito para apurar responsabilidades das autoridades nacionais e regionais no desastre ecológico do petroleiro «Prestige». O texto, subscrito pelos eurodeputados portugueses dos vários grupos, entre os quais Ilda Figueiredo, do PCP, insiste na necessidade de determinar responsabilidades sobre o desastre ecológico, instalar rapidamente a Agência Europeia de Segurança Marítima e apoiar as populações ribeirinhas afectadas.

Candidatos discriminados

Após o debate com mais de 200 deputados dos parlamentos dos países candidatos, o Parlamento Europeu aprovou uma resolução que apoia o projecto da Comissão de concluir as negociações de adesão com 10 dos 13 países candidatos já em Dezembro, aceitando a decisão do Conselho, de 18 de Novembro, de fixar a data de adesão para 1 de Maio de 2004. A deputada, do PCP, Ilda Figueiredo votou contra o relatório, classificando de «discriminatórias e inaceitáveis para os países candidatos», as condições acordadas no Conselho Extraordinário de Bruxelas em 25 de Outubro. Frisando que os interesses de Portugal «podem ser seriamente afectados», Ilda Figueiredo afirma que estas propostas frustram as expectativas dos países candidatos, o que poderá reflectir-se nos referendos previstos para o próximo ano: «Só então se conhecerá efectivamente a vontade e o desejo dos povos.»

Florença em debate no Vitória

No fórum gritou-se socialismo!

O estrondoso êxito do Fórum Social Europeu, em Florença, não pode ser desligado da intensificação da luta de massas que se observa em grande parte dos países europeus, em particular na Itália.

A novidade, dimensão e importância do chamado «movimento antiglobalização» esteve no centro de um debate realizado, quinta-feira 21, no Centro de Trabalho Vitória, com a participação de Albano Nunes, que recentemente integrou a delegação oficial do PCP ao Fórum Social Europeu.

Perante uma assistência de algumas dezenas de pessoas, este membro do Secretariado do PCP e responsável pela Secção Internacional, destacou o carácter progressista, claramente anticapitalista e antibelicista, que constituiu o elemento unificador da grande diversidade de participantes e organizações, grandes e pequenas, que convergiram para Florença, entre os dias 6 e 10 de Novembro, à semelhança do que vem acontecendo desde o primeiro fórum mundial, realizado em Porto Alegre, no Brasil.

Mais do que relatar as iniciativas ocorridas naquela cidade italiana, os intervenientes no debate procuraram reflectir sobre as causas, objectivos e perspectivas deste movimento social, no seio do qual se processa «uma intensíssima luta ideológica», e a participação nele dos sindicatos de classe e dos partidos comunistas revolucionários.

Pensamento único abre brechas

O sucesso do Fórum, em cujos seminários e conferên-

cias participaram cerca de 50 mil pessoas, como lembrou Albano Nunes, não pode ser compreendido sem se ter em conta «as grandes tendências da evolução europeia e mundial» que evidenciam «o fracasso das teses sobre o capitalismo triunfante após o derrube da União Soviética,

As acções convergentes devem integrar-se nas dinâmicas nacionais de luta



Na luta contra o neoliberalismo e a guerra integram-se cada vez mais camadas médias, intelectuais e jovens

abrem brechas nas teorias do pensamento único neoliberal e deixam espaço para a mobilização e para a luta».

O agravamento das desigualdades em todo o mundo, o ataque aos direitos sociais e laborais assente em dogmas do neoliberalismo aos quais se renderam os parti-

dos da social-democracia, a escalada militarista e a iminência de uma guerra imperialista são factores que, na opinião de Albano Nunes, «estão a estreitar a base social de apoio do capitalismo».

Em consequência, e embora não se possa falar ainda de um ascenso da luta das forças progressistas, a verdade é que cada vez mais camadas médias, intelectuais e jovens convergem nas acções contra o neoliberalismo e pela paz.

Florença demonstrou-o à saciedade, confirmando ao mesmo tempo a vitalidade do movimento de massas

tra a guerra que encerrou o Fórum.

De resto, como salientou, Ângelo Alves, membro do Comité Central do PCP, que integrou igualmente a delegação a Florença, «sem as grandes lutas que se desenvolvem na Europa, o Fórum não teria tido a dimensão registada».

Outro interveniente no debate, lembrava a este propósito que «quando os fóruns acabam, são os sindicatos e os partidos que continuam a luta».

Contudo, nem todos partilham o mesmo entendimento. Alguns protagonistas do movimento «antiglobaliza-

ção» defendem a ideia de que este tende «a substituir-se ao papel revolucionário da classe operária, na perspectiva marxista», como indicou Albano Nunes, considerando que num movimento com a amplitude deste, é natural surgirem concepções diferentes.

que, um pouco por toda a Europa e, em particular, na Itália, se tem traduzido em expressivas greves gerais, manifestações e lutas sectoriais, com relevo para Fiat, cujos operários, significativamente, encabeçaram a gigantesca manifestação de um milhão de pessoas con-

ceções diferentes. e mobilização dos trabalhadores».

Deste modo, na perspectiva dos comunistas portugueses, o desenvolvimento deste movimento passa pela convergência das diferentes organizações em acções que se integrem nas dinâmicas nacionais de luta. «Sem o enraizamento no plano nacional não há reforço no plano internacional», sublinhou Albano Nunes, para quem as diferenças e dificuldades na cooperação internacional entre partidos comunistas e progressistas não se resolvem por decreto nem pela criação de um partido supranacional.

A concluir, deixou ainda uma mensagem de optimismo: «O fim dos fins acabou. Em Florença já se gritou socialismo. Hoje, não é este mas o neoliberalismo que está no banco dos réus.»

Presentes com posições próprias

O PCP valoriza a unidade na acção e deseja uma convergência muito ampla, esclareceu Albano Nunes, mas «a simples crítica ao neoliberalismo, embora justa, é limitada. A nossa crítica vai mais longe», disse.

Por isso, sublinhou, «nós estamos presentes com as nossas posições próprias e devemos combater as teses que aparecem tentando contrapor os movimentos aos partidos, negando o papel revolucionário da classe operária, pondo em causa o partido de vanguarda».

Por outro lado, respondendo a uma questão colocada por um dos intervenientes, Albano Nunes alertou para o facto de que «o capitalismo é exímio na recuperação destes movimentos». Os próprios social-democratas, refe-

riu, já começam a aparecer com as suas teses reformistas apontando o neoliberalismo como o problema central e, como solução, o retorno ao sector público e a uma política de redistribuição dos rendimentos mais favorável aos trabalhadores.

O caminho que este movimento irá seguir no futuro dependerá assim do debate que se trava sobre a sua orientação, no qual PCP considera ser essencial rejeitar as pressões que se exercem sobre os partidos comunistas revolucionários para que se diluam nele.

A mesma preocupação foi expressa por Nelson Silva, do secretariado da JCP que também integrou a delegação a Florença. Na sua opinião, «a tentativa de importação do modelo destes fóruns para países

onde os trabalhadores têm forte capacidade de mobilização constitui um perigo para o desenvolvimento da luta».

Albano Nunes aprofundou a questão, notando que há quem defenda a estruturação supranacional deste movimento, partindo de um fórum mundial, para o continental, regional, local até ao nível de cidade.

É certo que estas teses encontram acolhimento nalguns países, designadamente nos que ficaram sem partidos comunistas ou onde o movimento sindical foi tomado de assalto pelo reformismo, perdendo o seu carácter de classe. Porém, como salientou aquele dirigente, esta não é a realidade do nosso país: «pretender que tal aconteça em Portugal é trabalhar contra a organização

Deputados pedem libertação de Caruso

Uma declaração subscrita por deputados do Parlamento Europeu exige a libertação imediata de todos os activistas antiglobalização presos em Itália e o fim das perseguições. Em particular, o documento, já subscrito pelos deputados do PCP, Ilda Figueiredo e Joaquim Miranda, considera a prisão de Francesco Caruso e de outros representantes como «uma tentativa inaceitável de criminalização do movimento social, apenas uma semana depois do sucesso da manifestação pacífica de Florença. É igualmente uma tentativa de vingança por parte dos que engendraram as provocações policiais de Génova».

Os deputados expressam a sua preocupação face às «acusações que estão na base das prisões e à utilização de dispositivos penais aplicados sob o regime fascista, como as noções de «associação subversiva», de «conspiração política» e de «propaganda subversiva». O texto considera que se está «perante uma tentativa de instrumentalização política da justiça penal pondo em causa a independência da magistratura e o estado de direito, ao nível nacional, europeu e internacional». Os deputados exigem o respeito pelo direito de crítica e de oposição.

Carta a Chirac

Pedindo a revogação da pena aplicada a José Bové e a René Riesel, deputados de vários grupos do Parlamento Europeu dirigiram na passada semana uma carta ao presidente da República, Jacques Chirac, onde notam que a sentença é injusta.

Em causa está a decisão do Tribunal Supremo que condena a 14 meses de prisão os dois activistas por destruição de plantações de organismos geneticamente modificados (OGM). Para os subscritores da missiva, entre os quais se conta a deputada, do PCP, Ilda Figueiredo, ambos os condenados «opuseram-se, com outros militantes e numerosos sindicatos e associações, à introdução dos OGM na agricultura e alimentação, rejeição que desde sempre é partilhada pela grande maioria dos franceses e dos europeus». A pena aplicada, afirmam, «tem pesadas consequências sobre as actividades sindicais de José Bové, dirigente nacional da confederação agrícola, cuja intervenção cívica, em França e no mundo, tem tido um grande eco na opinião pública, preocupada com a qualidade e segurança alimentares e as consequências da mundialização liberal das nossas economias».

«O seu encarceramento constitui um atentado inaceitável às liberdades civis, em particular ao direito à actividade sindical e lançará a dúvida nos cidadãos quanto às condições de aplicação da justiça francesa», conclui o texto, pedindo que a pena não seja executada.

Lutar contra a Alca

Mais de mil pessoas participaram, segunda-feira, em Havana, Cuba, na abertura oficial do 2.º Encontro de Luta contra a Alca (Área de Livre Comércio das Américas). Leonel González, do departamento de Relações Internacionais da Central de Trabalhadores de Cuba e membro do Comité Organizador, sublinhou, no início da iniciativa, «que a luta contra a Alca, denominada como um projecto recolonizador, aumentou no último ano com a realização de manifestações, consultas populares e jornadas de resistência em diferentes partes do mundo». Fidel Castro também esteve presente no encontro, que hoje termina.

Esquerda Unida no Paraguai

A Esquerda Unida, movimento que se propõe unir partidos de esquerda, organizações camponesas e indígenas, foi criada, sábado, no Paraguai. Os fundadores deste projecto são o Partido Pátria Livre, o Partido Comunista Paraguai, Movimento pela Liberdade e Igualdade, Departamento de Cordilheira, Movimento Indígena 19 de Abril, Partido Socialista Paraguai e Corrente Gremial Camponesa.

A resolução, aprovada no encontro, explica que a «proposta da Esquerda Unida surge de um processo de luta do povo, e de todos os sectores, contra as políticas neoliberais, por um modelo de desenvolvimento alternativo com uma política económica e social cujo eixo principal será a geração de trabalho e a justiça social».

Chávez denuncia Andrés Pérez

O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, classificou, esta semana, como «golpista» a greve geral convocada pela oposição para 2 de Dezembro e pediu aos seus compatriotas que «estejam alerta» para defender a democracia. «Vão tentar um golpe de Estado e serão esmagados pelo povo», afirmou Chávez no programa de rádio «Aló, Presidente». Discursando para milhões de venezuelanos, Hugo Chávez sublinhou que a «nova emboscada contra a Constituição» é dirigida no exterior do país pelo ex-governante social-democrata Carlos Andrés Pérez (1974-79/89-93), dirigente das cúpulas sindical e patronal do país.

PCdoB no governo

Luís Inácio Lula da Silva afirmou esta semana, após uma reunião com a delegação comunista do Brasil, que o PCdoB irá participar no próximo governo. Questionado, pelos jornalistas, se o PCdoB teria um Ministério, Lula disse: «Cargos e nomes não foram ainda discutidos, mas realizei esta reunião para dizer que vou precisar do PCdoB.»

A vitória do ex-coronel é comparada com a de Hugo Chávez, na Venezuela, em 1998, e com a do metalúrgico Lula da Silva, no mês passado

Equador elege Gutierrez

Com uma coligação de partidos de esquerda e movimentos sociais, Lúcio Gutierrez venceu, domingo, no Equador, a segunda volta das eleições presidenciais.

Protagonista de um golpe de Estado contra Jamil Mahuad, no ano de 2000, e que levou ao seu posterior abandono do Exército, Gutierrez alcançou 54,35 por cento dos votos contra 45,64 por cento de Gustavo Nóboa.

Dirigindo-se aos jornalistas, Gutierrez, de 45 anos, pediu-lhes «para serem críticos permanentes e construtivos, porque o pior apoio vem dos incondicionais». O antigo militar anunciou que vai trocar o uniforme «verde oliva» pela indumentária civil e disse que a instituição militar tem de continuar a funcionar de acordo com a Constituição. «Amo a instituição militar apesar de a ter abandonado. Tirei o uniforme mas sinto-o dentro de mim.»

O presidente eleito apelou «à união nacional dos equatorianos, porque só um povo sólido e unido pode seguir em frente» e prometeu governar o país «de uma forma diferente». Admirador declarado do presidente da Venezuela, Gutierrez prometeu durante a campanha lutar contra

a corrupção e ajudar a população índia equatoriana empobrecida.

O empresário Gustavo Nóboa obteve 45,64 por cento dos votos. Nóboa, que é o homem mais rico do país, reconheceu a vitória do antigo militar e declarou-se disponível para receber «o

«Gutierrez prometeu lutar contra a corrupção»

novo presidente Gutierrez no palácio presidencial».

Dos 8,1 milhões de eleitores, votaram 5,7 milhões, uma taxa de abstenção de 28,8 por cento. As eleições, vigiadas por observadores internacionais, decorreram com normalidade em todo o país, exceptuando alguns incidentes na província de Chimborazo, onde tinha sido lançado um apelo ao boicote.

«Um homem simples»

Na sua primeira entrevista, concedida à televisão nacional, Gutierrez agradeceu aos que nele confiaram e lhe deram a vitória. Durante a entrevista, o novo presidente do Equador reiterou que deseja unir todos os equa-



O presidente eleito apelou «à união nacional dos equatorianos, porque só um povo sólido e unido pode seguir em frente»

torianos pelo bem do país. Convocou também todos os sectores, produtivos, financeiros, sociais, financeiros, a conjugar esforços com este fim. «É preciso conversar com todas as forças políticas, porque quero instaurar um novo estilo de governar», afirmou o presidente, prometendo procurar o consenso de «maneira transparente».

Gutierrez dirigiu ainda uma mensagem ao exterior: «Aqui no Equador, há um homem simples que sonha com um país justo, mais honesto, com democracia, um país digno para os nossos filhos», declarou. «Para isso, vou usar todo o

meu entusiasmo, toda a minha vitalidade, toda a minha força para alcançar

o consenso com a maioria dos sectores do Equador», concluiu.

Conferência contra a NATO

Por iniciativa do Partido Comunista da Boémia e da Morávia, realizou-se a 19 de Novembro, em Praga, uma conferência internacional destinada a denunciar os perigos para a paz e a segurança dos povos da Europa e do mundo, decorrentes do alargamento da NATO e da estratégia agressiva daquela aliança militar dominada pelos Estados Unidos.

No documento aprovado na reunião, designado «Apelo de Praga», sublinha-se que a NATO já se deveria ter dissolvido e que a nova estratégia adoptada por aquela aliança militar, além de violar o seu próprio estatuto, é um desafio ao direito internacional e uma usurpação de prerrogativas exclusivas da ONU.

Nestas condições, é evidente que não se está perante um pacto com objectivos de defesa, mas perante um instrumento da imposição do poder das grandes potências. Por essa razão, os participantes da conferência condenam a estratégia da chamada «guerra preventiva» e a criação de «forças rápidas de intervenção».

Na conferência, seguida de um comício e de uma manifestação no centro da capital checa, participaram mais de três dezenas de partidos comunistas e outras forças de esquerda. O PCP esteve representado na conferência por Rui Fernandes, membro do secretariado do Comité Central, e por Rui Paz, colaborador da secção internacional.

Ao intervir em nome do PCP, Rui Fernandes salientou cinco razões para se recusar as teses que propagam a importância de uma dinâmica europeia em matéria de política externa e de segurança comum como contraponto ao domínio norte-americano, recordando primeiramente que a natureza exploradora e dominadora do capitalismo, os seus objectivos, natureza e prática são independentes da sua nacionalidade; segundo, a lógica de um bloco europeu só irá agravar a corrida aos armamentos, aumentar as tensões, o intervencionismo e apagar a lógica da paz e da cooperação; terceiro, a tentativa de redução da enorme disparidade existente entre o conjunto dos países da União Europeia e dos EUA implicaria grandes sacrifícios para os povos e a militarização da economia; quarto, a subalternização e marginalização do papel da ONU acentuar-se-iam ainda mais, e, finalmente, acelerar-se-ia a lógica federalizante da União Europeia, com o consequente apagamento das diversas afirmações nacionais. Para o PCP, o que realmente se impõe é uma nova política da União Europeia e, antes de mais, dos governos dos respectivos países, que ponha o seu peso político e diplomático ao serviço da paz e do desarmamento.

Em telegrama enviado, na passada semana, ao governo da República Checa, o Secretariado do Comité Central do PCP condenou firmemente o impedimento da entrada naquele país de um jornalista do «Liberazione» em funções profissionais e de cinco jovens comunistas italianos, no quadro das fortes medidas de segurança adoptadas por aquele governo em torno da realização da Cimeira da Nato.

Eleições na Áustria

Haider é o grande derrotado

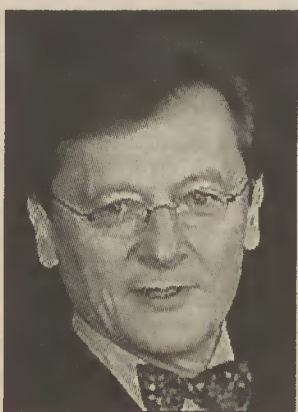
Os conservadores austríacos do chanceler Wolfgang Schuessel venceram as eleições legislativas de domingo.

Schuessel ganhou uma aposta arriscada ao convocar eleições antecipadas, quando Joerg Haider apelou à demissão dos ministros que ele próprio colocara no governo, tornando o seu partido no maior da Áustria, pela primeira vez desde 1966. Contudo, e com 42 por cento dos votos, o chanceler tem de encontrar aliados para formar um governo de coligação.

Os conservadores, que tinham obtido 26,9 por cento dos votos nas legislativas de 1999, conseguiram subir de forma significativa, sobretudo à custa dos seus aliados na coligação cessante, o FPOe (Partido da Liberdade, extrema-direita) de Joerg Haider, que perderam mais de 16 pontos percentuais.

Entretanto, o partido social-democrata (SPOe), que perdeu a sua posição de maior partido, declarou, no domingo, que recusa uma

«grande coligação» com os conservadores. «Disse antes da eleição que o segundo lugar significaria o nosso regresso à oposição, caso os conservadores e o FPOe obtivessem a maioria. Foi o que aconteceu, e a minha posição mantém-se», declarou o líder do SPOe, Alfred Gusenbauer. Quanto ao líder dos «Verdes», Alexandre Van der Bellen, que obteve 8,96 por cento dos votos, contra 7,4 por cento em 1999, considerou que «o mandato (dos eleitores) consolida o papel dos Verdes como partido da oposição».



Wolfgang Schuessel

Haider abandona governo de Caríntia

Na segunda-feira, o líder da ultradireita austríaca Jörg Haider anunciou que vai abandonar o cargo de chefe do governo da região de Caríntia, na sequência da derrota do respectivo partido nas eleições legislativas antecipadas.

«Não é possível continuar numa situação em que os outros partidos obtêm resultados dessa dimensão. Vou propor a minha renúncia aos meus amigos do FPO e de Caríntia. Não tenho nenhum interesse pela política depois deste resultado», acrescentou Haider, em declarações a uma rádio local.

Apesar dos seus esforços durante a campanha em Caríntia, o partido de Jörg Haider não obteve, domingo, mais que 24 por cento dos votos, face a 39 por cento que recebeu nas legislativas de 1999.

Iraque

Inspectores da ONU em Bagdad

Os inspectores de desarmamento da ONU chegaram ao Iraque e iniciaram ontem a sua missão. Bagdad garante não possuir armas de destruição maciça.

Um grupo de 17 especialistas de desarmamento das Nações Unidas chegou, quarta-feira, ao Iraque para tentar estabelecer se o país possui ou não armas de destruição em massa. O grupo, o primeiro a desembarcar no país desde a interrupção das inspeções em 1998, compreende seis técnicos da Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA) e onze da Comissão de Controlo, Verificação e Inspeção da ONU (Cocovinu).

«Se nós pudermos estabelecer um relacionamento positivo, as inspeções serão uma solução alternativa à guerra, e não um prenúncio dela», garantiu o director da AIEA, o egípcio Mohamed El-Baradei.

Um segundo grupo de inspectores, de 30 a 35 elementos, deverá chegar ao Iraque em 8 de Dezembro, data estipulada pela Resolução 1441 do Conselho de Segurança para que o país apresente «uma declaração actualizada, exacta e completa sobre todos os aspectos dos seus programas de preparação de armas químicas, biológicas e nucleares, de mísseis balísticos e de outras armas como aeronaves sem piloto e sistemas de dispersão». A resolução, imposta pelos EUA, ameaça Bagdad com «graves consequências» no caso de «vio-

lação material» daquelas disposições.

Iraque acusa EUA

«Nem os EUA nem o Reino Unido apresentaram uma só prova»

Em carta dirigida, domingo, ao secretário-geral da ONU, Kofi Annan, o ministro dos Negócios Estrangeiros iraquiano, Naji Sabri, afirma que o seu país aceitou a resolução do Conselho de Segurança, «sem condições», na esperança de evitar um ataque ao seu povo, mas está convicto de que o documento visa fornecer aos EUA um pretexto para a guerra.

Na missiva, Sabri analisa, ponto por ponto, os 13 parágrafos da Resolução 1441.

Segundo Sabri, os parágrafos estipulando que o governo iraquiano apresente, até 8 de Dezembro, uma prestação de contas sobre suas armas foram formulados com o objectivo de «deformar a postura do Iraque e usar (a declaração) para uma agressão contra o Iraque», com o benefício de «uma cobertura internacional».

«Considerar qualquer omissão por parte do Iraque como uma violação patente significa que existe uma premeditação contra o Iraque», afirma Sabri. Segundo o ministro, o parágrafo «está baseado na presunção fictícia de que existem no Iraque armas de destruição em

massa», alegações que Bagdad «rejeita energeticamente», sublinhando que «nem os Estados Unidos nem o Reino Unido apresentaram uma só prova que as demonstre».

Sabri protesta em especial contra o quarto parágrafo, onde consta que qualquer «declaração falsa ou omissão» será considerada uma «violação material das obrigações do Iraque», alegando que «afirmações pouco precisas, em milhares de páginas» da declaração exigida podem transformar-se em motivos para uma acção militar. «Existe uma premeditação de alvejar o Iraque, qualquer que seja o pretexto», afirma.

Tony Blair não tem dúvidas

Dando razão às preocupações iraquianas, o primeiro-ministro britânico, Tony Blair, pouco antes de os inspectores da ONU chegarem a Bagdad, fez questão de vir a público afirmar que «não existe nenhuma dúvida para nós de que ele (Saddam Hussein) está na de armas de destruição em massa».

Blair advertiu o presidente Saddam Hussein para não «brincar ao gato e ao rato» durante as inspeções, alertando para que «uma declaração falsa» seria uma «violação patente» da resolução, embora essa conclusão caiba aos inspectores.

O primeiro relatório das inspeções deverá ser apresentado ao Conselho de Segurança até de 27 de Janeiro.



• André Levy

Escola de assassinos

«O Presidente Bush afirma que temos de dismantlar campos de treino de terroristas. Que melhor sítio para começar que no nosso próprio quintal. Aqui mesmo no Fort Benning, na Georgia, temos um campo de treino de terroristas que actuam na América Latina, pago com os impostos dos contribuintes dos EUA.» Palavras Roy Bourgeois, padre católico, veterano condecorado no Vietname e activista de longa data contra a «Escola das Américas» (EDA) (1).

Desde 1946, a SOA treinou mais de sessenta mil soldados e polícias vindos da América Latina em técnicas de contra-insurreição, guerra psicológica, tortura, extorsão e execução. Nos manuais de treino, que o Pentágono foi forçado a tornar públicos em 1996, os alvos recomendados de repressão incluíam sindicalistas, líderes estudantis, activistas políticos e aqueles que acusassem o seu governo de não responder às necessidades básicas do seu povo. Em resultado, centenas de milhares de latino-americanos foram torturados, violados, assassinados, intimidados e forçados ao exílio pelos graduados da EDA.

Alguns dos graduados são nomes familiares: o general Manuel Noriega ou Roberto D'Aubuisson, líder dos esquadrões da morte em El Salvador. Entre os graduados contam-se oficiais que derrubaram governos eleitos democraticamente para instalarem ditaduras repressivas: o general Rios Montt, que eliminou mais de 600 vilas indígenas na Guatemala, ascendeu ao poder num golpe sangrento e liderou a Guatemala durante o seu período mais repressivo; ou o general Hector Gramajo, responsável pelas políticas genocidas durante os anos 80 na Guatemala, e que após ter sido julgado culpado por crimes de guerra num tribunal nos EUA foi convidado para dar uma palestra na cerimónia de graduação da EDA.

Há mais de uma década que milhares de activistas vêm até Fort Benning para exigir o encerramento da EDA (2). Cada manifestante transporta uma cruz com o nome de um dos muitos milhares de vítimas dos graduados da EDA. Durante o desfile, o nome de cada uma das vítimas é declamado e todos respondem «presente». A procissão funerária procede até às portas do forte onde os manifestantes exigem falar com oficiais responsáveis. Todos os anos dezenas são presos por actos de desobediência civil. Os esforços não têm sido em vão. No ano passado, uma emenda para fechar a EDA e iniciar uma investigação do Congresso não foi aprovada por uma margem pequena de dez votos na Casa de Representantes. Este é apenas um exemplo da

contradição entre palavras e actos na «Guerra ao Terrorismo». Um homem responsável por inúmeros ataques bombistas e assassinatos em todas as Américas, incluindo os EUA, e condenado na Venezuela pela explosão de um avião e morte de 73 pessoas, é sem dúvida um terrorista merecedor de todo o peso da justiça. Mas há excepções, sobretudo se as vítimas e os interesses alvejados são cubanos. O homem a quem me referia chama-se Orlando Bosch. Em 1987, graças aos esforços de Otto Reich, então líder do Gabinete de Diplomacia Pública de Reagan, Bosch foi libertado da prisão venezuelana e regressou aos EUA onde lhe foi garantido asilo e recebeu um perdão presidencial. Em Miami, pôde reintegrar-se na comunidade de mafiosos cubano-americanos que prosseguem a campanha de terrorismo contra Cuba. Não fosse o leitor pensar que este foi um erro do passado, com o qual o actual presidente Bush não tem responsabilidade, cabe mencionar que Otto Reich é actualmente o secretário assistente da Agência para os Assuntos do Hemisfério Oeste de Bush Júnior. Reich tem mais honras, como ter sido nomeado recentemente para o Conselho de Visitantes que supervisiona a EDA e ter coordenado com Pedro Carmona o recente golpe falhado na Venezuela. Em 1998, agentes do FBI foram a Cuba para coordenar o desmantelamento da rede terrorista em Miami. Consequentemente, o FBI, usando a informação partilhada por Cuba, prendeu não terroristas mas 5 cubanos que recolhiam em Miami informação sobre futuros ataques. Apesar destes agentes fazerem o trabalho que o FBI deveria fazer, sem nunca colherem informação secreta sobre os EUA *per se*, foram condenados por espionagem, alguns para o resto da vida. (3) A definição de terrorismo será difícil, mas não há dúvida que é aplicada convenientemente pela nação que usa o seu poder militar para proteger os seus interesses económicos, ainda que tal implique impedir o combate à promoção do terrorismo no seu próprio território e o uso de meios universalmente considerados desumanos, criminosos e terroristas.

(1) School of the Americas (SOA). O nome oficial foi recentemente mudado para Western Hemisphere Institute for Security Cooperation, mas para os que conhecem o trabalho dos seus graduados será conhecido como Escola de Assassinos.

(2) Iniciativa organizada pela School of the Americas Watch (SOAW) <http://www.soaw.org>
(3) Em Outubro, Ana Montes, analista do serviço de inteligência do Departamento de Defesa, nascida em Puerto Rico e cidadã dos EUA, foi condenada a 25 anos de prisão por ter informado Cuba sobre espões dos EUA na ilha.

Israel ataca em todas as frentes

Na semana de 15 a 22 de Novembro, as forças israelitas mataram 19 palestinianos em Nablus, Jenin, Hebron e Tulkarim, mas a questão palestiniana só voltou às primeiras páginas da comunicação social na quinta-feira, com o atentado suicida contra um autocarro em Jerusalém, que vitimou 11 pessoas.

Como de costume, o atentado serviu para Israel reforçar a sua política de repressão. A cidade de Belém foi reocupada e feitas dezenas de prisões, o recolher obrigatório imposto em diversas localidades palestinianas e mais pessoas perderam a vida.

Em Nablus, um menino de oito anos foi assassinado na segunda-feira, quando centenas de jovens ignorando o estado de sítio para ir à escola e enfrentaram os tanques israelitas com pedras. Segundo o Crescente Vermelho palestiniano, outra criança ficou gravemente ferida.

Antes disso, na sexta-feira, as forças israelitas desencadea-

ram várias operações nas localidades de Tubas e Jenin, na Cisjordânia, onde assassinaram a tiro um menino palestino e um cidadão britânico, Iain Hook, 54 anos, que trabalhava para a agência da ONU de assistência aos refugiados (UNRWA). Noutro incidente, uma irlandesa, Caoimhe Butterly, que trabalha para um grupo de ajuda palestiniano, foi alvejada quando tentava proteger crianças palestinianas durante a incursão israelita.

A ONU reagiu ao assassinato de Iain Hook. Segundo um porta-voz da UNRWA, Stephan Dujarric, o secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, «está comovido» pela morte de Hook e «muito perturbado pelo facto de o exército de Israel ter bloqueado o acesso de uma ambulância que tinha sido chamada pela UNRWA» para o levar ao hospital.

Dujarric lembrou que Annan «pediu em muitas ocasiões para que o exército (de Israel) permita o acesso,

sem restrições, às ambulâncias que vão buscar os doentes e feridos», mas não disse que Israel sempre ignorou tais apelos, com a mesma impunidade com que continua a ignorar todas as resoluções da ONU sobre a questão palestiniana. Hook trabalhava para um projecto de reconstrução de casas palestinianas destruídas noutras operações israelitas.

Para além da resposta ao atentado, Sharon tem outro motivo para mostrar «mão dura» em relação aos palestinianos. O primeiro-ministro enfrenta hoje, quinta-feira, uma disputa pela liderança de seu partido, o Likud, onde enfrenta um opositor ainda mais militarista, o actual ministro dos Negócios Estrangeiros, Benjamin Netanyahu. Sharon não está disposto a nenhuma concessão que possa ser vista pela direita israelita como um sinal de fraqueza face ao que esta designa por «terrorismo palestiniano».

Reencontro Havana agitada após três meses de ausência.

Um sentimento de indignação varre a ilha. Da janela do meu quarto, numa tarde cinzenta e fria, vejo caminhar colunas compactas de povo rumo à Tribuna Anti-imperialista, frente ao Escritório de Interesses dos EUA. Desço e torno-me parte da multidão. É uma concentração de protesto convocada na véspera. Modesta para a ilha: apenas 150 000 pessoas.

Uma avioneta com 8 pessoas saíra dias antes de Pinar del Rio rumo à Florida. Um acto de pirataria aérea. Mas com desfecho que viola normas do Direito Internacional constantes de acordos assinados pelos EUA. O governo norte-americano recebeu festivamente essa gente e até agora não devolveu sequer o aparelho roubado.

Em Washington foram ignoradas as leis internacionais sobre o sequestro de aeronaves. Numa época em que aviões das grandes companhias norte-americanas eram com frequência desviados e conduzidos a Cuba, os EUA lutaram para fazer aprovar legislação que desencorajasse esses actos criminosos.

Cuba respeita escrupulosamente esses acordos; Washington adopta perante os sequestros uma dupla moral.

Um povo indignado

Na véspera, uma tempestade transformara Havana numa cidade quase deserta, com os moradores fechados em suas casas. O mar galgou o paredão do Malecón e inundou dezenas de quarteirões, ilhando grandes edifícios no Vedado. Ventos ciclónicos sopraram durante horas e o termómetro caiu para níveis raros no Caribe. Alguns bairros ficaram às escuras. A fúria do temporal não foi, porém, sufici-

O terrorismo norte-americano e o exemplo de Cuba



ente para esfriar a indignação popular. Horas depois, ao cair da tarde, sob uma chuva gelada, o povo saiu às ruas para condenar a cumplicidade de Washington com os piratas que haviam sequestrado em Pinar a pequena avioneta.

Fidel compareceu, assim como outros dirigentes do partido e do Estado. Mas o comandante, desta vez, não falou.

«Um povo irado - assim definiu o «Granma» a atmosfera - como sempre acontece após cada gesto desavergonhado dos governos dos EUA contra Cuba, reuniu-se ontem noutro dos nossos cenários de históricas manifestações para condenar a recente acção de pirataria aérea, o terrorismo, a Lei assassina do ajuste cubano e as políticas e grupos mafiosos que as imitam e promovem a partir do território norte-americano».

Foi sobretudo a voz da juventude que expressou o sentir colectivo de um povo indignado com a hipocrisia de uma política imperial cuja agressividade e linguagem fascizante lembram cada vez mais as do III Reich.

Como ousa invocar a civilização e a ética - perguntou um dos oradores - um governo que gasta milhares de milhões de dólares alegadamente para combater o terrorismo e abre o seu céu e os seus aeroportos a sequestradores de aviões, recebendo esses piratas como heróis porque são cubanos contra-revolucionários?

A dupla moral da Casa Branca foi o denominador comum de todas as intervenções.

O mesmo Estado que num julgamento de pura farsa condenou cinco patriotas cubanos a penas de prisão que somadas excedem largamente a duração da vida humana afirma, pela palavra do presidente Bush, estar em dívida com a mafia terrorista de Miami, cujas acções criminosas são por ele enaltecidas como grandes serviços à democracia.

A irracionalidade do sistema

O protesto da nação cubana contra a solidariedade norte-americana aos sequestradores da avioneta coincidiu com o alarido levantado na Casa Branca e no Pentágono pelo facto de a defesa antiaérea do Iraque ter disparado contra aviões dos EUA que se preparavam para bombardear o território daquele país na chamada zona de exclusão, unilateralmente decretada por Washington à revelia das Nações Unidas. Segundo Bush, tal atitude justificaria por si só a guerra, sem necessidade de nova resolução do Conselho de Segurança.

A afirmação confirma que a irracionalidade do sistema de poder dos EUA não tem mais limites.

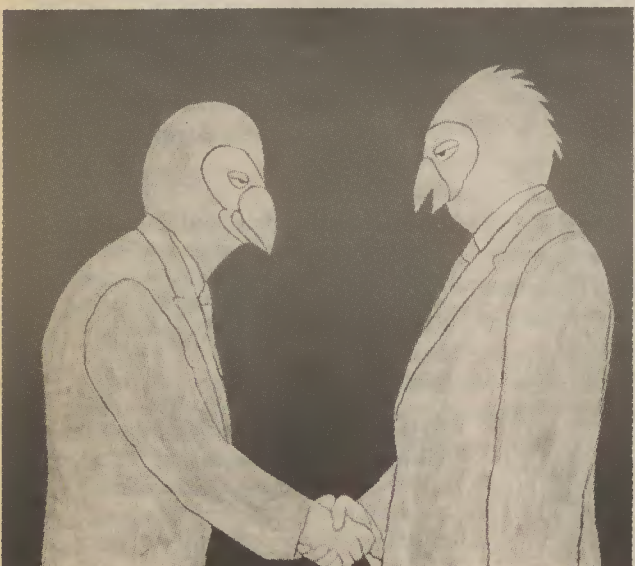
Que pretendem na Casa Branca? Que

o Iraque agradeça as bombas despejadas sobre o seu povo?

Um sistema de poder que afoga a saúde, o ensino, a cultura naquilo que Marx chamava «as águas geladas do cálculo egoísta», esse sistema monstruoso contra cuja «ordem mundial» acabam de protestar nas ruas de em Florença um milhão de pessoas - essa monstruosa engrenagem imperial, invocando com farisaísmo as liberdades e a defesa da civilização, multiplica as guerras, ensaia novas armas de extermínio maciço, destrói o ambiente, promove o desemprego, comercializa o genoma humano e, proclamando como tarefa suprema o combate ao terrorismo, não hesita em usar como instrumentos dessa louca estratégia o terrorismo mais brutal, o fanatismo integrista e a extrema-direita fascista.

O protesto do povo cubano no dia 18 pp frente à missão diplomática dos EUA em Havana insere-se na vaga de condenação da agressividade imperial dos EUA. A condenação cubana tem, entretanto, um significado especial. Porque a pequena ilha resiste há 43 anos a todos os esforços desenvolvidos pelo império americano para destruir a revolução que libertou o seu povo, Cuba demonstra que é possível resistir à barbárie do sistema de poder norte-americano.

• Manoel de Lencastre



Pintar Portugal

Entrevista com Paula Migalhada



«**H**ouve um ponto crucial na minha carreira. Foi quando percebi ter o meu trabalho de reflectir a atmosfera social em que vivo.»

Esta foi a explicação com que Paula Migalhada, ainda jovem mas decidida a fazer nome nas artes plásticas, me acolheu quando visitei a exposição de quadros com a sua assinatura na Galeria Art Konstant.

Chamara-nos a atenção, inevitavelmente, quadros com títulos sugestivos: A crise chegou ao galinheiro; Palavras, Actos, Omissões; Demissão; Trabalho para os rapazes; Paisagem social; Pacto; Estabilidade; Objectivo; Soberania; Concertação; Poder; Oposição; Constatação. De facto, em todas estas obras surge, insofismável, claríssima, a mensagem de Paula Migalhada - a sociedade divide-se em classes e estas confrontam-se na esfera social pelos seus interesses.

«Nasci em Lisboa, em 1968. Concluí, em 1992, a Licenciatura em Artes Plásticas/Pintura na Faculdade de Belas-Artes de Lisboa. Antes disso, já tinha exercido funções de docente na área das Artes Visuais em várias escolas de Lisboa e Loures. Em 1997, concluí a Profissionalização em Serviço na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, da Universidade de Lisboa. Mas, no ano seguinte, passei a dedicar-me ao cinema e à pintura.» Esta referência à sétima arte deixou-me atónito. Paula explicou: «Sim. Nas áreas da produção, guarda-roupa, decoração. Colaborei em vários filmes portugueses e franceses, sempre com a produtora Madragoa Filmes.»

A pintura, porém, é uma suprema pai-

xão. É, também, a sua vocação essencial. Disse-lhe que o engrandecimento do seu trabalho estava no acompanhamento dos conflitos da nossa época e na respectiva tradução para a tela em termos que as massas entendam. Disse-lhe, também, que tem tudo a ganhar dando expansão à sua vontade de agarrar as lutas da sociedade, fugindo a diversificações, a temas abstractos, indefinidos, sem realismo. A artista não hesitou. «Estou interessada em pintar a crise, a luta dos oprimidos, a arrogância dos poderosos. O nosso Portugal de hoje, no seu dia a dia, é a melhor fonte de inspiração. Certos aspectos da História e da vida portuguesa através dos tempos, começam, igualmente, a ganhar a minha atenção. Penso que evoluirei e tenho a certeza de que não renegarei as minhas inclinações. A ser assim, julgo-me com direito a certas aspirações.»

Pessoas de coragem

Nesta altura da nossa conversa, disse-lhe que a entrevista era para o «Avante!». Deparei com um aberto, profundo sorriso.

«Sei o que o seu jornal representa. E

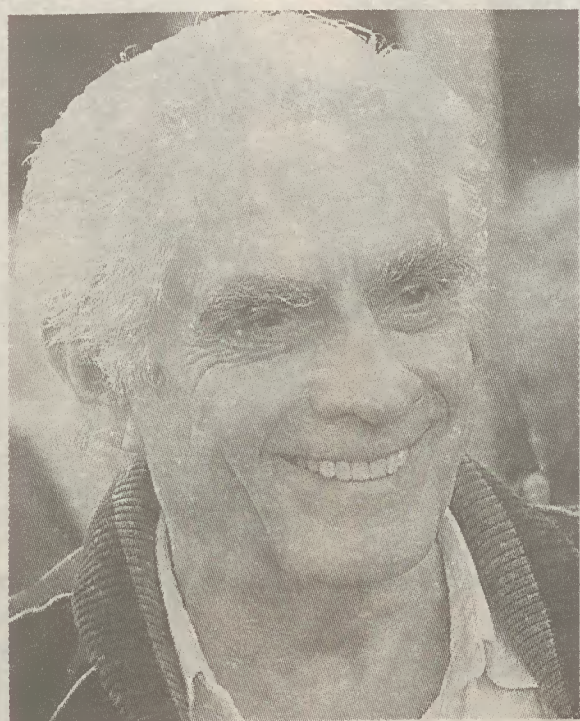
digo-lhe isto: apesar de não pertencer a qualquer partido, tenho toda a admiração pelo Partido Comunista que me parece estar a entrar numa fase de nova combatividade na sua luta. Os comunistas são pessoas de coragem, gente com objectivos definidos e claros. Não são como outros que, persistentemente, enganam o povo português. O nosso país, a meu ver, precisa deles.» Interrompemo-la para que falássemos do futuro.

«Quem pode adivinhá-lo? Só sei que me encontro mobilizada para transformar em obras de arte a grandiosidade que vejo nas lutas portuguesas contra a crise económica e financeira. Não desejo ver este país seguir o caminho da Argentina. Gostaria, evidentemente, de continuar a expor e de, a seu tempo, tentar um ou outro centro estrangeiro. Sei de certas pintoras portuguesas que têm tido aceitação em Londres, por exemplo, e já nem preciso de mencionar a Paula Rêgo. Mas não me iludo. Antes disso, terei de afirmar-me no nosso mercado. Estou certa, entretanto, de que não faltam situações para os grandes temas. Tudo o que necessita é coragem para a minha luta, tal como os comunistas têm para a sua...»

Eu não duvido de que a Paula Migalhada é uma artista cheia de energia e vocação, plenamente preparada para o futuro. Talvez conquiste a glória. Talvez veja os seus trabalhos, ainda, como aconteceu com Paula Rêgo, na «National Gallery» em Londres. Muitas barreiras iniciais já ela ultrapassou.

Um Natal diferente com livros das edições Avante!

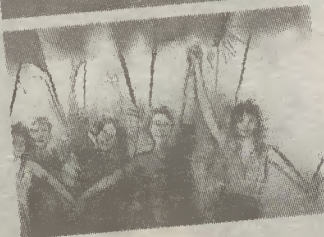
Oferece
livros
aos teus
amigos



Obras de Manuel Tiago

MANUEL TIAGO

OS CORRÉCIOS
E OUTROS CONTOS



NOVIDADE

Os Corrécios e outros Contos
Manuel Tiago
Código:41.041
€ 9,45
O mais recente livro
de Manuel Tiago

MANUEL TIAGO

A CASA
DE EULÁLIA



A Casa de Eulália (2.ª edição)
Código:41.029
€ 10,00

«A Casa de Eulália, no cenário da Guerra Civil de Espanha, tem mais de cenário novelístico, excelente nos esboços e nas cenas de multidão, roçando por vezes pelo apontamento lírico.»

Urbano Tavares Rodrigues

MANUEL TIAGO

ATÉ AMANHÃ,
CAMARADAS



Até Amanhã, Camaradas
Código:41.001
€ 14,70

O grande romance da resistência ao fascismo.

«Um grande livro, inesperado e onde os sentimentos mais fortes e puros do homem encontram a simplicidade e o rigor transparente da expressão».

Urbano Tavares Rodrigues

MANUEL TIAGO

CINCO DIAS,
CINCO NOITES

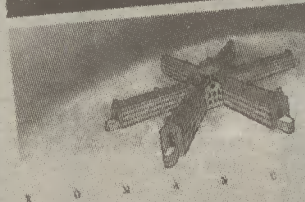


Cinco Dias, Cinco Noites
Código:41.006
€ 7,30

«Longe de veredas e povoados, a serra ondulava pedregosa e nua. Só aqui e além, ao fundo das encostas ou por detrás dos cabeços, repousavam manchas macias de terra lavrada. Donde e quem vinha lavrá-la parecia mistério em sítio tão desolado e ermo. Toda a tarde caminharam, o Lambaça adiante, André atrás. Nem uma só vez avistaram um ser humano».

MANUEL TIAGO

A ESTRELA
DE SEIS PONTAS

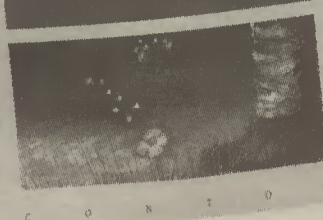


A Estrela de Seis Pontas
Código:41.025
€ 8,40

«Lá dentro, a partir de um amplo espaço circular subjacente à torre central e separados deste por pesados gradões, abriam-se, com a grandeza e o eco de naves de uma catedral, os espaços interiores das seis alas da estrela. Em cada ala, de um lado e de outro, estendendo-se também de ponta a ponta no rés-do-chão, fileiras de portas chapeadas. Por cima um primeiro e um segundo varandim de ferro com outras tantas portas chapeadas. Em cada piso, a meio das alas, pontes estreitas, igualmente de ferro ligando os varandins de um lado a outro. Tal era à primeira vista a estrela de seis pontas observada lá dentro».

MANUEL TIAGO

FRONTEIRAS



Fronteiras
Código:41.032
€ 8,40

Fronteiras é uma colectânea de contos. Contos são ficção, como ficção devem ser lidos. O essencial dos acontecimentos narrados, o fio de cada história de saltos clandestinos de fronteira, bem como esquemas, situações soluções, dificuldades incluindo as mais duras, e mesmo grande parte dos incidentes, correspondem a experiências de homens e mulheres que as viveram na vida real. De muitos homens e mulheres. Uns já mortos. Outros ainda vivos.

Manuel Tiago

MANUEL TIAGO

UM RISCO
NA AREIA

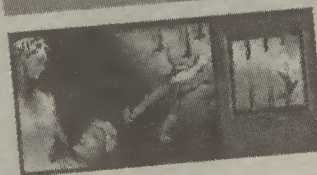


Um Risco na Areia
(2.ª edição)
Código:41.036
€ 8,40

«O dia 27 amanheceu com o Centro de Trabalho pleno de camaradas que lá haviam passado a noite. Sentados nas poucas dezenas de cadeiras, de pé, e mesmo deitados no chão. Prontos à acção. Prontos para impedir, apenas com a força do povo desarmado, o perigoso golpe promovido ao mais alto nível do Estado».

MANUEL TIAGO

SALA 3
E OUTROS CONTOS



Sala 3 e Outros Contos
Manuel Tiago
Código:41.040
€ 8,40

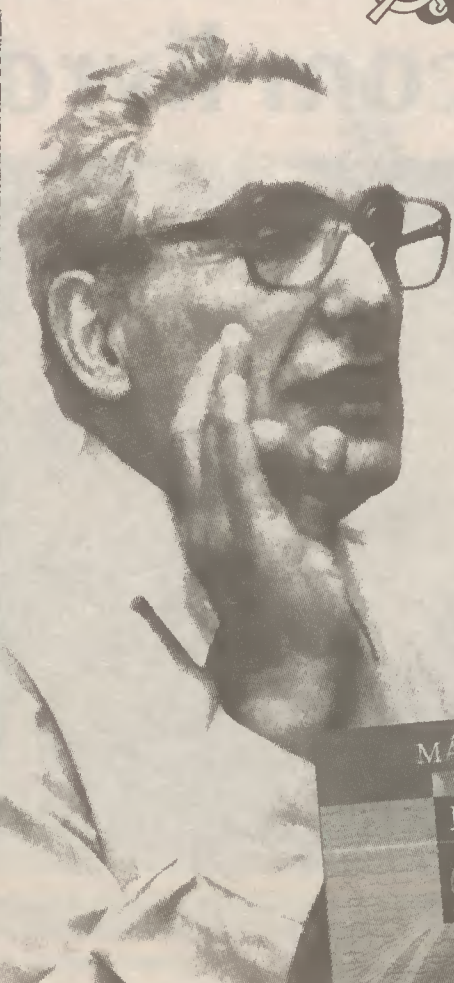
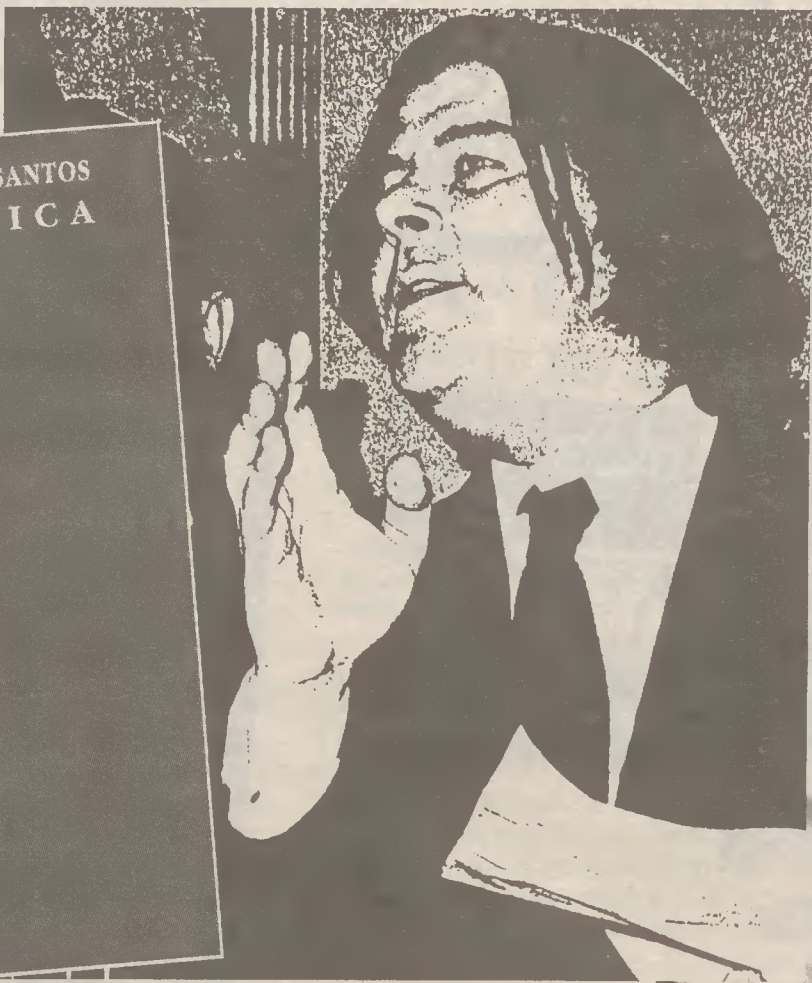
O mesmo rigor na escrita, objectiva, muito visual e concisa, a mesma vivacidade oral dos diálogos caracterizam estes três contos do autor de Até Amanhã Camaradas e de Cinco Dias, Cinco Noites.

Urbano Tavares Rodrigues

Um Natal diferente com livros das edições Avante!

POESIA

JOSÉ CARLOS ARY DOS SANTOS
OBRA POÉTICA



edições Avante!

Poemas do «Avante!»

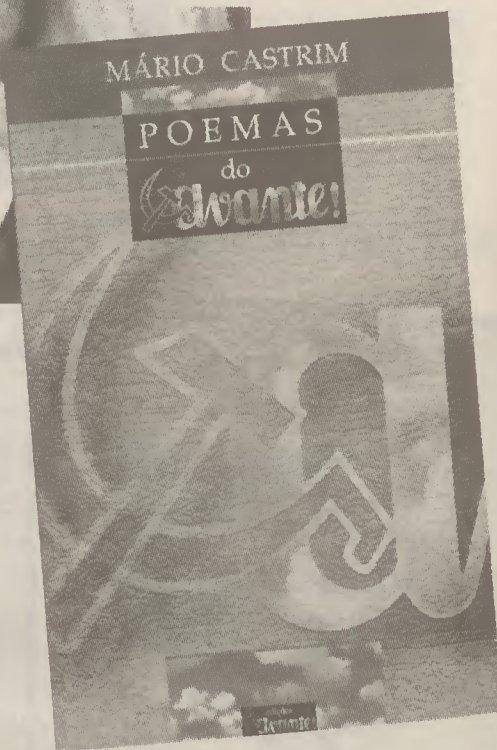
Mário Castrim
Código:99.080
€ 6,30

O Mário não sabe nunca onde param os seus textos, sejam eles crónicas ou poemas, contos ou escritos de qualquer outra espécie.

Por aqui se entenderá, espero, o bom fundamento das razões por que tanto me apliquei nesta recolha apressada, cheia de carências e defeitos.

A questão é que eu não queria ser espectador passivo desta autodissolução que me incomoda por injusta e que, se inteiramente conseguida, mutilaria o quadro da poesia portuguesa deste século, designadamente quanto à poesia onde é audível o latejar de um coração revolucionário. Bem sei que são poucos os poemas aqui reunidos: são os que, de momento, foi possível salvar de uma voluntária dispersão. Mas talvez funcionem como um alerta.

Correia da Fonseca

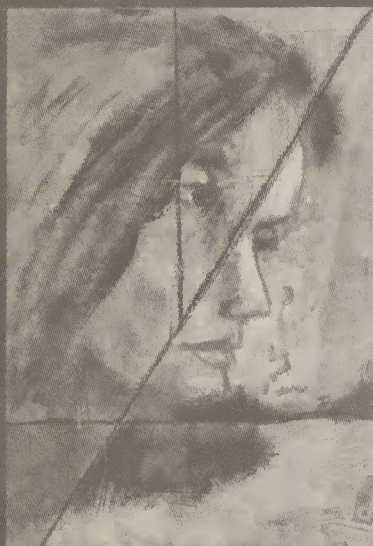


Obra Poética
Ary dos Santos
Código:99.072
€ 17,80
José Carlos Ary dos Santos
- Poeta de Abril, Poeta da Liberdade
Toda a sua obra poética publicada,
reunida num só volume.
6.ª edição - 16.000 exemplares

edições Avante!

ACTUALIDADE POLÍTICA • HISTÓRIA

A VIOLÊNCIA CONJUGAL
NA ILHA DA MADEIRA



A Violência
Conjugal
na Ilha da Madeira
Estudo promovido pela
Organização das Mulheres
Comunistas
Carla Cruz, Dália Costa,
Maria João Cunha
Código:99.086
€ 14,70

Com este trabalho pretende-se contribuir para que sejam dadas respostas adequadas à defesa da dignidade das mulheres e à defesa intransigente dos seus direitos, com a assunção de responsabilidades por parte do poder político, designadamente o regional, na tomada de medidas que visem prevenir e apoiar as mulheres vítimas de violência sem perder de vista o combate às suas causas mais profundas.

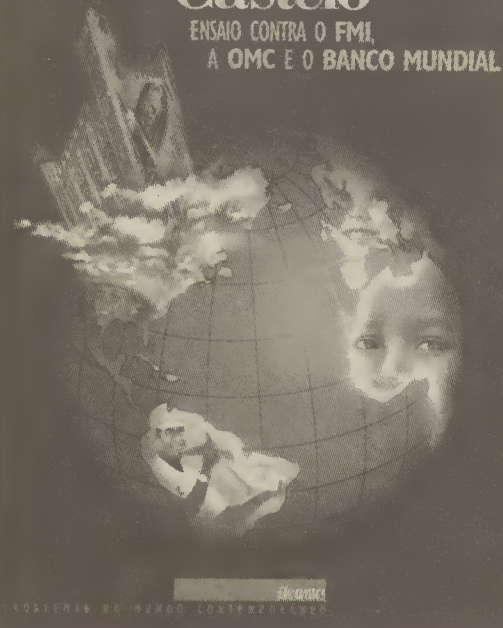
ALBANO NUNES RUI NAMORADO ROSA
JORGE CADIMA ÂNGELO ALVES
ARMAS DE URÂNIO:
DESTRUIÇÃO SEM REGRESSO



Armas de Urânio: Destruição Sem Regresso
Albano Nunes, Rui Namorado Rosa, Jorge Cadima, Ângelo Alves
Código:63.021 - € 10,00

Os «relatórios» divulgados sobre as consequências da utilização de armamento com urânio empobrecido se alguma coisa de essencial demonstram, é o seu indelével carácter político, os seus utilizadores de modo algum saem ilibados das graves acusações que lhe são dirigidas neste livro.

Philippe Paraire
A
«Aldeia-Mundo»
e o seu
Castelo
ENSAIO CONTRA O FMI,
A OMC E O BANCO MUNDIAL



A «Aldeia-Mundo»
e o seu Castelo.
Ensaio contra o FMI, a
OMC e o Banco Mundial
Philippe Paraire
Código:63.019
€ 14,70

Até onde irá a mundialização? Há cinquenta anos que o FMI, o Banco Mundial e o GATT (hoje substituído pela OMC) pretendem regular a partir do coração das metrópoles imperiais, o desenvolvimento dos países pobres e as práticas comerciais do planeta inteiro. Este desvio autocrático, oficialmente apresentado como o esboço de uma administração mundial pretensamente necessária, não é aceite pelos povos que procuram preservar a sua independência. Destas lutas depende o futuro de uma nova democracia social e internacional a única a poder trazer soluções concretas aos problemas do século XXI.

FERNANDO CORREIA
JORNALISMO E SOCIEDADE



Jornalismo e Sociedade
Fernando Correia
Código:63.020
€ 8,40

Uma coisa são as novas tecnologias e as suas potencialidades para o bem dos homens, outra coisa é o manto dissimulador e anestesiante de uma «era da informação» encarada como uma espécie de «designio global da humanidade», perante o qual todos os homens teriam a mesma situação e os mesmos interesses, mas que mal dissimula motivações e objectivos de natureza diversa - mercantil, política, ideológica, sem esquecer as estratégias pessoais e de grupo.

PEDRO RAMOS DE ALMEIDA



SALAZAR

BIOGRAFIA DA DITADURA

Salazar - Biografia da Ditadura

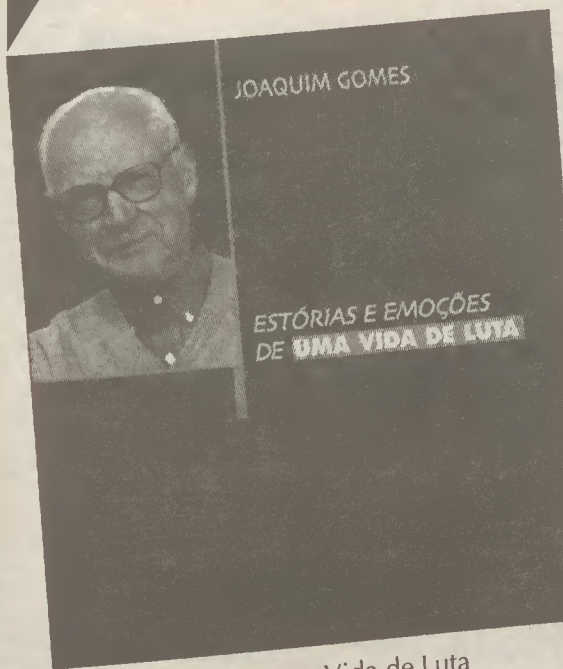
Pedro Ramos de Almeida
Código:99.082
€ 27,80

Uma obra monumental. Indispensável para a decomposição e compreensão de 48 anos de ditadura, assente no essencial, na soberania de Salazar. Um livro de análise histórica, construído numa base cronológica e servido por vasta bibliografia e magníficos índices, onomástico e analítico. A sua consulta permite-nos acompanhar o processo de crescimento, transformação e definição do ser, acção e consciência de Salazar, na sua intervenção ideológica, social e política, na afirmação e desenvolvimento do Estado fascista e colonialista português.

Oferece livros aos teus amigos

edições
Avante!

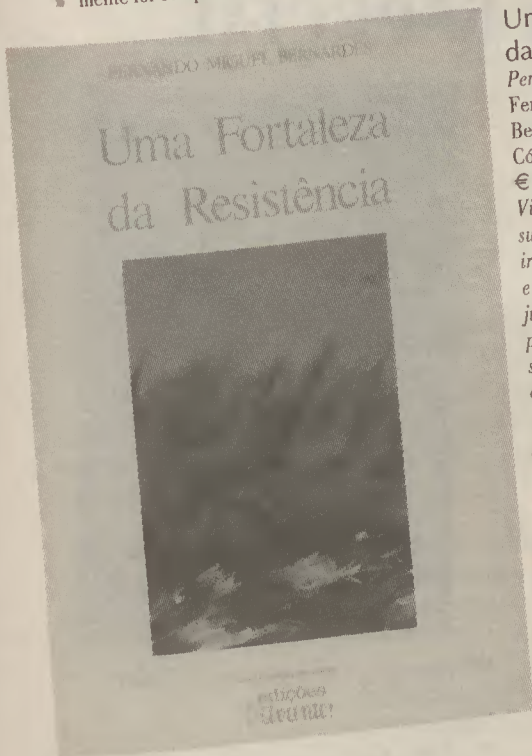
COLEÇÃO RESISTÊNCIA



Estórias e Emoções de Uma Vida de Luta

Joaquim Gomes
Código:41.039:
€ 8,40

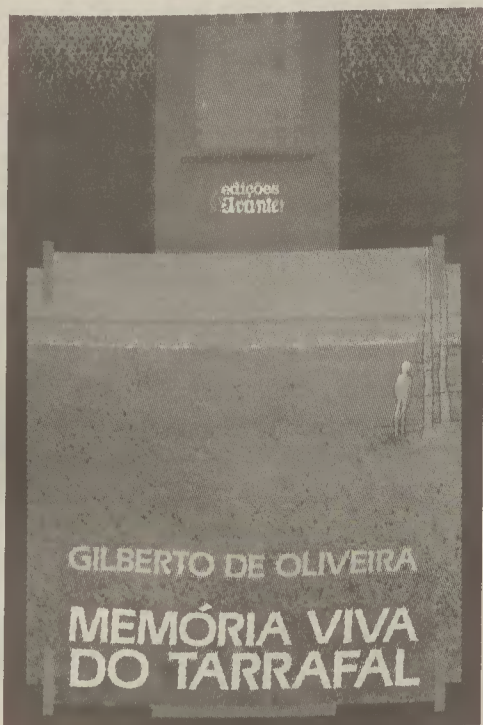
Páginas feitas de recordações umas vezes comoventes, outras dramáticas, outras ainda eivadas de fina ironia, mas sempre plenas de sensibilidade e humanismo, apresentando como naturais e simples situações e decisões que só poderiam ser fruto de uma enorme coragem e abnegação, reveladoras da vontade indomável e da firmeza dos militantes comunistas na clandestinidade em servir o povo e a pátria, ajudando de forma decisiva a conseguir o que, num inesquecível dia de Abril finalmente foi conquistado.



Uma Fortaleza da Resistência

Peniche 1934-1974
Fernando Miguel
Bernardes
Código:41.023
€ 9,40

Vidas aparentemente suspensas no seu evoluir, no seu devir natural em direcção ao mais justo e mais perfeito, os presos participaram sempre, realmente, e em conjunto com o povo de fora das grades, por jogos subtile de comunicação clandestina, no forjar dos movimentos de oposição e confronto ao regime que oprimia uns e outros.

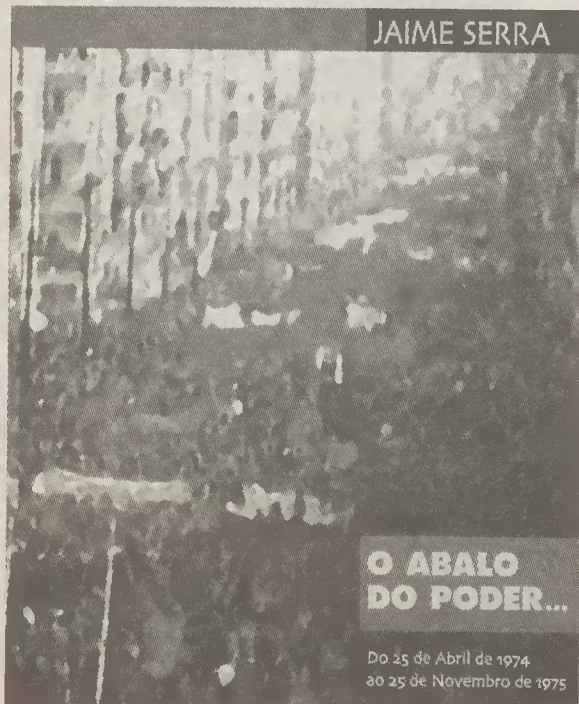
da Nota
Introdutória

Memória Viva do Tarrafal

Gilberto de Oliveira
Código:41.019
€ 7,30

Nesta contribuição de denúncia dos crimes do fascismo português, procurei levantar alguns aspectos que me parece merecerem um aprofundamento maior do que aquele com que os deixo aqui tratados. E não apenas no que se refere ao Tarrafal e às outras prisões fascistas, mas muito particularmente no que se reporta à história da resistência antifascista.

Gilberto de Oliveira

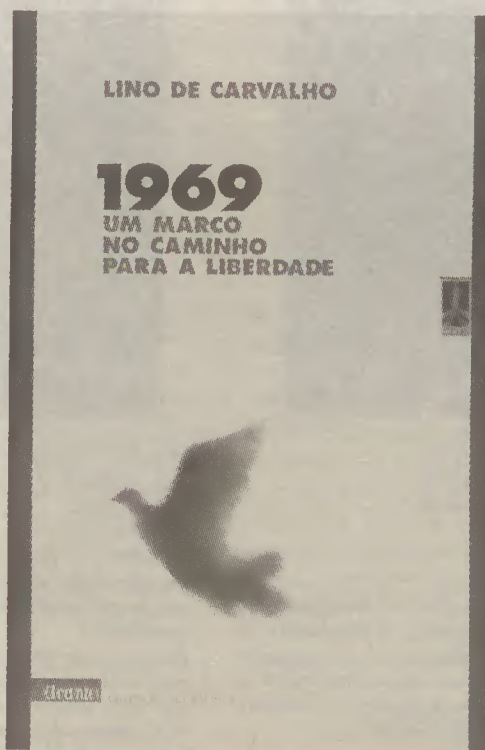


O Abalo do Poder

Do 25 de Abril de 1974 ao 25 de Novembro de 1975

Jaime Serra
Código:41.037
€ 10,50

Neste livro o autor passa em revista os principais acontecimentos deste período tão rico e conturbado do nosso passado recente, opondo-se com factos e argumentos, às tentativas de deturpação da verdade histórica hoje tão em voga.



1969: Um Marco no Caminho da Liberdade

Lino de Carvalho
Código:41.035
€ 9,40

O trabalho de Lino de Carvalho sobre as «eleições» de 1969 tem desde logo o mérito de representar uma importante contribuição, não apenas para reconstituir utilmente os traços essenciais, os passos, o desenvolvimento e as vastas consequências de um marcante processo de luta da oposição democrática contra a ditadura fascista, mas sobretudo para situar e identificar, com rigor e profundidade, as grandes questões chave da orientação e das formas de intervenção política que assumiram uma decisiva relevância em todo o período crucial que vai desde a substituição de Salazar por Marcelo Caetano (em Setembro de 1968) até ao 25 de Abril de 1974.

Vitor Dias

Com uma Imensa Alegria

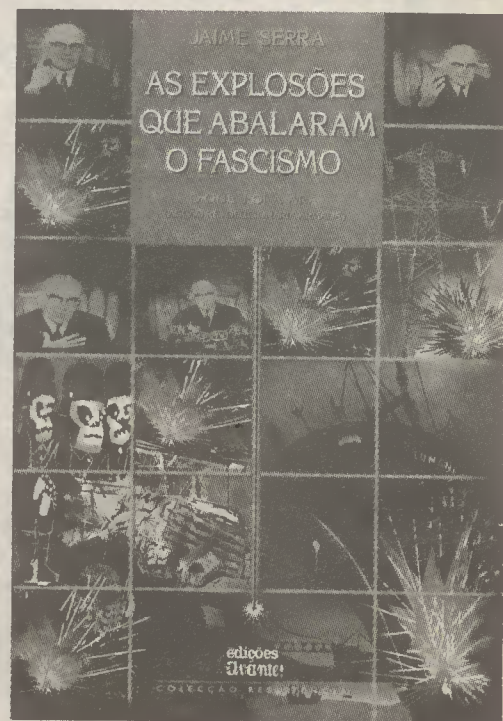
Joaquim Pires Jorge
Código:41.016
€ 6,30

Estas são histórias da História de Joaquim Pires Jorge, dirigente do Partido Comunista Português, escritas na primeira pessoa, tal como foram contadas, ao longo de entrevistas sucessivas, a um jornalista.

São histórias da História da classe operária portuguesa que valem pelas experiências e pelas lições que encerram na vida duríssima e exemplar de um revolucionário.

Joaquim Pires Jorge morreu, mas deixou a lição da sua vida.

É isto também, como dizia Pablo Neruda, o Partido: «Fizeste-me ver a claridade do mundo e como é possível a alegria. Fizeste-me indestrutível pois contigo não termino em mim próprio.»



As Explosões que Abalaram o Fascismo.

O que foi a ARA
Jaime Serra
Código:41.033
€ 8,40

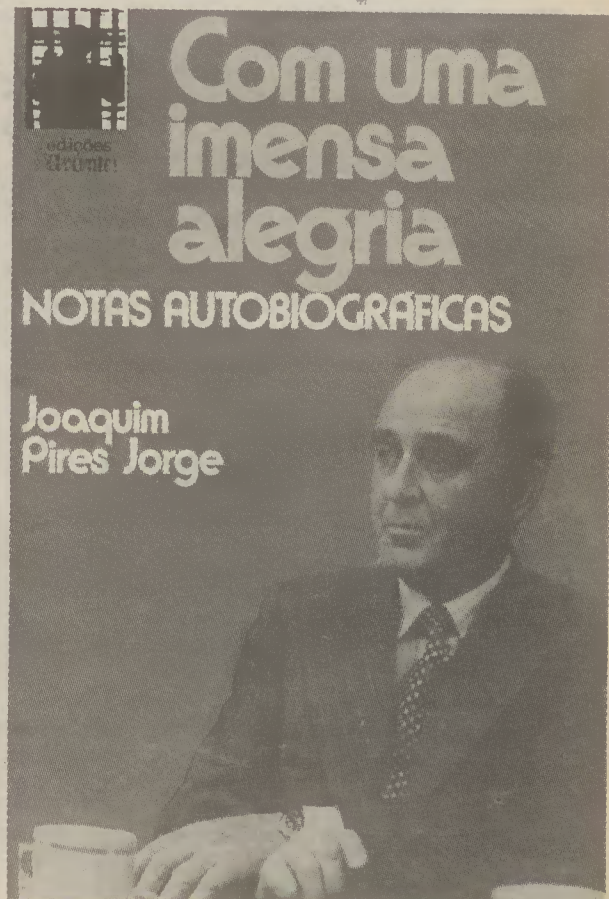
Um livro essencial para a compreensão de um acontecimento de importância histórica e de grande impacto na luta contra o fascismo, na sua fase derradeira.

Histórias Clandestinas

Joaquim Campino
Código:41.020
€ 7,30

As Histórias Clandestinas do Joaquim Campino têm um destino: avivar na memória dos portugueses a realidade da noite clandestina e concentracionária de quase meio século da nossa existência nacional, a odisséia dos que, com sangue, sofrimento e luta, escreveram uma viva mensagem de confiança nos dias vindouros, dos que povoaram tarrafais, e angras, e peniches, e caxias, e aljubes, e não consideraram inútil o sacrifício dos que sonharam com a liberdade e deram luz e cor às madrugadas da Abril, dos que amassaram esperança durante os dias negros do fascismo e vivem hoje certas inacabadas.

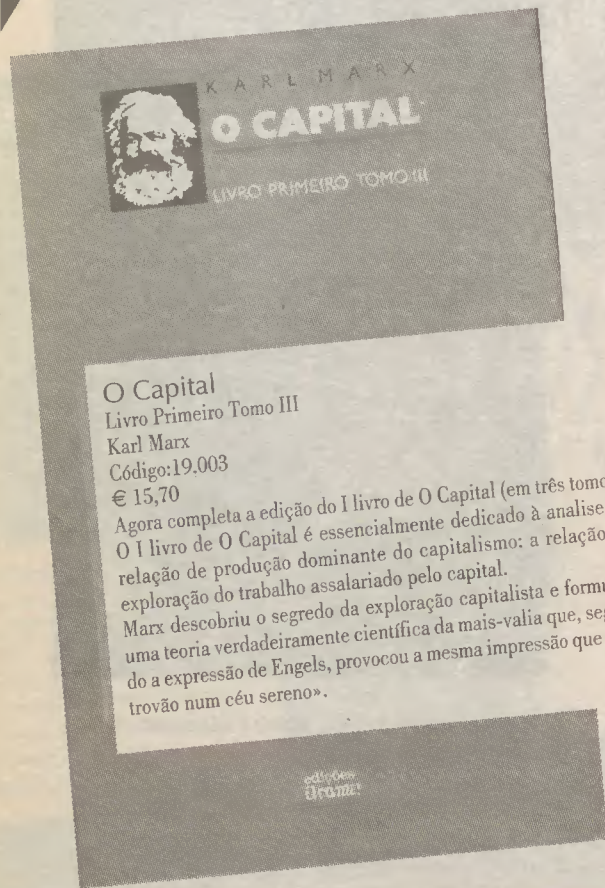
Dias Lourenço



Um Natal diferente com livros das edições

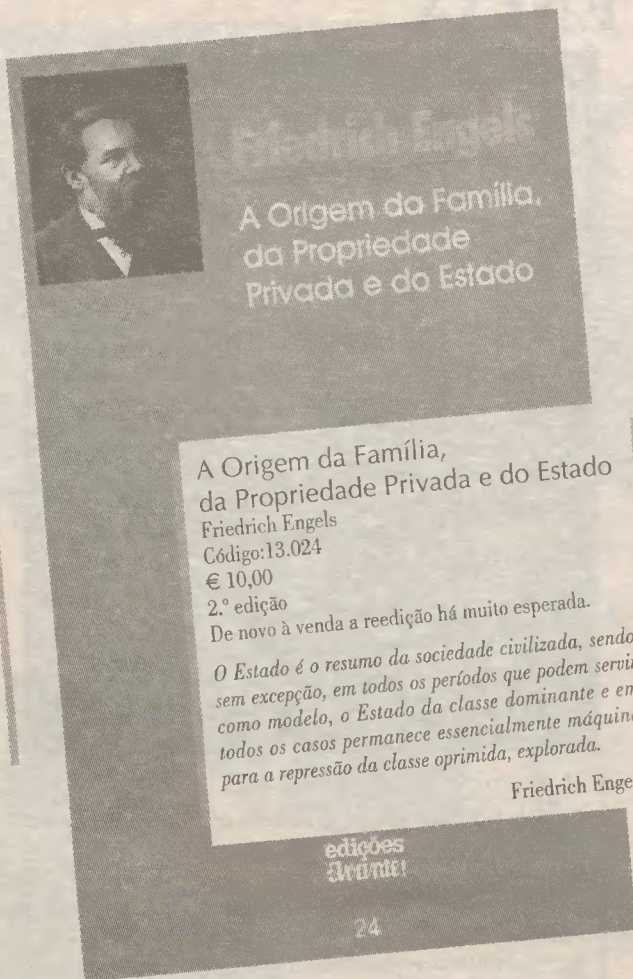
Avante!

CLÁSSICOS



O Capital
Livro Primeiro Tomo III
Karl Marx
Código:19.003
€ 15,70

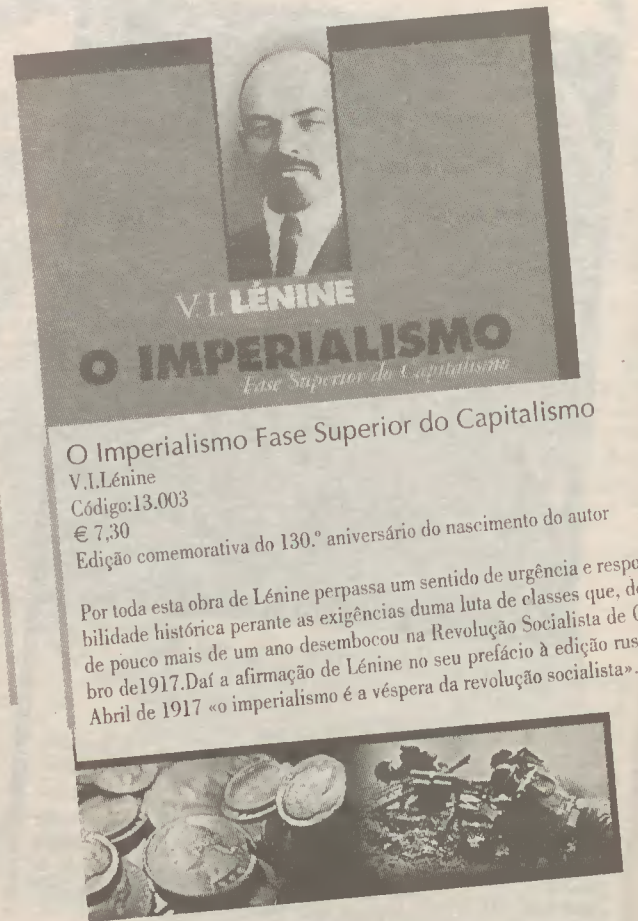
Agora completa a edição do I livro de O Capital (em três tomos). O I livro de O Capital é essencialmente dedicado à análise da relação de produção dominante do capitalismo: a relação de exploração do trabalho assalariado pelo capital. Marx descobriu o segredo da exploração capitalista e formulou uma teoria verdadeiramente científica da mais-valia que, segundo a expressão de Engels, provocou a mesma impressão que «um trovão num céu sereno».



A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado
Friedrich Engels
Código:13.024
€ 10,00
2.ª edição

De novo à venda a reedição há muito esperada. *O Estado é o resumo da sociedade civilizada, sendo sem excepção, em todos os períodos que podem servir como modelo, o Estado da classe dominante e em todos os casos permanece essencialmente máquina para a repressão da classe oprimida, explorada.*

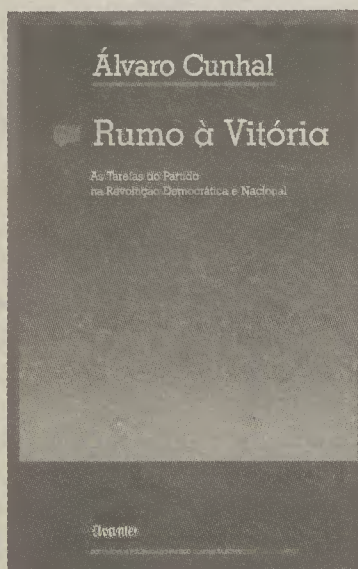
Friedrich Engels



O Imperialismo Fase Superior do Capitalismo
V.I. Lênine
Código:13.003
€ 7,30

Edição comemorativa do 130.º aniversário do nascimento do autor. Por toda esta obra de Lênine perpassa um sentido de urgência e responsabilidade histórica perante as exigências duma luta de classes que, dentro de pouco mais de um ano desembocou na Revolução Socialista de Outubro de 1917. Daí a afirmação de Lênine no seu prefácio à edição russa de Abril de 1917 «o imperialismo é a véspera da revolução socialista».

DOCUMENTOS POLÍTICOS DO PCP • SÉRIE ESPECIAL



Álvaro Cunhal
Rumo à Vitória

As Tarefas do Partido na Revolução Democrática e Nacional

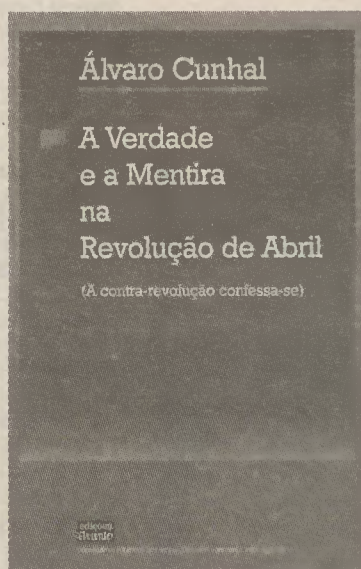
Rumo à Vitória

Álvaro Cunhal
Código:02.034
€ 10,50

Nova edição

A presente obra foi apresentada ao Comité Central do Partido em Abril de 1964 e por ele aprovada no âmbito dos trabalhos preparatórios do VI congresso, realizado em 1965.

De um valor histórico indiscutível, apresenta-nos um rico manancial de experiências e ensinamentos de flagrante validade e actualidade.



Álvaro Cunhal

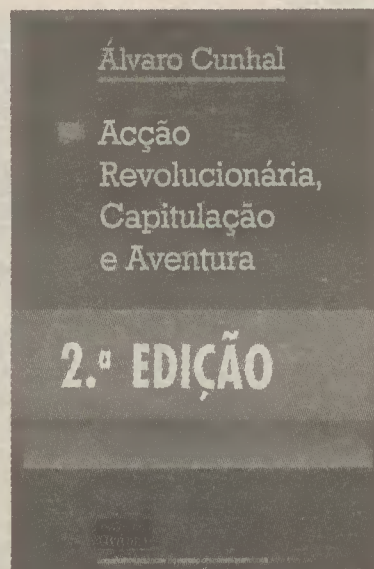
A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril

(A contra-revolução confessa-se)

A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril

(A contra-revolução confessa-se)
Álvaro Cunhal
Código:02.031
€ 12,40

A partir do 20.º aniversário do 25 de Abril, destruídas muitas das principais conquistas da Revolução e em vias de institucionalização os objectivos estratégicos contra-revolucionários já alcançados pela prática de sucessivos governos, as forças da contra-revolução e seus protagonistas abriram-se em confissões.



Álvaro Cunhal

Acção Revolucionária, Capitulação e Aventura

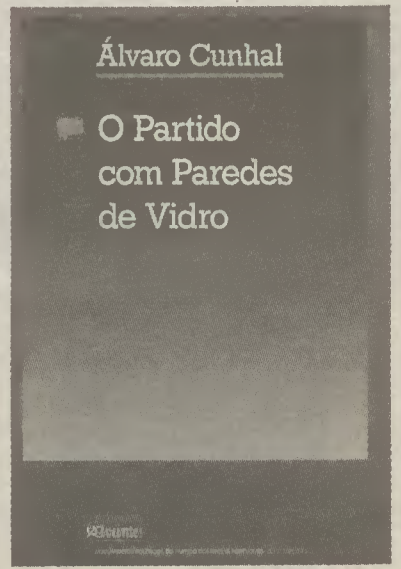
2.ª EDIÇÃO

Acção Revolucionária, Capitulação e Aventura (2.ª edição)

Álvaro Cunhal
Código:02.029
€ 10,00

O ensaio Acção Revolucionária, Capitulação e Aventura foi escrito em 1967 mantendo-se durante largo tempo inédito.

Respeita a uma época em que se aprofundava a crise geral da ditadura fascista prenunciando uma situação revolucionária e confirmando o caminho que o PCP apontara da insurreição militar e popular para a conquista da liberdade e da democracia.



Álvaro Cunhal

O Partido com Paredes de Vidro

O Partido com Paredes de Vidro

Álvaro Cunhal
Código:02.019 - € 9,40

6.ª edição

O ensaio O Partido com Paredes de Vidro, teve a sua primeira edição em Agosto de 1985 com um objectivo declarado: dar a conhecer como nós os comunistas portugueses, concebíamos explicávamos e desejávamos o nosso próprio partido.

Entretanto, os princípios fundamentais, vasta e pomposamente desenvolvidos no ensaio, mantêm, a nosso ver, significativa actualidade.

Álvaro Cunhal

A Revolução Portuguesa, o Passado e o Futuro

(2.ª edição)

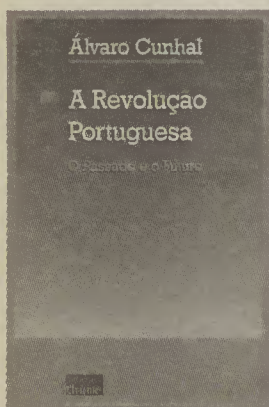
Álvaro Cunhal
Código:02.006

€ 12,50

Esta obra de Álvaro Cunhal foi escrita por ocasião do VIII Congresso do PCP, realizado em Novembro de 1976, constituindo o relatório aprovado pelo Comité Central ao referido congresso.

Decorridos duas décadas sobre a sua publicação, A Revolução Portuguesa - o Passado e o Futuro permanece - pela

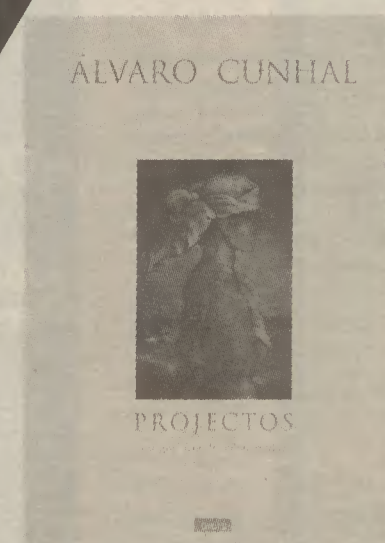
enormíssima quantidade de dados factuais que reúne e sistematiza, pelo rigor das análises e conclusões que faculta - uma obra inesperada de referência e de consulta para o estudo dos dois anos e meio da Revolução Portuguesa.



Álvaro Cunhal

A Revolução Portuguesa

SERIGRAFIAS



Projectos

Álvaro Cunhal
Código:98.004
€ 14,90

Reprodução de oito pinturas inéditas de Álvaro Cunhal

6 Serigrafias de Rogério Ribeiro

Edição muito limitada, numerada e assinada pelo autor.

Estas serigrafias reproduzem seis das mais representativas ilustrações de Rogério Ribeiro para o romance de Manuel Tiago, *Até Amanhã, Camaradas*.

Serigrafias de Rogério Ribeiro

Código:
98.005 O Vento Soprou Mais Forte
98.006 Olhou Ainda o Céu e Fez-se de Novo à Chuva
98.007 Estendia a Mão Larga e Espessa aos Recém-Vindos
98.008 Trabalhadores! Operários e Camponeses
98.009 A Bicicleta deslizou Suavemente como se Nenhum Peso Levasse
98.010 Ao Fim de Alguns Dias Voltaram a Chamá-la

Preço unitário: € 233,40



Artes Plásticas

• Manuel Augusto Araújo

Em memória de Jorge Vieira com quem, neste mês de Novembro, iríamos comemorar os seus 80 anos

Jorge Vieira é o mais marcante escultor português do século XX. Durante muitos anos, não foi nem reconhecido nem encorajado em Portugal, anote-se que só nos últimos três anos da sua vida é que realiza várias obras públicas. Esta distância entre o artista e a sua pátria, vulgar no nosso país, é neste caso mais profunda, porque Jorge Vieira era um homem de intransigente verticalidade que não pactuava com a ausência de liberdade, e por ela lutava das mais diversas formas, porque era um homem que não suportava a mediocridade e que não recuava perante a palavra necessária para ver-



A eternidade de um viajante do sol

berar quem quer que fosse, a começar pelos amigos, que incorresse num comportamento incongruente, ainda que mínimo. Era um homem que nunca deu um passo nos caminhos, mais ou menos oblíquos da autopromoção, distanciando-se com razão, a mais das vezes acintosamente para não dar margem a qualquer dúvida, da crítica de arte, dos mentores do gosto e dos fazedores de opinião.

Um homem desta ténpera só podia ser como era: um homem socialmente empenhado, um artista inquieto, atento, a traçar um percurso ímpar.

Mas a isto, que por si só já é uma raridade, Jorge Vieira acrescentava a centelha de um génio com a vibração metálica do sol, uma força telúrica, uma ironia feroz que estilhaçava o senso comum, um olhar olímpico que radiografava o universo.

Jorge Vieira é um artista sem mestre mas com mestres de quem nunca foi discípulo. Na Escola de Belas-Artes de Lisboa os que encontrou, academizantes e monumentalistas, não cabiam no seu mundo, com os que procurou fora da escola, Francisco Franco, António Duarte e António Rocha desenvolveu uma actividade que incidiu principalmente na pesquisa tecnológica. Mais tarde em Londres, com Henry Moore e Reg Butler há um trabalho de conhecimento e aprendizagem que lhe dão um plano de referências que cruza com as que tinha colhido nas viagens que, anteriormente, tinha feito a Itália, França e Inglaterra.

Com isto, com um saber que estava sempre a actualizar das formas mais diversas, construiu a sua obra escultórica onde em cada uma das suas obras nos ensina a ver, nos ensina a descobrir um mundo outro, um mundo fantástico onde a medida exacta do tempo, fabricada por pacientes e rigorosos mecanismos, é tumultuosamente subvertida pela desmesura de um imaginário muito pessoal, que se vai preenchendo com essas experiências e com o que recolhe de essencial no abstraccionismo, no surrealismo e, principalmente, na arte dos primitivos, onde recupera o sentido imediato do quotidiano, a trans-

cedência ritual que emana de uma linguagem depurada numa geometria muito simples, a intimidade inquietante que estabelecem com os lugares que habitam, a sua utilidade prática enquanto manes do lar.

Esta recolha de conhecimentos transportou-a para o que, desde sempre, foi dominante na escultura, a representação tridimensional do corpo, que é um tema central na obra de Jorge Vieira.

Corpos de seres humanos, com destaque para a mulher, zoológicos, com destaque para o touro, adquirem novas anatomias, equilíbrios impossíveis, dinâmicas extraordinárias.

É um imenso panteão de figurações que celebram a vida no que ela tem de mais eterno: a ritualidade pagã da alegria de viver, o mais vibrante e o mais delicado erotismo, o celebrar a terra na sua contínua transformação.

São pequenos deuses criados por um deus humano demasiado humano que os inventava para nos causar uma súbita estranheza logo vencida quando os percebíamos perfeitos, exactos por um rigor plástico extremamente depurado e com eles experimentávamos o prazer da coabitação, perseguidos pelo seu olhar inquietante, irónico, nunca indiferente.

A esfuziante criatividade de Jorge Vieira dirigia uma humaníssima e experimentada mão (o artífice vivia dentro do artista) que conhecia os segredos mais íntimos dos materiais, fosse o bronze ou o ferro, mais raramente a pedra, preferencialmente a terracota, mão inteligente que manipulava e moldava os materiais até lhes fazer vibrar a alma, com o prazer bem terreno da emoção da inventiva, criando seres de um imaginário onde a pesquisa permanente, a objectividade das interpretações e o depuramento formal acentuam os valores simbólicos que conferem aos sinais artísticos a sua polivalência significativa.

Jorge Vieira construiu um percurso artístico autónomo, onde afirmou o seu eu enquanto instância individual e socialmente partilhada e onde se cruzam o real e a memória, a ficção e o telúrico. Percurso que, durante meio século, tempestuou o quotidiano porque foi sempre inovador, foi sempre atento, foi sempre ímpar, esteve sempre com o seu tempo a questionar o seu tempo.

cedência ritual que emana de uma linguagem depurada numa geometria muito simples, a intimidade inquietante que estabelecem com os lugares que habitam, a sua utilidade prática enquanto manes do lar.

Esta recolha de conhecimentos transportou-a para o que, desde sempre, foi dominante na escultura, a representação tridimensional do corpo, que é um tema central na obra de Jorge Vieira.

Corpos de seres humanos, com destaque para a mulher, zoológicos, com destaque para o touro, adquirem novas anatomias, equilíbrios impossíveis, dinâmicas extraordinárias.

É um imenso panteão de figurações que celebram a vida no que ela tem de mais eterno: a ritualidade pagã da alegria de viver, o mais vibrante e o mais delicado erotismo, o celebrar a terra na sua contínua transformação.

São pequenos deuses criados por um deus humano demasiado humano que os inventava para nos causar uma súbita estranheza logo vencida quando os percebíamos perfeitos, exactos por um rigor plástico extremamente depurado e com eles experimentávamos o prazer da coabitação, perseguidos pelo seu olhar inquietante, irónico, nunca indiferente.

A esfuziante criatividade de Jorge Vieira dirigia uma humaníssima e experimentada mão (o artífice vivia dentro do artista) que conhecia os segredos mais íntimos dos materiais, fosse o bronze ou o ferro, mais raramente a pedra, preferencialmente a terracota, mão inteligente que manipulava e moldava os materiais até lhes fazer vibrar a alma, com o prazer bem terreno da emoção da inventiva, criando seres de um imaginário onde a pesquisa permanente, a objectividade das interpretações e o depuramento formal acentuam os valores simbólicos que conferem aos sinais artísticos a sua polivalência significativa.

Jorge Vieira construiu um percurso artístico autónomo, onde afirmou o seu eu enquanto instância individual e socialmente partilhada e onde se cruzam o real e a memória, a ficção e o telúrico. Percurso que, durante meio século, tempestuou o quotidiano porque foi sempre inovador, foi sempre atento, foi sempre ímpar, esteve sempre com o seu tempo a questionar o seu tempo.

Datas da História

Greve geral

Uma greve geral é uma coisa muito séria. Não se trata, como levemente alguns deixam entender, de uma decisão a tomar por birra ou para simples medição de forças. A própria greve em si, isto é, o recurso à paralisação do trabalho, é uma arma - no sentido de utensílio que se usa nas batalhas de classe - que se utiliza com parcimónia, esgotadas outras formas de luta, com o objectivo de conquistar ou defender direitos conquistados. Porque nenhum direito foi até hoje adquirido de mão beijada, oferecido pelo patronato ou por governos ao seu serviço. A luta de classes, considerada no seu aspecto de defesa ou conquista de direitos sociais, atinge com a greve geral um dos seus cumes e verifica-se apenas numa situação que os trabalhadores consideram insustentável e quando as suas organizações de classe verificam a disponibilidade e a vontade geral de avançar nesta forma de luta.

Greve geral, vontade geral. Para quem não tem memória de outras greves - porque a perdeu ou porque a chegou à «idade da razão» nas batalhas de classe não permitia essa memória - a expressão «greve geral» sugere-lhe uma paralisação total do País. Ora o País não é apenas composto por trabalhadores, nem sequer os trabalhadores todos, por motivos os mais diversos, que vão desde o nível de consciência social e política à sujeição a intimidações e perseguições e à pertença a organizações sindicais que se «distinguem» pela submissão ou pela cumplicidade com os desígnios do capital, participarão numa greve geral. Não será por isso, e mais uma vez assim acontece, que a greve geral convocada pela CGTP-IN deixará de atingir a generalidade dos sectores da actividade laboral do País. As lutas que, em crescendo, vêm sendo travadas e que o Comité Central do PCP, no documento que hoje publicamos, define como «forte, diversificado e impressionante movimento de lutas sociais contra a política do Governo», apontam para o êxito desta greve geral convocada para o dia 10 de Dezembro.

Razões não faltam, como o nosso jornal hoje sublinha. Como não faltaram a anteriores protestos de semelhante amplitude.

Depois do 25 de Abril, é esta a quarta vez que os trabalhadores se decidem pela greve geral.

À greve geral de 12 de Fevereiro de 1982 aderiram mais de um milhão e quinhentos mil trabalhadores. Governava então a «AD», a mesma coligação de partidos que hoje se sentam nas cadeiras do poder. Definida simultaneamente como «greve económica (por reivindicações económicas, profissionais e outras relacionadas com os interesses dos trabalhadores)», como «greve de solidariedade entre todos os trabalhadores em luta por reivindicações comuns» e como «greve política (por visar pressionar o poder político a alterar a política geral do País)», esta jornada foi a mais poderosa realizada em Portugal até então, como se pode ler no *Avante!* da época.

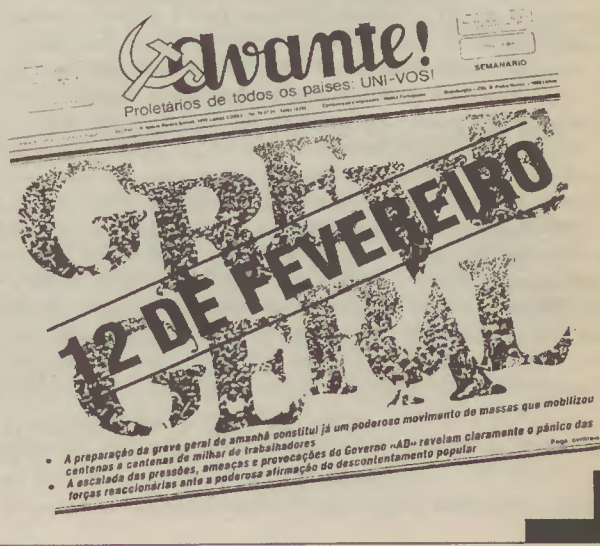
Nova greve geral foi convocada após «a criminoso brutalidade de que se revestiram os graves incidentes de 1.º de Maio no Porto», em que foram assassinados dois manifestantes, pelas forças repressivas a mando da «AD». Realizada em 11 de Maio, esta jornada mostrou a determinação popular em derrotar o governo de direita que não teve muito mais tempo de vida.

Em 1988, a greve geral foi convocada para 28 de Março. Era no tempo do cavaquismo, com o PSD a tentar impor um gravoso «pacote laboral» contra o qual se levantaram os trabalhadores em luta, e «constituiu uma poderosa demonstração de que os trabalhadores estão decididamente dispostos a defender os seus interesses e direitos fundamentais».

Perfila-se outra greve geral, convocada pela CGTP-IN. Na vanguarda de mais uma batalha de classe, encontra-se, como sempre, o PCP, cujo Comité Central acaba de declarar o seu apoio inequívoco. Há muito trabalho a fazer, no esclarecimento das razões desta luta e na mobilização e organização dela. Para que também desta vez constitua uma vitória popular contra a política de direita.

• Monginho

Cartoon



Comunicações

• Francisco Silva

Não serei eu a invocar uma - esta - primeira «crise» do milénio para justificar uma contenção geral de salários e, ajudando à festa, à festa do criar o ambiente adequado, não serei também eu a procurar induzir no espírito dos trabalhadores do nosso país a ideia de que tem de ser assim para, através de um grande esforço colectivo, voltarmos ou chegarmos finalmente à sempre prometida e nunca alcançada abastança. Esta, passam os anos, os decénios e as gerações, e fica sempre para logo a seguir. Não, não devemos ir atrás da onda que pretende justificar uma maré alta de contenção salarial (a expressão a pretender ser suave e científica, não é?).

Aliás, tanto quanto entendi, foi a própria ministra Ferreira Leite que, no Parlamento, declarou que a contenção que o Governo propunha só tinha a ver com a Função Pública, porque era para o Orçamento de Estado que

Gato escondido com rabo de fora

tinha de ser alcançado um baixo défice, sendo necessário para isso conter (é isso, eu também já me vou habituando a utilizar o correcto termo!) as despesas salariais. Que o sector privado, a ministra afirmou, não tinha de considerar o caso da Função Pública como um modelo

ces do faz-de-conta para tudo continuar pelo «melhor». Se não é assim, por que defendem dever ser os aumentos salariais calculados com base na taxa de inflação média da União Europeia?

E o argumento veio logo em modo todo lampeiro, tal como um gato escondido com rabo de fora. Ai, é que assim, crescendo os salários portugueses à média da inflação da União Europeia não se perdia - mantinha-se - a competitividade da nossa Economia. Quer dizer, não se alterava nada, a preguiça a comandar. Aliás, que incentivo pode ter um empresário, mesmo que não seja preguiçoso? E, não sendo preguiçoso, sendo mesmo estudioso e competente, que os haverá também, não o duvido, o que fará um empresário, depois de realizados os estudos conducentes a uma modernização, chegar à conclusão que os custos de produção vão ser mais elevados?

É o que poderá acontecer. Com efeito, com salários tão baixos como os que são pagos aos nossos trabalhadores, na maior parte dos casos poderão não compensar os custos de investir em equipamento novo em comparação aos custos das mesmas actividades efectuadas por trabalho vivo - o empresário nacional a matutar. E, consequentemente, os quadros técnicos que teria de empregar, quanto não custarão? Ainda me vão pedir para desenhar os próprios produtos... Ena pai, onde é que isto tudo ainda iria parar? Que sei eu? No fim disto tudo ainda acabo por perder a capacidade de mando que tenho sobre a empresa que é minha!

Sei. Por outro lado, não é apenas a substituição de trabalho vivo barato por trabalho morto um pouco mais caro. Este, mesmo que seja mais caro poderá trazer outras vantagens, das quais não é a menor o facto de ele - o morto - não empreender lutas, como mais tarde ou mais cedo sempre acontece, com o trabalho vivo, isto

é, com os trabalhadores... Talvez um processo capital intensivo acabe por compensar. Não, eu sou o empresário «médio» e tais ideias nem me chegam a ocorrer. Se está tudo bem com a força de trabalho barato, por que iria eu arranjar complicações? Ainda acabava mas era por dar com tudo em pantanas.

Em resumo, o problema, quase todos o dizem, está nos baixos salários. Mas o facto é que, contraditoriamente ou não, quase ninguém quer assumir o aumento drástico dos salários (isto dos aumentos à base de taxas de inflações não tem nada a ver com aumentos drásticos, claro). Sim, porque só assim, digo eu com toda a ingenuidade,

é que se poderia cortar com o círculo vicioso. Pelo seu lado, o Capital, claro, não é o seu papel tomar tal iniciativa, como se viu. O poder político entre crises e equilíbrios macrofinanceiros nada fará. Sobram os trabalhadores, em cujas mãos está a patriótica tarefa de mudar o estado das coisas.

Caso contrário, enquanto o pau vai indo e vem vindo, fica tudo como está, ou seja, modelo (hum, termo científico outra vez!) dos salários baixos e, quando apropriado, um cheirinho de modernidade europeia como com a história da taxa média de inflação da UE...



geral de revisão salarial. Porque, «penso eu de que», ao Governo até fazia jeito uma massa salarial a crescer, pois também cresceriam as receitas do IRS.

Por outro lado, o patronato português não desespera de manter o povo português, o País e, por arrasto, o «seu» tecido económico exactamente onde está. Assim, atrasadinho, controladinho, enquanto vai fingindo nas declarações públicas que estaria de acordo - «era o seu sonho» - que o País avançasse. Mas parece que estão a brincar connosco, a pensar que nós - os outros - não entendemos ou, pelo menos, a querer que nos mantenhamos cúmpli-

Pontos Cardeais

Paixões

Os deputados do Partido Socialista promoveram um conjunto de seminários sobre «Políticas para a Competitividade», em Lisboa, onde marcaram presença alguns ex-ministros PS e vários professores académicos da órbita política deste partido. E foi interessante verificar o denodo - e a insistência - com que a generalidade dos oradores aproveitaram não apenas para fazer mais um *mea culpa* pela governação do PS mas, sobretudo, para criticar as antigas palavras de ordem que levaram Guterres e os seus homens ao poder. E nelas tem relevo particular a «paixão», com a qual o ex-primeiro-ministro do PS jurava aos portugueses ir atacar a Educação e depois a Saúde, com os resultados catastróficos que se conhecem.

Pois bem: nestes seminários foi recomendado, alto e bom som, que é necessário «decidir mais» e «abandonar a política de paixões, pouco ou tantas vezes mal fundamentada».

Pior, pior! A tal «paixão» dos governos do PS, mais que «mal fundamentada», foi sobretudo... mentirosa. E chegou finalmente o tempo em que os próprios correligionários do PS o reconhecem, ainda que enviesadamente...

Inspeções

Uma delegação de militares russos está em Portugal para uma inspeção de controlo de armamento a unidades das Forças Armadas Portuguesas. Os nove inspectores permaneceram no País alguns dias, tendo por objectivo certificar a exactidão das informações prestadas por Portugal quanto ao número e localização do seu armamento convencional e esta inspeção insere-se no âmbito do Tratado sobre Armas Convencionais na Europa, assinado no período da Guerra Fria (1992), com o objectivo de restabelecer a confiança entre os países europeus. O tratado prevê a troca de informação entre os países signatários relativamente ao número, estado e localização de equipamentos de armamento

convencional e a verificação regular desses dados por parte de outros Estados signatários.

É o que a Rússia tem feito com Portugal desde 1992, escolhendo todos os anos o nosso país para «vigiar» o armamento.

Ora, sabendo-se como se sabe das carências e debilidades do armamento português que, segundo os próprios militares, se agravam a cada ano que passa, esta visita sistemática dos russos para «inspeccionar» o armamento nacional só pode ter uma explicação: também gostam de vir até cá fazer um pouco de turismo...

Recusas

É absolutamente estarrecedora a insensibilidade (para não dizer pior) com que as autoridades espanholas estão oficialmente a lidar com a tragédia do petroleiro *Prestige*, que se afundou ao largo das costas da Galiza. Chocou toda a gente ouvir o vice-presidente do governo espanhol chegar ao cúmulo de, tranquilamente, afirmar que não havia qualquer maré negra, apenas alguns derrames! Isto perante uma população galega não apenas escandalizada mas visivelmente atolada, nas suas praias e estuários contaminados, em toneladas e toneladas de viscoso combustível derramado...

Aliás, foi com esta cegueira estreita e egoísta que, sucessivamente, a França e depois a Espanha foram «empurrando» o petroleiro para as águas do vizinho até à tragédia final, quando o problema no navio foi detectado ao largo de França e se estava bem a tempo de o recolher, em segurança, num porto francês para lhe retirar toda a carga mortífera, ou mesmo quando navegava a poucas milhas ao Norte de Espanha e ainda era possível fazer o mesmo num porto espanhol.

Mas não. Preferiu-se sempre empurrar o navio para o largo, ainda que abdicando assim de qualquer intervenção salvadora e deixando ao oceano o «encargo» de resolver o problema... poluindo tudo e todos.

Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 - Respeitante à uva; larga; parente por afinidade. 2 - Matiz; cloro (s.q.); folha de ferro delgada, laminada e estanhada, também chamada folha-de-flandres; íntimo. 3 - Selar ou fechar com lacre; elemento de formação de palavras que exprime a ideia de nariz; bromo (s.q.). 4 - Puxar para si; cura; dela. 5 - Nesse lugar; vasilha com asas; a mim. 6 - Quatro em numeração romana; decilitro (abrev.); animal aracnídeo de pequenas dimensões, que parasitam os animais e provocam no homem a sarna e alergias; certamente. 7 - Clarear (o tempo); levantais. 8 - Emprega-se para excitar ou animar; caules; gume; a minha pessoa. 9 - Interj. que designa admiração ou ironia; fêmea do melro; partícula afirmativa do dialecto provençal. 10 - Género de formigas a que pertence a saúva; pequeno pão de farinha ordinária; tecido adiposo que envolve especialmente os rins do boi. 11 - Contr. da prep. em com o art. def. o; corri para longe; sal resultante do ácido bórico com uma base ou um metal. 12 - Artigo (abrev.); enxuga; tecido fino como escumilha; naquele lugar. 13 - Vassourar o forno, depois de aquecido; pavio; entre os gregos, na mitologia, era o filho de Vénus e deus do Amor.

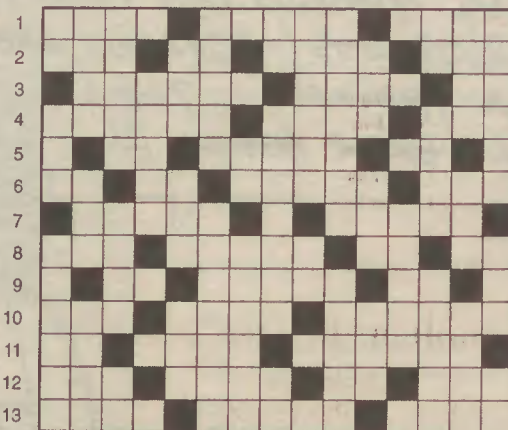
VERTICAIS: 1 - Antigo nome da nota musical dó; actuei; nascer. 2 - Forma internacional de vóltio; caminha; carne do rancho, correspondente a cada marmita. 3 - Desejara; barroto que separa as cavalgaduras nas cavalariças; a ti. 4 - Tombado. 5 - Acreditei; latitude (abrev.); líquido alcalino mais ou menos espesso, resultante da inflamação aguda ou crónica constituído pelo exsudato inflamatório; leucócitos e bactérias, vivos e mortos. 6 - Levantara; folhem. 7 - Apelido; contentamento. 8 - Plural (abrev.); pequena enxada de folha larga; antes de Cristo (abrev.). 9 - Cinza ou borralho do lar; senhor (abrev.). 10 - Arremessara; armadilha. 11 - Nome da 21.ª letra do alfabeto grego; pref. de origem latina que significa metade, meio ou quase; pesquisar. 14 - Fruto do imbuzeiro; guarnição de asas; fraude. 15 - Medida de capacidade utilizada na Índia; larva que se cria nas feridas dos animais; nona letra do alfabeto (pl.).

9 - Larada; sr. 10 - Altura; arola. 11 - Ana; oia; tit. 12 - Azola. 13 - Azola. 14 - Azola. 15 - Morais; ura; is.

VERTICAIS: 1 - Uti agi; emanar. 2 - Volt; vai; tora. 3 - Amara; balia; te. 4 - Cardo. 5 - Cri; lat; pus. 6 - Alara; ramaagem. 7 - Sa; ledice. 8 - Pi; sachola; a. 9 - Eia; talos; az; eu. 10 - Ala; pado; ridade. 11 - No; fuj; borro. 12 - Art; sec; lo; ali. 13 - Raer; mecha; eora.

HORIZONTAIS: 1 - Uval; ampla; alm. 2 - Tom; Cl; lata; imo. 3 - Lacerar; nno; Br. 4 - Atrai; sara; sua. 5 - At; asada; me. 6 - IV; di; ácaro; mas. 7 - Aboar.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



SOLUÇÃO:

Bancas de Natal

Solidariedade activa

Lisboa

Centro de Trabalho Vitória

4 a 30 de Dezembro
Abertura 4 de Dezembro,
às 18h00

com prova de vinhos e queijos

Artesanato variado

Colchas e lençóis de renda

Barros do Redondo

Tapetes de Minde

Serigrafias

de diversos autores

e ainda

Queijos (Castelo Branco,
Nisa, Serpa)

Porto da colheita de 1974

Enchidos

Presunto

Doces regionais do Alentejo
e da Madeira

Frutos secos, mel

Horário de funcionamento:

2.ª a 6.ª-feira - das 12h00 às 15h00

Sábados - das 15h00 às 19h00

Porto Salvo

No Centro de Trabalho
de Porto Salvo

(Rua Domingos Pinto, 19
junto ao Campo do Atlético)

6 a 23 de Dezembro

Horário de Funcionamento

Das 15h00 às 19h00

Seixal

No Centro de Trabalho
do Seixal

Livros, rum e muito mais...



Portalegre

Festa promovida
pela colectivo do
Ensino Superior
Centro de Trabalho do
PCP, Quinta-feira, 28

Sesimbra

Festa-convívio promovida
pela JCP Sesimbra

com a participação do DJ Cebola
CT do PCP de Quinta do Conde,
Sábado, 30

1.º de Maio 2003 em Cuba

Viagem de Solidariedade promovida pela
Organização da Cidade de Lisboa

(de 28 de Abril a 10 de Maio)

1.º PROGRAMA

Visitas a La Havana, Valle Viñales, Guama,
Aldeia Tafna, Cienfuegos, Trinidad, Santa
Clara, Remédios, Varadero

2.º PROGRAMA

Visitas a Santiago de Cuba e Guadalajara
(Praia)

Informações e inscrições:

Camarada César Roussado

CT Vitória - Tel. 213307000

Viagem de 28 de Abril a 10 de Maio

promovida pela Comissão Concelhia
de Alcochete

Inscrições e informações:

CT Alcochete - Tel. 212340344

Férias em Cuba

Viagem Cuba / Varadero

promovida pela Comissão Concelhia
do Barreiro

17 de Maio a 31 de Maio

Itinerário

- 3 dias em Cuba; 3 dias em Trinidad/
/Cienfuegos; 9 dias em Varadero

Contactos: PCP - CT do Barreiro - 21 2075125

e Adelaide (casa) - 21 2168755

Cruzeiro no Douro

Promovido pela célula do Centro
de Trabalho Vitória, 3 e 4 de Maio

1.º dia - sábado

Lisboa, Coimbra, Viseu, Régua - embarque

2.º dia - domingo

Vila Real, Fugas Ermelo, Amarante,

Porto, Lisboa

Preço por pessoa:

em quarto duplo ou triplo - 187 € (quarto
individual + 17,5 €)

Inscrições: junto das camaradas Luísa Martins -
Deonilde - Conceição Caieiro

Plenários e reuniões

Alcácer do Sal

- Sábado, dia 30 - Sessões de esclarecimento
em **Torrão e Rio Moinhos**, ambas às 16h.
- Terça-feira, 3 - reunião da Com. Concelhia de
Alcácer, com José Catalinho, às 20h30 no CT.
- Quinta, 5 - Reunião da célula dos **Trabalha-**
dores da Autarquia e Empresa Municipal:
18h, CT do PCP; plenário de Carrasqueira, Pos-
sanco, Torre, Comporta, Brejos: 20h30.

Almada

- Hoje, 28, às 21h00 - Reuniões das Comissõ-
es de Freguesia alargadas de **Almada** e de
Charneca, nos respectivos CTs; plenário da
organização de freguesia do **Pragal** (CT Pra-
gal, 21h) e de **novos membros do Partido**
(21h30, CT Concelhio).
- Sexta-feira, 29 - Plenário de militantes de
Cacilhas (CT Alberto Araújo, 21h).
- Quinta-feira, 5 - Reunião da Coordenadora
das Colectividades do concelho (CT concelhio,
21h30)

Beja

- Sexta-feira, 29, 21h - Reunião geral de mili-
tantes sobre as questões laborais e o desenvol-
vimento da luta, na sequência das medidas
adoptadas pelo Governo.

Lisboa

Reuniões preparatórias da 5.ª Assembleia da
Organização Regional de Lisboa, para
debate e eleição de delegados (com a luta con-
tra as leis laborais do Governo e a greve geral
sempre como 2.º ponto da ordem de trabalhos):



Assembleia
da Organização
Regional de Lisboa
7 Dezembro 2002
Pav. Atlântico - Sala Tejo

- Hoje, 28, no CT Vitória: da célula da CML,
às 18h30; do Sector da **Construção Civil**,
Portaria e Vigilância, às 19h; do **Min.**
Finanças/Peq. Ministérios/Funcionários
Sindicais, às 18h30; da célula do **Cinema** do
SI da ORL, às 18h; da célula dos **Professores**,
às 21h; das freguesias de **Pena, S. José,**
Coração Jesus, às 18h30; das freguesias de
Alvalade, C. Grande, S.J.Deus, S.J.Brito,
S. Sebastião, Pedr., às 18h30, com Júlio Vin-
tém. Da freguesia de N.S.Fátima, no CT da
Soeiro Pereira Gomes, às 21h. Das organizaçõ-
es de **Cruz Quebrada/Dafundo, Algés,**
Linda-a-Velha, às 21h, no CT de Algés. Ple-
nário de militantes da freguesia de **Colares**,
Sintra: às 21h30 em casa do cam. Miguel Car-
retas.

Da célula da CM e SMAS de Vila Franca de
Xira, às 18h.

- Sexta-feira, 29: do Sector **Empresas Lis-**
boa, CT Vitória, 19h; das freguesias de **Amei-**
xoeira, Charneca, Lumiar, CT do Lumiar,
21h, com Francisco Lopes; de **Benfica** (CT
Benfica), **Carnide** (CT Carnide) **Graça** (CT
Graça), **Beato** (JF Beato), **S. João** (JF S. João),
todos às 21h; da freguesia de **Alhandra**, 21h,
CT Alhandra; da freguesia **Forte da Casa**,
21h, CT Forte da Casa; dos organizações dos
concelhos de **Azambuja** (21h), **Sobral Monte**
Agraço e Torres Vedras (21h30), nos respec-
tivos Centros de Trabalho; da freguesia de
Barcarena (Oeiras), 21h, CT de Tercena, com
Eduardo Vieira; no concelho de Sintra, do **Sec-**
tor de Empresas de Sintra (21h30, CT de
Rio de Mouro), das organizações das freguesias
de **Casal de Cambra** (21h30),
Algueirão/Mem Martins (21h, CT Algueirão),
Aqualva (21h30, CT Cacém), **Queluz** (21h, CT
Queluz) - sempre com um 2.º ponto da OT dedi-
cado à greve geral em preparação.

- Sábado, 30, às 20h - do concelho de **Alen-**
quer, 20h, na Romeira, antecedido de jantar;
das freguesias do concelho de Sintra de **Mon-**
telavar e Pero Pinheiro (21h30, CT de Mon-
telavar).
- Domingo, 1: no concelho de Vila Franca de
Xira, das organizações concelhias de **Vila Fran-**
ca (15h, CT V.Franca), da freguesia de **S. João**
dos Montes (15h30, CT de A-dos-Loucos, com
Adelaide Pereira); da freguesia de **Vila Fran-**
ca (às 13h00) e da freguesia de **Alverca** (às
15h), nos respectivos CTs.

- Segunda-feira, 2: da organização de freguesia
de **S. Domingos de Benfica**, no CT de Benfi-
ca, às 21h.

- Quarta-feira, 4: das freguesias de **Sta. Maria**
e **S. Miguel/S. Martinho**, em Sintra, às 21h30
no CT de Sintra.

Loulé

- Sexta-feira, 30 - Plenário concelhio de mili-
tantes, preparatório da 5.ª Assembleia Regio-
nal da ORAL: às 15h, na Associação Cultural
de Almancil, com a participação de José Neto.

Moita

- Quinta-feira, 28 - **Reunião alargada de**
quadros do Concelho da Moita - pelo êxito
da manifestação de 30 de Novembro e da
greve geral de 10 de Dezembro: às 21h30,
CT de Alhos Vedros; sessão de esclarecimento
sobre a **actual situação na Argentina** e o
papel dos comunistas, com a participação de
Alberto Ibarra, dirigente do PC da Argentina:
às 21h30, no Clube Recreativo e Desportivo do
Penteado.

- Terça-feira, 3 - Plenários de militantes de
Alhos Vedros e Moita (ambos às 21h, nos respec-
tivos Centros de Trabalho).

Montijo

- Sexta-feira, 29 - Plenário de militantes das
freguesias de **Afonsoeiro** (21h, casa do cam.
Joaquim Batalha) e **Sarilhos Grandes** (21h,
CT de Sarilhos Grandes).

- Segunda-feira, 2 - Reunião do Sector da
Administração Pública: 17h, CT do Montijo.

- Quinta-feira, 5 - reunião da **Comissão Con-**
celhia: 21h, CT do Montijo.

Ponte de Sor

- Domingo, 1 - Plenário de militantes de **Foros**
do Arrão, com eleição da nova Comissão de
Freguesia e dos delegados à Assembleia da
DORPO, a realizar em 15 de Dezembro: às 16h,
na Casa do Povo.

Porto

Reuniões preparatórias da 6.ª Assembleia da
Organização Regional do Porto:

- Sexta-feira, 28 - Reunião de células e secto-
res de Matosinhos (**Leça da Palmeira,**
Empresas Sra. da Hora/Guilhões/Matosi-
nhos/Lavra/Sta. Cruz do Bispo: CT de
Matosinhos, 21h30. Plenários das organizações
de Vila Nova de Gaia de **Sta. Marinha:** CT
Gaia, 15h; de **Arcozelo/Gulpilhares/S. Félix**
Marinha: 21h30, JF de Gulpilhares; de
Grijó/Canelas/Perosinho/Pedroso/Sereze-
do/Seixezelo: 21h, JF de Perosinho; da organi-
zação de **Vilar Paraíso:** 21h, CT Gaia. Das
organizações concelhias de **Vila do Conde**
(21h30, CT Vila do Conde), **Paços de Ferrei-**
ra (21h, Centro Cultural de Freamunde),
Póvoa (21h30, CT da Póvoa)

- Sábado, 30 - Reuniões das organizações
concelhias de **Matosinhos** (Perafita, casa do cam.
Luís Belmiro, 21h30); **Felgueiras** (Esc. Prepa-
ratória, 15h30), **Lousada** (Coop. Agrícola,
15h), **Valongo** (JF de Campo, 21h30), **Marco**
(JF de Toutosa, 21h)

Santiago do Cacém

- Sábado, 30 - Sessão de esclarecimento em
Santo André: às 15h, no CT local.

- Terça-feira, 3 - Plenário da célula dos **traba-**
lhadores da Autarquia: 17h, CT local San-
tiago do Cacém: da célula de **Abela** (20h30,
Sala de Convívio de Arealão) e de **Santa Cruz**
(20h30).

- Quarta-feira, 4 - Plenário de **S. Bartolomeu**
da, S. Francisco, S. Domingos, Vale de
Água: 20h30.

Seixal

- Sábado, 23, às 15h00 - plenário da organiza-
ção de freguesia do **Seixal**, no CT do Seixal,
com a participação de Virgílio Azevedo, do
Secretariado do Comité Central.

Sintra

- Quarta-feira, 4 - Reunião da **Com. Conce-**
lhia de Sintra, alargada aos eleitos da
Câmara, Assembleia Municipal e Freguesias,
sobre questões do trabalho autárquico e greve
geral: 21h30, CT do Cacém.

Assembleias de Organização

Albufeira

2.ª Assembleia da Organização Concelhia

Domingo, 1 de Dezembro, às 15h, na Escola dos Brejos Diamantina Negrao
com a participação de José Neto, da Comissão Política

Alvito

3.ª Assembleia da Organização Concelhia

Sábado, 30, às 15h
Centro de Trabalho do PCP, com a participação de José Moreira Rita, da DORA

Moura

Assembleia da Organização Concelhia

Sábado, 30, às 15h, na casa do Povo de Amareleja
com a participação de Luísa Araújo, da Comissão Política
Jantar-convívio no Restaurante Baldosas, às 19h

Hoje, 28, no Porto
a partir das 17h,
da Estação de S. Bento para Via Catarina,
Carlos Carvalhas
participa numa acção de encerramento
da campanha do PCP
Um Milhão de Contactos



VI Congresso de Organização da Região Autónoma da Madeira

Sábado, 30, das 10 às 19 horas
Domingo, das 10 às 12 horas e 30
no Hotel Buganvília, Funchal
com a participação do Secretário-geral do PCP
Carlos Carvalhas

*

Festa de Cultura pela Paz no Faial

Dias 28, 29 e 30 de Novembro
no Centro do Mar

(antiga Fábrica da Baleia)

Teatro nos dias 28 e 29 com «Pedro e o Capitão»,
de Mário Benedetti,
pela Companhia de Teatro de Lisboa

Águas de Março

Espectáculo musical no dia 30

com Manuel Freire,

Filipa Pais, Ricardo Dias, Manuel Rocha
e António Bulcão

Exposição sobre «A Água» e Banca de Livros

Sessão comemorativa da Grande Revolução Socialista de Outubro de 1917

Sábado, 30, às 17h30, na Cooperativa Árvore,
com a participação e intervenções de
Ruben de Carvalho e Viale Moutinho
Momento de Poesia

*

Lisboa

Quinta-feira, 5 de Dezembro, 16h30,
no Martinho da Arcada
(Terreiro do Paço)

Intelectuais e Quadros Técnicos da ORL
lançam movimento de protesto
(abaixo-assinado) contra o pacote laboral

*

Entroncamento

Sexta-feira, 29, 21h30, na Junta de Freguesia
Debate sobre o Pacote Laboral
com **Júlio Vintém**, dirigente do PCP,
e **Carlos Tomé**, advogado, especialista na área
do Direito Laboral

*

Covilhã

Sexta-feira, 29, 21h
Sessão do PCP

sobre a situação das micro,
pequenas e médias empresas
dedicada a comerciantes e outros empresários
Auditório das Juntas de Freguesia da Covilhã
(frente ao Tribunal)
com **Agostinho Lopes, Carlos Vale, Jorge Fael**

*

Almoço-convívio na Quinta da Atalaia
promovido pela organização da Moita
Domingo, 1, a partir das 13h, com lanche pela tarde
fora, e com borrego na base da ementa...
(Inscrições nos CTs)

Convívio em Óbidos

Em A-dos-Negros, na Casa de Pasto José Manhoso
Dia 1, a partir das 13h

ATVer

A Amante do Tenente Francês resulta num fascinante jogo entre a realidade e a ficção e num envolvente exercício de cinema dentro do cinema

Amarcord

(Quinta-feira, 28.11.02, RTP-2)

Amarcord – o título de um dos mais nostálgicos e fascinantes filmes de Federico Fellini – é uma expressão do dialecto da Emília-Romagna, que na verdade se escreve «A m'arcord» e que significa «Recordo-me». É exactamente o que mestre Fellini faz ao longo de toda esta autêntica crónica anedótica, evocando a sua infância em Remini e uma série de pitorescos episódios, pessoais e colectivos, nos tempos da Itália fascista, onde não se distingue a efabulação da simples reconstituição de factos vividos ou acontecidos. Misto de tom poético e satírico, Amarcord é também um filme de memórias, de tempos perdidos, de paixões acordadas e de pesadelos enterrados, que Fellini manipula como o mestre de cerimónias de um grande circo, onde correm à desfilada emoções íntimas e um espectáculo de graça, charme, encantamento e paixão, tudo dado num tom superlativo, desmesurado e visualmente arrebatador.

Meia-noite no Jardim do Bem e do Mal

(Sexta-feira, 29.11.02, TVI)

Regressa aos ecrãs este Meia-noite no Jardim do Bem e do Mal, uma interessante e original realização de Clint Eastwood (que não participa, como actor) relatando uma história misteriosa passada no Sul dos EUA onde, na sequência de um assassinato ocorrido numa rica mansão, se desenrola um drama envolvendo as figuras gradas da cidade e destapando, progressivamente, as histórias escondidas que as velhas famílias locais procuram elidir ou, pelo menos, iludir, tudo com um cheirinho de bruxedos e superstições à mistura. Boas interpretações de Kevin Spacey, John Cusack e Jack Thompson, entre outros.

007 Contra Goldfinger

(Sábado, 30.11.02, SIC)

007 Contra Goldfinger é um dos seis filmes iniciais de James Bond interpretados por Sean Connery, para muitos o melhor dos 007 que passaram, entretanto, pelos ecrãs através de diversos actores que sucederam a Connery no papel. Feito há quase 40 anos (mais exactamente, há 38...) 007 Contra Goldfinger continua fresco como uma alface - descontados, é claro, o chauvinismo, o machismo e etc. que, invertebradamente, enformam a criatura...

Vampiros

(Sábado, 30.11.02, SIC)

Vampiros é um filme recente de John Carpenter (é de 1998), que se abalança num território nada familiar na sua filmografia – o dos



Em *O Jogador* Robert Altman regressa às grandes sátiras corrosivas, desta vez tendo Hollywood como alvo

vampiros – e, apesar de ser considerado um mestre do suspense, esta sua incursão por um género tão marcado e trilhado nos caminhos do terror não deixou grande marca...

Os 400 Golpes

(Segunda-feira, 2.12.02, RTP-2)

Em 1959, François Truffaut, antigo crítico de cinema dos «Cahiers du Cinema», passava à



realização através da grande metragem *Les quatre cents coups* (que, em português, corresponde à nossa expressão idiomática «Trinta por uma linha» e que, na altura da estreia, um tradutor bronco traduziu «à letra» por este idiota *Os 400 Golpes*, título com que ficou, em português, até hoje...), que foi estreado no festival de Cannes desse ano. Conquistou o Prémio de Melhor Realização e, do dia para a noite, Truffaut tornou-se um dos mais promissores cineastas da sua geração, impondo à evidência o papel transformador da chamada «Nouvelle Vague» no cinema francês e europeu. *Os 400 Golpes* é uma bela e tocante crónica urbana sobre a acidentada trajectória de um garoto mal amado que acaba por ir parar a um



Os 400 Golpes tornou Truffaut, do dia para a noite, num dos mais promissores cineastas da sua geração

reformatório após uma série de infelizes acasos, permitindo a Truffaut lançar, de imediato, as linhas-força da sua futura cinematografia, tendo por temas centrais a educação, a infância, a família e a lei.

A Amante do Tenente Francês

(Terça-feira, 03.12.02, RTP-2)

Com realização de Karel Reisz, *A Amante do Tenente Francês* é um melodrama romântico meticulosamente construído, que atravessa duas épocas – a «era vitoriana» e os tempos actuais – e duas realidades. Por um lado, o atribulado amor de Sarah e Charles no passado, que nos surge como um poderoso retrato da época vitoriana na Grã-Bretanha e da sua moral colectiva e deplorável, reflectindo um expressivo estudo psicológico sobre a eterna «guerra dos sexos», onde a liberdade é o caminho para a auto-realização. Por outro lado (e em montagem paralela), é-nos também relatada a complexa situação emocional entre os dois actores contemporâneos, divididos entre a recriação de um amor antigo e o seu próprio envolvimento amoroso, o que resulta num fascinante jogo entre a realidade e a ficção e num envolvente exercício de cinema dentro do cinema. Uma grande realização de Reisz, magistralmente servida pelas interpretações de Meryl Streep e Jeremy Irons.

O Jogador

(Quarta-feira, 04.12.02, RTP-2)

O Jogador foi um dos filmes que maior sensação fez no Festival de Cannes de 1992, dando o Prémio da Melhor Realização ao seu autor, Robert Altman, e o de Melhor Intérprete a Tim Robbins. Aqui, Altman regressa às grandes e corrosivas sátiras que desde M.A.S.H fizeram a sua reputação, atacando forte e feio o seu próprio mundo – Hollywood – através da história do executivo de um estúdio, ameaçado de morte por um argumentista descontente que comete um homicídio involuntário, envolve-se amorosamente com a mulher da vítima e produz um filme de sucesso sobre o seu sinuoso, estapafúrdio e emocionante caso pessoal.

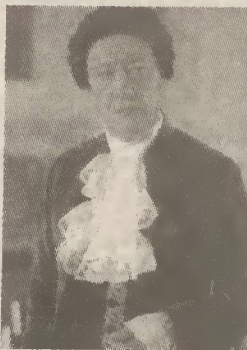
Quinta, 28

▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
14.30 Vencedores
15.30 Marisol
16.30 Carita de Anjo
17.15 RTP Crianças
18.30 Quebra-cabeças
19.20 O Preço Certo em Euros
20.00 Telejornal
21.00 Especial Harry Potter e a Câmara dos Horrores
22.00 O Elo Mais Fraco
23.00 Grande Entrevista
24.00 Segredo de Justiça
01.00 Jag – Em Nome da Justiça
02.00 24 Horas
02.15 Bull

▼ RTP 2

07.00 RTP Crianças
12.40 Companhia dos Animais



«O Processo dos Távoras», às terças na RTP1

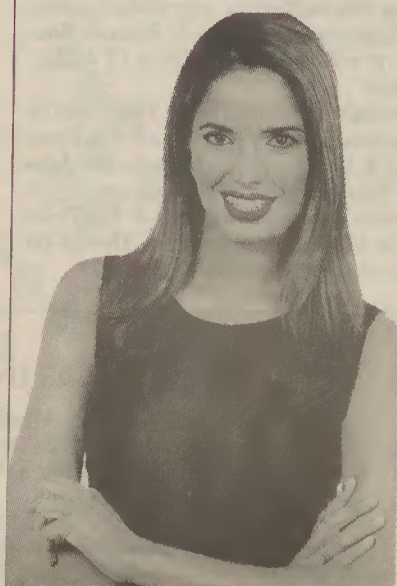
13.00 Arquivos do Entendimento
14.00 Alves dos Reis
15.00 Informação Gestual
16.30 «Doidos Milionários» (Filme)
18.00 Informação Religiosa
18.30 Horizontes da Memória
19.00 Crónica do Século – O Teatro em Portugal
20.00 Viver no Campo
20.40 Começar de Novo
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 Jack e Jill
24.00 «Amarcord» (Filme de Federico Fellini. Ver Destaque)
02.00 Olhares Cruzados para o Século XXI

▼ SIC

07.00 Infantil/Juvenil
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
16.00 Olhar da Serpente
17.00 O Meu Nome É Ágata
17.30 Desejos de Mulher
18.30 New Wave
19.00 Beijo do Vampiro
20.00 Jornal da Noite
21.00 Não Há Pai!
22.00 Esperança
23.15 O Melhor do Herman Sic
01.45 Em Fuga
03.00 Air America

▼ TVI

07.30 Sempre a Abrir
10.00 Olá Portugal
13.00 TVI Jornal
14.15 A Vida É Bela
15.00 BB Famosos
16.15 BB Extra
17.10 Vidas Reais
19.00 Tudo por Amor
20.00 Jornal Nacional
21.45 Amanhecer
22.45 Anjo Selvagem
23.45 Vidas Reais
00.45 Ally McBeal
01.45 «Paixa de Ayn Rand» (Filme)

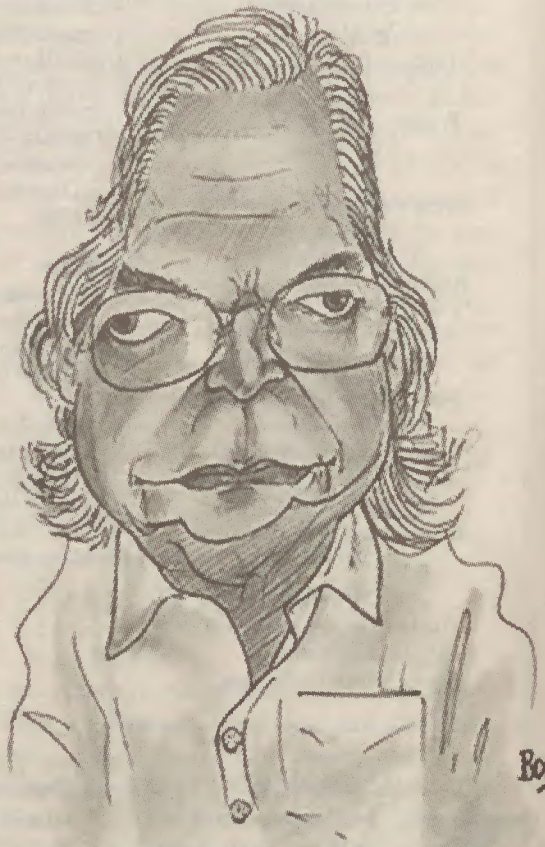


Crianças com «Mentes Brilhantes» postas à prova por Bárbara Guimarães (na SIC)

Sexta, 29

▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
14.30 Vencedores
15.30 Marisol
16.30 Carita de Anjo
17.15 RTP Crianças
18.15 Quebra-cabeças
19.20 O Preço Certo em Euros
20.00 Telejornal
21.00 O Elo Mais Fraco
22.00 Especial Informação – Reportagens sobre a Sida
23.00 «A História de Amor de



«Tributo a Tom Jobim», com Herbie Hancock (domingo, RTP2)

Paul e Linda» (Filme)
00.30 Segredo de Justiça
01.30 24 Horas
01.45 Paraíso Filmes
02.15 «Quando o Sábado Chega» (Filme)

▼ RTP 2

07.00 RTP Crianças
12.40 Companhia dos Animais
13.00 Arquivos do Entendimento
13.30 Sozinhos em Casa
14.00 Alves dos Reis
15.00 Informação Gestual
16.30 «Os 39 Degraus» (Filme)
18.00 Informação Religiosa
18.30 Gente da Cidade
19.00 2010
20.00 Viver no Campo
20.40 Começar de Novo
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 Sinais do Tempo
24.00 «O Intruso» (Filme)
01.20 Olhares Cruzados para o Século XXI

▼ SIC

07.00 Infantil/Juvenil
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
16.00 Olhar da Serpente
17.00 O Meu Nome É Ágata
17.30 Desejos de Mulher
18.30 New Wave
19.00 Beijo do Vampiro
20.00 Jornal da Noite
21.30 Não Há Pai!
22.30 Esperança
23.15 É Proibido
00.15 «Contos Eróticos»
02.00 Linha da Sorte
03.00 Air America

▼ TVI

07.30 Sempre a Abrir
10.00 Olá Portugal
13.00 TVI Jornal
14.15 A Vida É Bela
15.00 BB Famosos
16.15 BB Extra
17.10 Vidas Reais
19.00 Tudo por Amor
20.00 Jornal Nacional
21.45 Amanhecer
22.45 Anjo Selvagem
23.45 Vidas Reais
00.45 «Meia-Noite no Jardim do Bem e do Mal» (Filme de Clint Eastwood. Ver Destaque)

Sábado, 30

▼ RTP 1

07.00 RTP Crianças
11.00 Ora Viva!
12.00 Horizontes da Memória
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Dia Mundial da Sida
15.00 Top +
16.00 João Baião
19.00 Camilo, o Pendura
19.30 A Minha Sogra é Uma Bruxa
20.00 Telejornal
21.00 Futebol – Superliga (Beira Mar-Sporting)
23.00 O Preço Certo em Euros
24.00 Caleidoscópio

23.45 Jag – Em Nome da Justiça
01.45 24 Horas
02.00 Concerto (Dia Mundial da Sida)
03.30 Paraíso Filmes

▼ RTP 2

08.00 Repórter RTP
09.00 Universidade Aberta
12.00 Iniciativa
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
19.00 Horizontes da Memória
19.30 Bombordo
20.00 Palavras Ditas
20.30 Os Simpsons
21.00 Por Outro Lado
22.00 Jornal 2
23.00 O Lugar da História – «As Vestes do Poder»
00.00 Britcom
01.00 Saxzul
02.30 Noites Curtas do Onda-Curta

▼ SIC

07.00 SIC a Abrir
12.00 Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Catarina.com
14.45 Rex, o Cão Polícia
16.45 O Camião
15.30 Air América
16.45 Walker, o Ranger do Texas
17.30 «007 Contra Goldfinger» (Filme com Sean Connery. Ver Destaque)
20.00 Jornal da Noite
21.45 Os Recordes do Guinness
23.45 «Vampiros» (Filme de John Carpenter. Ver Destaque)
02.00 Tal Mãe, Tal Filha

▼ TVI

07.30 Batatoon
09.30 Sempre a Abrir
11.00 «Um Cãozinho Chamado Eddie»
12.00 Lux
13.00 TVI Jornal
14.00 Survivor
15.00 BB Famosos
15.45 «Herbie, um Amor de Carro» (Filme)
18.00 «Armadilha em Bangkok» (Filme)
20.00 Jornal Nacional
21.00 Super Pai
22.00 Sonhos Traídos
23.15 O Último Beijo
00.15 «Congo» (Filme)
02.00 «Loucuras na Adolescência» (Filme)

Domingo, 1

- ▼RTP1
- 07.00 RTP Crianças
 - 11.00 Ora Viva!
 - 11.30 «Tommy e o Gato Selvagem» (Filme)
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 14.00 «Anastásia» (Filme)
 - 15.30 Estúdio 5
 - 19.00 Domingo Desportivo
 - 20.00 Telejornal
 - 21.00 O Elo Mais Fraco
 - 22.00 Especial Informação (Sobre o Dia Mundial da Sida)
 - 23.30 «Filadélfia» (Filme)
 - 01.45 Domingo Desportivo
 - 02.45 24 Horas

Segunda, 2

- ▼RTP1
- 07.00 Bom Dia Portugal
 - 10.00 Praça da Alegria
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 14.00 Regiões
 - 14.30 Praça da Alegria Especial
 - 19.00 O Preço Certo em Euros
 - 20.00 Telejornal
 - 21.00 Sorte Grande
 - 21.15 O Elo Mais Fraco
 - 22.15 Prós e Contras
 - 00.00 O Fugitivo
 - 01.00 24 Horas
 - 01.15 Bull
 - 02.15 «O Vale da Intriga» (Filme)

Terça, 3

- ▼RTP1
- 07.00 Bom Dia Portugal
 - 10.00 Praça da Alegria
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 14.00 Regiões
 - 14.30 Vencedores
 - 15.30 Marisol
 - 16.30 Carita de Anjo
 - 17.45 RTP Crianças
 - 18.15 Quebra-cabeças
 - 19.00 O Preço Certo em Euros
 - 20.00 Telejornal
 - 21.00 O Elo Mais Fraco
 - 22.00 O Processo dos Távoras
 - 23.00 Fora de Jogo

Quarta, 4

- ▼RTP1
- 07.00 Bom Dia Portugal
 - 10.00 Praça da Alegria
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 14.00 Regiões
 - 14.30 Vencedores
 - 15.30 Marisol
 - 16.30 Carita de Anjo
 - 17.15 RTP Crianças
 - 18.15 Quebra-cabeças
 - 19.00 O Preço Certo em Euros
 - 20.00 Telejornal
 - 21.00 O Elo Mais Fraco
 - 22.00 Façam o Favor de Ser Felizes
 - 23.35 «Clube dos Malandros» (Filme)
 - 00.30 O Fugitivo
 - 01.30 24 Horas
 - 01.45 Bull
 - 02.45 «Lily Esteve Lá»

- ▼RTP2
- 07.00 RTP Crianças
 - 12.40 Companhia dos Animais
 - 13.00 Arquivos do Entendimento
 - 13.30 Sozinhos em Casa
 - 14.00 Alves dos Reis
 - 15.00 Informação Gestual
 - 16.30 «Grandes Esperanças» (Filme)
 - 18.00 Informação Religiosa
 - 18.30 Bombordo
 - 19.00 Missão Natureza
 - 19.30 A Conquista do Monte Branco
 - 20.00 Viver no Campo
 - 20.30 Jesse
 - 21.00 Aprender a Ser Pai
 - 21.30 Acontece
 - 22.00 Jornal 2
 - 23.00 A Educação de Max Bickford
 - 24.00 «O Jogador» (Filme de Robert Altman, com Tim Robbins. Ver Destaque)
 - 01.45 Lupin III

- ▼SIC
- 07.00 Infantil/Juvenil
 - 11.00 SIC 10 Horas
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 14.00 As Duas por Três
 - 16.00 Olhar da Serpente
 - 17.00 O Meu Nome É Agata
 - 17.30 Desejos de Mulher
 - 18.30 New Wave
 - 19.00 Beijo do Vampiro



«As Vestes do Poder» ao longo da História (sábado, RTP2)

No «Top+» da RTP1 estão sempre os mais vendidos na música ligeira

- ▼RTP2
- 09.00 Programa Religioso
 - 11.30 Pontos de Fuga
 - 12.00 2010
 - 13.00 Austrália Selvagem
 - 14.00 Desporto 2
 - 18.30 Technopolis
 - 19.30 Onda Curta
 - 20.00 A História de Nikita
 - 21.10 Artes e Letras (Ricardo Bofill, arquitecto)
 - 22.00 Jornal 2
 - 23.00 Artes de Palco - «Tributo a Tom Jobim»
 - 00.45 Odisseia nas Imagens

- ▼SIC
- 07.00 SIC a abrir
 - 12.00 BBC Vida Selvagem
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 14.00 «Pinóquio» (Filme)
 - 16.00 «Viciado no Amor» (Filme)
 - 18.00 «Bogus» (Filme)
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 21.30 Mentas Brilhantes
 - 22.30 Herman SIC
 - 00.45 «Cartas de um Assassino» (Filme)
 - 02.45 Air America

- ▼TVI
- 07.30 Super Batatoon
 - 09.30 Sempre a Abrir
 - 11.00 Cerimónias Religiosas
 - 13.00 TVI Jornal
 - 14.00 «Barbie as Rapunzel» (Filme. Animação)
 - 15.45 «O Livro da Selva» (Filme)
 - 17.45 «O Casamento do Meu Melhor Amigo» (Filme)
 - 20.00 Jornal Nacional
 - 21.00 Big Brother
 - 22.15 A Jóia de África
 - 23.30 O Último Beijo
 - 00.30 Filme

- ▼RTP2
- 07.00 RTP Crianças
 - 12.40 Companhia dos Animais
 - 13.00 Arquivos do Entendimento
 - 13.30 Sozinhos em Casa
 - 14.00 Alves dos Reis
 - 15.00 Informação Gestual
 - 16.30 «A Batalha do Rio da Prata» (Filme)
 - 18.00 Informação Religiosa
 - 18.30 Planeta Azul
 - 19.00 Volcano
 - 20.00 Viver no Campo
 - 20.40 Começar de Novo
 - 21.30 Acontece
 - 22.00 Jornal 2
 - 23.00 Sete Palmas de Terra
 - 24.00 «Os 400 Golpes» (Filme de François Truffaut. Ver Destaque)
 - 01.45 Lupin III

- ▼SIC
- 07.00 Infantil/Juvenil
 - 11.00 SIC 10 Horas
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 14.00 As Duas por Três
 - 16.00 Olhar da Serpente
 - 17.00 O Meu Nome É Agata
 - 17.30 Desejos de Mulher
 - 18.30 New Wave
 - 19.00 Beijo do Vampiro
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 21.30 Não Há Pai!
 - 22.30 Esperança
 - 24.00 «Sete Viduas» (Filme)
 - 02.00 Histórias da Cidade
 - 03.15 Air America

- ▼TVI
- 07.30 Sempre a Abrir
 - 10.00 Olá Portugal
 - 13.00 TVI Jornal
 - 14.15 A Vida É Bela
 - 15.30 BB Famosos
 - 16.15 Vidas Reais
 - 17.30 BB Famosos
 - 19.00 Tudo por Amor
 - 20.00 Jornal Nacional
 - 21.15 BB Famosos
 - 21.45 A Jóia de África
 - 22.45 Amanhecer
 - 23.45 Anjo Selvagem
 - 00.30 Vidas Reais
 - 01.10 Ficheiros Secretos
 - 02.45 1.ª Vaga

- ▼RTP2
- 00.30 O Fugitivo
 - 01.30 24 Horas
 - 01.45 Bull
 - 02.45 Profissão Vigarista

- ▼RTP2
- 07.00 RTP Crianças
 - 12.40 Companhia dos Animais
 - 13.00 A História da Indústria em Portugal
 - 13.30 Sozinhos em Casa
 - 14.00 Alves dos Reis
 - 15.00 Informação Gestual
 - 16.30 «Sapatos Vermelhos» (Filme)
 - 18.00 Informação Religiosa
 - 18.30 Onda Curta
 - 19.00 Megaconstruções
 - 20.00 Viver no Campo
 - 20.40 Começar de Novo
 - 21.30 Acontece
 - 22.00 Jornal 2
 - 23.00 Ted e Alice
 - 24.00 «A Amante do Tenente Francês» (Filme de Karl Reisz, com Meryl Streep e Jeremy Irons. Ver Destaque)
 - 02.15 Lupin III

- ▼SIC
- 07.00 Infantil/Juvenil
 - 11.00 SIC 10 Horas
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 14.00 As Duas por Três
 - 16.00 Olhar da Serpente
 - 17.00 O Meu Nome É Agata
 - 17.30 Desejos de Mulher
 - 18.30 New Wave
 - 19.00 Beijo do Vampiro
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 21.30 Não Há Pai!
 - 22.30 Esperança
 - 24.00 «Larry, o Liquidador» (Filme)

- ▼TVI
- 07.30 Sempre a Abrir
 - 10.00 Olá Portugal
 - 13.00 TVI Jornal
 - 14.00 A Vida É Bela
 - 16.45 BB Famosos
 - 17.15 BB Extra
 - 18.00 Vidas Reais
 - 19.00 Tudo por Amor
 - 20.00 Jornal Nacional
 - 21.15 BB Famosos (Gala)
 - 00.30 Vidas Reais
 - 01.30 «Pleasantville» (Filme)

TVisto

Correia da Fonseca

Carvalhas e as moscas

É claro que de uma entrevista no «Conversa Afiada» não podia esperar-se grande coisa em matéria de lisura, mas aquilo foi pior do que o optimismo irrealista que sempre me habita dissera ser possível: logo a abrir, a jornalista questionou Carlos Carvalhas acerca da adesão de países do Pacto de Varsóvia «à Nato, criada para se defender dele». Logo ali se contrabandeava uma mentira que nem por ser muito velha deixa de ser mentira e mentira grave, ainda hoje pedra de uma construção que tem os seus efeitos: a NATO foi constituída antes do Pacto de Varsóvia; este, sim, criado como resposta e para reposição de um equilíbrio que a NATO desfizera. Com estas e outras se teceu o papão do «expansionismo soviético» que serviu não para assustar meninos mas sim para justificar a mais poderosa guerra propagandística e ideológica que o mundo alguma vez viu. O resultado foi uma substancial contribuição para que, adicionada

venenosas, moscas impertinentes, talvez ainda moscas de outro género. A todas o secretário-geral ia enxotando com bons modos. A jornalista que, coitada, não é pequena para grandes originalidades, avançou, por exemplo, com o suposto resultado nulo de décadas de experiência socialista quanto à consecução de um mundo melhor. Carvalhas tentou esclarecê-la não apenas mostrando-lhe que o mundo que o capitalismo criou está juncado de infâmias, mas também salientado que sem a experiência socialista o mundo estaria hoje ainda bem pior. E, com mais tempo e menor paciência, podia também ter-lhe recordado que dois milénios de cristianismo assumido não conseguiram melhor que um mundo onde o cristianismo é diariamente espezinhado e onde o mais mediatizado dos «cristãos», que passa o tempo a invocar «God» a torto e a direito, se chama George W. Bush.

Uma colheita sem frutos

Sobre a vida interna do PCP lançou a jornalista um enxame das suas moscas, tantas e tais que se diria estar ali como procuradora encartada dos inscritos no PCP cuja mais divulgada actividade partidária é contestarem a direcção. Como é natural e a ética impunha, Carvalhas recusou falar disso em público. Na alternativa, a entrevistadora passou a sugerir que o PCP não se disponibilizara em devido tempo a ter uma acção política comum com o PS do engenheiro Guterres, assim se fazendo eco de argumentos bem sabemos de quem. Carvalhas enxotou mais essa mosca. Em dada altura, escolheu como alvo para a picada o facto de Carvalho da Silva, coordenador da CGTP, ser militante do PCP. Surpreendi-me: então a criatura não sabe que dirigentes de outra central sindical também têm opção partidária? Também não sabe que o direito cívico a ser militante de um partido não pode ser nem deve ser limitado por dissimulações estratégicas que afinal são formas de deslealdade? E ela, que dá ares de ser dada a muitas «pesquisas», não sabe que as decisões da CGTP não são ditadas por nenhum sujeito importante, mas sim emergentes de uma vontade colectiva? Lá para o final, talvez já um bocado aborrecida com os nenhuns frutos conseguidos para a sua colheita, passou a investigar abertamente sobre o funcionamento interno do Partido, género «afinal quem manda?», como se as suas pesquisas não a tivessem já informado de tudo e de mais alguma coisa. A paciência e a educação de Carlos Carvalhas aguentaram. Não admira: este Partido é, em tudo, um partido de resistentes.



- 20.00 Jornal da Noite
- 21.30 Não Há Pai!
 - 22.30 Esperança
 - 23.45 Hora Extra
 - 00.45 «O Vagabundo da Estrada» (Filme)
 - 03.15 Air America

- ▼TVI
- 07.30 Sempre a Abrir
 - 10.00 Olá Portugal
 - 13.00 TVI Jornal
 - 14.00 A Vida É Bela
 - 16.30 BB Extra
 - 17.00 Gala BB Famosos
 - 20.00 Jornal Nacional
 - 21.45 Amanhecer
 - 22.45 Anjo Selvagem
 - 23.45 Vidas Reais
 - 00.45 «Cartel» (Filme)

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição

A talhe de foice

• Henrique Custódio

O escândalo

Parece estar apenas no princípio, o escândalo que esta semana envolveu a Casa Pia de Lisboa em graves suspeitas e acusações de pedofilia, abuso de menores e alegadas redes clandestinas de exploração sexual de meninos, responsabilizando altas figuras públicas nesse tráfico ignóbil de que, por enquanto, nada se sabe a não ser sob a forma de denúncias genéricas e sem especificação, enquanto as diversas autoridades envolvidas na questão manifestam uma estranha amnésia sobre o assunto, quando não um incompreensível desconhecimento dos factos ou das suspeitas. Factos e suspeitas vindos agora a público, em catadupa, na sequência de uma investigação jornalística, curiosamente desencadeada em simultâneo em dois órgãos de comunicação social (o Expresso e a SIC) dominados pelo mesmo grupo económico, o de Pinto Balsemão. O objecto central das acusações é um funcionário da instituição que, alegadamente nos cerca de 28 anos que levou de trabalho na Casa Pia, terá praticado sistemática e continuamente actos de pedofilia sobre diversas e sucessivas crianças ali internadas, recorrendo a todos os meios ao seu alcance e que se balizavam entre o aliciamento e a coerção. Os rostos vistíveis e corajosos das denúncias e acusações são um jovem advogado – ex-aluno da Casa Pia e testemunha directa dos factos – e um antigo professor da instituição, também testemunha dos acontecimentos ou suspeitas agora publicitados.

Ambos, nas suas próprias palavras, travam a batalha da denúncia pública destes gravíssimos acontecimentos desde pelo menos o início dos anos 80, tendo apresentado essas denúncias às mais diferentes autoridades, desde as internamente responsáveis pela instituição, às que governamentalmente a tutelam, para além da denúncia aos órgãos de comunicação social que, na altura, lhes abriram as suas páginas. Debalde e sem quaisquer resultados práticos, ao longo de uns ainda mais longos 20 e tal anos. A gravidade das acusações vai ao ponto de denunciar, sem tergiversações, a existência de uma rede pedófila de crianças do sexo masculino, construída ao longo de décadas, de que o referido funcionário seria recrutador no seio da Casa Pia para satisfazer os ignóbeis apetites sexuais de gente muito bem colocada na vida económica, social e política do País. Confrontada com estes factos, a responsável governamental que tutelava a Casa Pia na altura da primeira denúncia, em 1982, Teresa Costa Macedo, não só confirma agora todas as denúncias feitas, como garante que as enviou na época, há 20 anos, para a Polícia Judiciária, acompanhadas de provas várias, incluindo fotografias e depoimentos de crianças. Isto sem embargo de se ver confrontada pelo jovem advogado com palavras ditas e assinadas por ela própria recusando as denúncias que então lhe foram apresentadas, em 1982, era ela secretária de Estado para a Família... O pior é que a Polícia Judiciária nega, agora e entretanto, que tenha recebido qualquer queixa ou documentação em todos estes anos sobre pedofilia na instituição, embora, curiosamente, os próprios funcionários da Casa Pia afirmem hoje que nada fizeram para travar o pedófilo porque a Judiciária, ao longo dos anos e das queixas contra ele, inocentava-o sempre por «falta de provas». Algo está muito mal contado nesta história, que é para já um escândalo absolutamente chocante. Voltaremos ao assunto.

Contra cedência do Governo às exportadoras

Defender a Casa do Douro

A solução do Governo para os problemas financeiros da Casa do Douro prevê o fim da sua capacidade de intervenção no mercado dos vinhos generosos, o que, para os comunistas, é inaceitável, como disse Agostinho Lopes.

Numa declaração apresentada esta semana, este membro da Comissão Política comentou os contornos das soluções do Governo PSD/CDS-PP, começando por notar que estes têm vindo a lume apenas na comunicação social.

Realçando que se trata de «um problema que afecta a vida de 30 mil viticultores e de toda uma Região Demarcada do Douro, bem recentemente declarada pela UNESCO património da humanidade», Agostinho Lopes afirmou que «a proposta do Governo retoma, no essencial, o que a Associação das Empresas Exportadoras apresentou em Julho passado: trocar os stocks de vinhos generosos da Casa do Douro por contrapartidas financeiras, alegadamente suficientes para sanear a situação, e criar uma nova arquitectura institucional, onde ressaltaria a perda de poderes e, fun-

damentalmente, o fim da capacidade da Casa do Douro de intervir no mercado dos vinhos generosos».

Tal arquitectura «resultaria da fusão do Instituto do Vinho do Porto e da Comissão Interprofissional da Região Demarcada do Douro, com a criação do Instituto dos Vinhos do Porto e Douro, para cujo controlo a Casa do Douro pas-

saria os seus vinhos».

Para o PCP, seria «pacífica a utilização do património para responder a obrigações financeiras», mas «é completamente inaceitável que, para saldar uma dívida de 16,5 milhões de contos, a Casa do Douro se veja despojada de todo o seu património de vinho, cujo valor ultrapassará seguramente os 25 milhões de contos». E «é sobretudo inaceitável que tal negócio possa ter como contrapartida a anulação da capacidade da Casa do Douro de intervir, para todo o sempre, no mercado dos vinhos generosos, reduzida à manutenção de um stock histórico». «Isto seria fazer um novo e grave frete às Casas Exportadoras,

deixando-as sozinhas nesse mercado, sem a rede de segurança que a Casa do Douro até hoje significou para milhares de pequenos e médios viticultores durienses», alertou Agostinho Lopes, na conferência de imprensa de segunda-feira. O dirigente comunista recordou que, já nas últimas vindimas, os viticultores foram deixados «sem preços indicativos para a sua produção, contrariamente ao que há mais de 50 anos era feito no Comunicado de Vindima, por cedência à chantagem das Casas Exportadoras».

Depois de lembrar declarações de Durão Barroso e do PSD, quando estavam na Oposição, os comunistas denunciam a falta de actuação em conformidade, depois de se sentarem nas cadeiras do poder. «É de grande oportunidade lembrar ao Governo do PSD, quando hoje propõe a fusão da CIRDD com o IVP, que em 1995, no processo de criação da CIRDD, o então governo PSD/Cavaco Silva recusou a proposta do PCP – a transformação do Conselho Geral do IVP na sede do interprofissionalismo da Região – a mesma que hoje transforma num elemento central da sua reforma institucional», apontou Agostinho Lopes.

Está em causa a vida de 30 mil viticultores e uma região vinícola que é património da humanidade

Com os viticultores

O PCP mantém-se «fiel aos seus compromissos com os viticultores e as gentes do Douro» e reafirma «a necessidade de um debate aberto e transparente sobre a reforma das instituições da Região Demarcada e, em particular, com a participação dos seus construtores e principais destinatários: viticultores, assalariados rurais e trabalhadores da Casa do Douro». Neste sentido, o Grupo Parlamentar comunista desencadeou anteontem uma audição na Comissão de Agricultura da AR, para «ouvir as principais associações e instituições da Região» e «romper com conversas de corredor e negócios de bastidores, longe dos principais interessados».

Apoio activo à greve geral

No quadro do seu apoio à greve geral e como contribuição para o êxito desta importante jornada de luta, o PCP acaba de editar vários materiais de propaganda próprios, de que se destacam um cartaz MUPI, cujo fac-símile reproduzimos na primeira página desta edição do Avante!, um pequeno folheto e um cartazete autocolante, que já se encontram à disposição das organizações do Partido.

Um tempo de antena do PCP será exibido no dia 9 de Dezembro, na RTP1, antes do Telejornal.



Turismo

Uma delegação da Confederação do Turismo Português foi recebida segunda-feira, a seu pedido, na sede central do PCP. Os dirigentes da CPT foram recebidos pelo secretário-geral do Partido, Carlos Carvalhas, e por Jorge Cordeiro, da Comissão Política.

CDU critica preços no Metro do Porto

A CDU do Porto critica o tarifário para o Metro, por considerar que, com os aumentos previstos para a água, electricidade, rendas e outros, ele irá agravar a qualidade de vida na região.

Em comunicado divulgado na segunda-feira, os comunistas e seus aliados alertam que estipular 80 cêntimos como preço-base vai prejudicar seriamente os habitantes da Área Metropolitana do

Porto. A CDU critica o facto de a Assembleia Metropolitana não ter sido ouvida quanto à instituição deste tarifário, o que prova o centralismo da coligação PSD/PP que domina a Junta Metropolitana. Como denuncia a CDU, a Assembleia não voltou a ser convocada depois da sua primeira reunião ordinária, «apesar dos assuntos importantes sobre os quais se deveria ter pronunciado».

Esta situação, assim como a transferência de instalações da Assembleia sem que os seus membros tenham sido ouvidos, fere «os princípios democráticos de participação e intervenção do poder local», conclui o texto.

Anteontem, a Câmara Municipal do Porto aprovou por unanimidade uma moção da CDU, manifestando reservas à proposta de tarifários do Metro do Porto, da Sociedade

de Transportes Colectivos do Porto e da CP. A moção salienta que os preços propostos «são significativamente superiores àqueles que são praticados pelas empresas de transportes públicos de Lisboa».

«Não é oportuno aproveitar a entrada em funcionamento do metro ligeiro de superfície para aumentar os preços dos restantes transportes públicos da cidade», lê-se na moção, enviada ao ministro das Obras Públicas e à Junta e Assembleia metropolitanas do Porto.

«As Três Irmãs» em Almada

A Companhia de Teatro de Almada estreia hoje «As Três Irmãs», drama psicológico de Anton Tchekov, encenado por Rogério de Carvalho.

Escrita em 1900 e estreada na Rússia em 1901, a

peça conta a história das irmãs Olga, Macha e Irina, que vivem há 11 anos numa cidade de província, desde que seu pai, um general do Czar, foi destacado para comandar uma brigada. O

drama desenvolve-se após a morte do pai e realça «a falta de decisão das três mulheres sobre as suas próprias vidas», explicou Rogério de Carvalho à Lusa.

